



MIDIATIZAÇÃO E REVELIA DE SENTIDOS EM DISCURSOS AFIRMATIVOS:

Interseccionalidades, lutas e engajamento

v. 5, n. 1 (2023)

e-ISSN: 2674-6131



Fagundes
Mailson



Linguagem e Discurso

v.5, n.1, 2023 / e-ISSN: 2674 - 6131

Periódico Eletrônico do Curso de Letras da FELCS
Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras/Felcs
Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó – FELCS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

REVISTA SARIDH

LINGUAGEM E DISCURSO

GESTÃO

José Daniel Diniz Melo
Reitor

Henio Ferreira de Miranda
Vice-Reitor

Alexandro Teixeira Gomes
Diretor da Felcs

Márcio Sales Santiago
Vice-Diretor

Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas
Curso de Letras da Felcs

Editor-Gerente da Revista Saridh
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Editor de Seção/Organizador de Volume/Dossiê Temático
Antonio Genário Pinheiro dos Santos

ENDEREÇO

Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rua Manoel Lopes Filho, 138, CEP 59380-000, Currais Novos – RN
Telefone +55 (84) 3342 2293 ramal 701
revistasaridh@gmail.com
@revistasaridh

CAPA

A potência de discursos afirmativos e suas interseccionalidades
Sobre a capa: Ilustração de cenário rural da região do Seridó potiguar com manipulação
de arte gráfica em referência às disparidades e desafios atrelados às verdades
mobilizadas pelos discursos ditos de afirmação.
Criação e Diagramação: Fagundes Mailson

MISSÃO

Promover a disseminação de conhecimento, voltando-se para a divulgação de saberes na
área de linguagem e discurso, congregando estudos, experiências e pesquisas
desenvolvidas sob a égide de diferentes vertentes de investigação linguística e da
atuação acadêmica.

EQUIPE

EQUIPE EDITORIAL

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/FELCS
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN/FELCS
Márcio Sales Santiago – UFRN/FELCS
Gianka Salustiano Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/FELCS

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandro Teixeira Gomes – UFRN/FELCS
Alex Sander Luiz Campos – IFNMG
Ana Maria de Oliveira Paz – UFRN/FELCS
André Tessaro Pelinser – UFRN/FELCS
Anderson Lins Rodrigues – UESC/UFPE
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN/FELCS
Carolina Leal de Lacerda Pires – UNIBRA/IBGM/IBS
Célia Maria de Medeiros – UFRN/CCHLA/DLET
Cid Ivan da Costa Carvalho – UFERSA/PPCL-UERN
Edjane Gomes de Assis – UFPB
Evaldo Gondim dos Santos – UERN/CAMEAM
Evandra Grigoletto – UFPE
Fabiele Stockmans De Nardi – UFPE
Francisco Vieira da Silva – UFERSA/ PPGL-UERN/IFRN
Gianka Salustino Bezerril de Bastos Gomes – UFRN/PROFLETRAS
Hudson Marques da Silva – IPFE
João Cláudio Arendt – PPGLetras/UFES
Jociane da Silva Luciano Ferreira – UFRN/FELCS
Joseane Laurentino de Brito Lira- IFPE
José Josemir Domingos da Silva – UEPB
Josimere Maria da Silva – IFAL
Letícia dos Santos Carvalho – UFRN/FELCS
Letícia Fernandes Malloy Diniz - UFRN/FELCS
Lucélio Dantas de Aquino – UFRN/IMD
Márcio Sales Santiago – UFRN/FELCS
Maria Alcione Gonçalves da Costa – IF SERTÃO/PE
Maria Eliza Freitas do Nascimento – UERN/PPGL
Nedja Lima de Lucena – UFRN/FELCS
Maria Niedja Pereira Martins - UFRN/FELCS
Nilton César Ferreira – UNIOESTE
Paulo Cesar Ferreira Soares – SEDUC-CE
Nivea Barros de Moura – UERN/SEEC – CE
Paulo Cesár Ferreira Soares – UERN
Pedro Farias Francelino – UFPB/PROLING
Rafahel Jean Parintins Lima – UFRN/FELCS
Rafael de Souza Bento Fernandes – UNIOESTE

Rogério Mendes Coelho – UFRN/FELCS
Urbano Cavalcante da Silva Filho – IFBA/UESC
Verônica Palmira Salme de Aragão – UERN

APOIO TÉCNICO

Alyssandra Viana Fonseca – PPgEL/UFRN
Camila Kayssa Targino Dutra – UERN
Carlos Eduardo de Oliveira Pinheiro – UERN
Célio Oliveira da Silva – UFRN
Eleonora Maria Bezerra de Araújo – UFRN/FELCS
Josué Ferreira da Silva – UFRN/FELCS
Márcia Michele Justiniano Luiz – PPgEL/UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – PROLING/UFPB

NORMATIZAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Alyssandra Viana Fonseca – PPgEL/UFRN
Márcia Michele Justiniano Luiz – PPgEL/UFRN
Rafaela Cláudia dos Santos – PROLING/UFPB
Antonio Genário Pinheiro dos Santos – UFRN/FELCS
Josué Ferreira da Silva – UFRN/FELCS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Discurso: arena de lutas 08

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

EDITORIAL

Manifesto 10

Sírio Possenti
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

ENTREVISTA

Discursos afirmativos nas tramas do saber-poder 13

Denise Gabriel Witzel
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

ARTIGOS

Marcas discursivo-enunciativas em publicidades com crianças no jornal Folha de São Paulo 26

Luciana Maria de Aquino
Universidade Federal do Piauí no Curso de Letras-Português CEAD/UFPI

Desconstruindo as *fake news* através da análise de discurso crítica: um olhar interdisciplinar 46

Thiago Henrique de Jesus Silva
Universidade Federal do Piauí – UFPI

O discurso da permissividade do corpo masculino em rede	65
Giordan Victor Santos Costa Antonio Genário Pinheiro dos Santos Universidade do Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	
A voz do sujeito porta-voz da inclusão no <i>youtube</i>: uma análise discursiva	86
Edson Santos de Lima Carlos Piovezani Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	
Gênero, sexualidade e relações de poder: uma análise do referencial curricular do ensino médio potiguar	106
Crislainny Dayanny de Oliveira Dantas Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN	
Mulheres, negras e influenciadoras: a emergência de discursos do feminismo negro no <i>youtube</i>	124
Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN Francisco Vieira da Silva Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA	

DISCURSO: ARENA DE LUTAS

*[...] o discurso não é simplesmente aquilo
que traduz as lutas ou os sistemas de dominação,
mas aquilo por que, pelo que se luta,
o poder do qual nos queremos apoderar.*

Michel Foucault. A ordem do discurso (1996, p. 10).

Somos sujeitos de luta, sujeitos à luta e sujeitos construídos na luta. Enredados nos meandros do dizer, somos constituídos a partir da linguagem e das muitas tramas e engajamentos por ela oportunizados. É preciso entender o tempo presente como espaço fluído de tensão, batimentos, duelos, mas, também de aproximações, convergências, unidades, que se efetivam a todo instante e que estão condicionadas ao funcionamento da língua. No campo da midiatização das coisas ditas e trazidas à visibilidade pública, a revelia dos sentidos impera como fomento às interseccionalidades da vida em sociedade e põe em relevo a necessidade de uma leitura atenta, ativista e epistemologicamente fundamentada dos discursos e dos movimentos dos sujeitos.

Os discursos são, portanto, vetor que instigam esse espaço de produtividade e, pelos sentidos que produzem e fazem circular, perpassam de maneira determinante as relações sociais e instigam os sujeitos a seguirem os trajetos de subjetividade que lhes são inerentes. É nessa direção que a *Revista Saridh* apresenta mais uma edição, mobilizando textos nos quais são oportunizadas imperativas discussões acerca da temática da midiatização e da produtividade de sentidos arrolada em discursos ditos de afirmação. No volume em tela, a temática do sujeito é tratada a partir das muitas nuances, jogos e redes nas quais fala-se do(s) lugar(es) e posições de subjetividade assumidas face a formas de dizer a história, de narrar e construir o presente de agora. A edição convoca o leitor a refletir sobre a sua posição política no mundo, exigindo dele um olhar para as muitas práticas de saber-poder que se edificam a todo instante na sociedade. São essas práticas que constroem o cenário de furos,



de capilaridade, de movências de sentidos e que atribuem evidência às lutas, às interseccionalidades e aos engajamentos.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Editor-Gerente e organizador

MANIFESTO

Sírío Possenti¹

Comentário do Editor

Os discursos nunca circularam tão velozmente, todo discurso é dado à interpretação, nunca se pode ser neutro, são essas as máximas de entrada na fala do professor-pesquisador Sírío Possenti neste texto de editorial. Com a maestria que lhe é peculiar e com a perícia que é natural a sua leitura das manifestações linguísticas e culturais, o professor Sírío Possenti nos presenteia aqui com uma fala que realça as sinuosidades atreladas à tarefa de ler e analisar os discursos, na perspectiva de destacar o condicionamento histórico do(s) sentido(s). Ao falar sobre as operações alinhadas pelas mídias na produtividade de discursos afirmativos, o nosso convidado destaca não apenas as nuances das crenças que balizam as condutas dos sujeitos na sociedade de hoje, mas, também, estende uma crítica minuciosa às conveniências que tais crenças asseguram a seus idealizadores. Com a afirmação de que “não se acredita em qualquer coisa, mas só naquelas que batem com o que se espera”, o professor-pesquisador Sírío Possenti nos convida a pensar nos entremeios, nos atravessamentos e nas miras que os discursos carregam e com as quais eles, os discursos, tocam e enxertam nossa forma de pensar e agir no contexto social.

A problematização aqui conduzida ratifica a necessidade de nós pesquisadores procedermos com uma investigação linguístico-discursiva a partir dos prospectos materiais oferecidos pela mídia na cobertura dos acontecimentos e, neste sentido, torna-se imperativo olhar a experiência política da vida em sociedade, entender que somos, nós todos, constituintes e pertencentes a uma mesma densidade histórica.

Conforme nos diz o professor Sírío, é preciso intervir. A tarefa do analista do discurso é então ferramenta que catapulta a leitura sobre o que somos hoje e, para além disso, nos direciona para o trabalho com uma análise discursiva que seja capaz de pôr em suspenso as coisas ditas nas interseccionalidades, as verdades asseguradas nas lutas, as posições assumidas nos engajamentos. É sob este portento das palavras de nosso convidado que apresentamos e oferecemos ao leitor as direções de sua reflexão neste editorial.

Sírío Possenti é Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fez mestrado e doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas na qual é, atualmente, professor titular no Departamento de Linguística. Atua em diversas áreas da Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, principalmente na subárea da Análise do Discurso, em especial nos campos do humor e da mídia. Coordena o Centro de Pesquisa FEsTA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise), que reúne pesquisadores de diversas universidades. Publicou alguns livros, dentre os quais "Os humores da língua", "Humor, língua e discurso" e "Cinco ensaio sobre humor e análise

do discurso" e fez diversas traduções no campo da análise do discurso, com destaque para "Gênese dos discursos" e "As fórmulas filosóficas".

As obras do professor Sírio Possenti constituem-se como referências de leitura indispensável para os linguistas brasileiros, em especial, para aqueles que se dão à lida com os discursos, sentidos e humor. Suas produções são consideradas balizas para a investigação linguística no país e fora dele e, nesta edição da Revista Saridh, suas palavras nos oferecem estímulo para uma reflexão urgente e necessária à compreensão do fenômeno social e do sujeito. Somos, todos nós leitores, agraciados pela leveza e propriedade do texto de Sírio Possenti. Ao aplaudir aqui a presença do nosso convidado, lançamos o convite à leitura.

Estamos na era dos discursos. Quem escreveu isso foi Maingueneau. Pode-se mostrar que essa tese é verdadeira de muitas formas. Duas são as principais.

A primeira é que os discursos nunca circularam tão velozmente. Alguém profere uma frase em qualquer lugar e logo o mundo todo toma conhecimento dela. Nem é necessário que seu autor seja uma autoridade. Pode ser qualquer pessoa. Especialmente se fizer parte de um grupo qualquer. Logo as redes a disseminam.

A segunda é que imediatamente essa fala passa a ser interpretada. Às vezes de formas que podem parecer estranhas a uma certa tradição (a dita culta). Discute-se seu sentido, seus efeitos, seu peso político, ideológico, esportivo, religioso...

Todo discurso demanda interpretação. Nenhum pronunciamento parece ser unívoco, ter um sentido óbvio. Assim, fica claro que as línguas – e mesmo outros sistemas de signos, como fotografias ou charges – não são simplesmente códigos compartilhados, capazes de significar o mesmo para todos. Cada palavra, cada frase, cada imagem é objeto de debate, esquadrinhada, seu contexto é explicitado (ou abandonado), com o objetivo de descobrir seus efeitos.

Uma das características dos discursos é a restrição da liberdade do sujeito, seja o “falante”, seja o “ouvinte”. Ninguém pode dizer simplesmente o que quer (nem entender livremente).

Aliás, um dos principais equívocos da atualidade é considerar que certas regras discursivas se tornaram frouxas. Talvez a frase que melhor expresse esta posição seja a de Umberto Eco, que se tornou famosa: qualquer imbecil pode falar de qualquer assunto.

Mas parece necessário verificar se isso é verdade. Parece que não. Os “imbecis” que “dizem qualquer coisa” não dizem qualquer coisa. Dizem o que suas crenças admitem – por mais desinformadas que pareçam aos outros. Os grupos de *WhatsApp* mostram isso muito bem: ninguém está em qualquer grupo, mas apenas naquele(s) em que pode falar “o que quer” (isto é, o previsto) e pode ler de certa maneira o que lhe dizem. Não se acredita em qualquer coisa, mas só naquelas que batem com o que se espera.

Observe-se que essa regra vale tanto para as *fake news* mais rasteiras quanto para os discursos mais sofisticados, incluindo os teóricos e os acadêmicos: cada um tem sua “biblioteca”, o que sempre implica excluir outras obras, outras teses.

Diante disso, o que fazer quando se faz análise do discurso? Uma versão sugere que a principal função do analista é interpretar (porque haveria sentidos ocultos). Outra versão sugere que se deve verificar por onde os discursos circulam. Ainda outra (mas as três não se excluem), diz que se deve denunciar o poder, mostrar onde e como ele é exercido. E que, mesmo que ele esteja em toda a parte, pesa mais sobre os desafortunados.

Não se pode ser neutro. Nem seria possível não analisar. É preciso intervir (a afirmação-tese ecoa a célebre frase de Marx sobre o papel da filosofia). Assim, os analistas do discurso decidem (ou não podem fazer outra coisa?) analisar corpora que permitam denunciar ideologias e poderes que pesam sobre os discriminados, as minorias. Como ocorre no campo do humor, deve-se escolher os poderosos como alvos.

E esta decisão é justa. E necessária.

ⁱ Professor Titular no Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas. Coordenador do Centro de Pesquisa FEsTA (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise), que reúne pesquisadores de diversas universidades. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A
E-mail: sirio@iel.unicamp.br
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0113877782649597>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3358-4984>

DISCURSOS AFIRMATIVOS NAS TRAMAS DO SABER-PODER

Denise Gabriel Witzel¹

Comentário do Editor

Na continuidade da tarefa de oportunizar o alargamento do espaço de discussão acerca do fenômeno da linguagem, seu funcionamento e suas implicações, na égide da investigação linguística, a Revista Saridh (Linguagem e Discurso) apresenta, nesta edição (volume 5, número 1 - 2023), uma entrevista com a pesquisadora e professora Denise Gabriel Witzel, da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). A participação da Professora Denise é instrumento que não apenas abrilhanta, de forma singular e inédita, a discussão sobre os discursos afirmativos, mas, para além disso, lustram o celebrado momento de fala sobre a problemática da midiatização. Com todo o louvor que lhe é devido e com a perícia que é marca forte de sua forma de ler o mundo e suas manifestações, a Professora Denise mobiliza em suas respostas uma profundidade intelectual típica e que nos apresenta a reflexão sobre as interseccionalidades, as lutas e os engajamentos a que estamos sujeitos e submetidos frente às demandas da sociedade contemporânea.

A professora-pesquisadora Denise Gabriel Witzel possui graduação em Letras Português Francês pela Universidade Estadual Paulista - UNESP-Assis, mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - FCL/UNESP-Araraquara-SP. Denise realizou estudos em programa de doutorado sanduíche na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França e atualmente é professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Guarapuava/PR). É membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos da ANPOLL e também Diretora da Editora UNICENTRO (EDUNI). Nossa convidada é Coordenadora Institucional do Programa Paraná Fala Francês (PFF) na UNICENTRO e tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos temas: ensino da língua portuguesa, discurso, corpo e história das mulheres.

A trajetória acadêmica, a sensibilidade em contribuir com a sociedade brasileira e o envolvimento direto com a ciência, via pesquisas desenvolvidas no âmbito institucional, exponenciam o lugar único e medular reservado à Professora Denise na cena nacional. Na assertividade de suas respostas esta entrevista, nossa convidada nos agracia com reflexões inéditas sobre a relação entre os modos e processos de midiatização e a produtividade dos discursos afirmativos daí advindos.

Com inquestionável maestria e incrível didaticidade e clareza, Denise nos fala sobre a tarefa de lermos os discursos para, na revelia dos efeitos de sentidos que eles oportunizam, podermos compreender nossa posição de sujeito no mundo. A leitura desta entrevista constitui-se, portanto, como um imperativo aos analistas e estudiosos do discurso no Brasil.

1. (Revista Saridh) Como você entende a relação língua e discurso e como é possível abordar essa relação a partir da discursividade oportunizada pelas produções da mídia no Brasil e no mundo?

Professora Denise: A relação entre língua e discurso tem sido alvo de inúmeros entendimentos no campo dos estudos linguísticos e discursivos. Mirando essa relação precisamente pela ótica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, campo de estudo no qual tenho desenvolvido e orientado trabalhos de pesquisa, entendo a relação entre língua e discurso a partir de uma relação incontornável entre a língua (linguagem) e os aspectos sociais, históricos, políticos e culturais. Isso significa considerar tudo o que, de certa forma, foi excluído pelas correntes estruturalistas derivadas da concepção de língua como sistema, notadamente o sujeito, a situação e a história, ou seja, a exterioridade.

Sob a ótica arqueológica do filósofo francês Michel Foucault, em que pese o fato de a língua não ser seu objeto de análise, ou mesmo discussão, ele dá grande centralidade em sua *Arqueologia do Saber* ao conceito de enunciado e, para defini-lo, ancora-se no pressuposto de que a língua é condição para a produção do discurso. Um enunciado, nessa perspectiva, não corresponde a uma frase, proposição ou aos atos de fala, isso porque “os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2007, p.55).

Para melhor esclarecer, vale recuperar um enunciado propagado na e pela mídia, assim, já respondemos a segunda parte da questão. “*Não é Não*”¹ é um enunciado que ganhou grande visibilidade midiática no período do carnaval, decorrente de um movimento de mulheres que visavam combater o assédio sexual. A estratégia foi tatuar, temporariamente, *Não é Não* na pele dos corpos que surgem como uma resposta bastante clara e contundente às práticas patriarcais que subjugarão os corpos femininos e produziram rotineiras formas de sujeição e de violência ao longo de sua história. O “a mais”, nesse caso, refere-se a esses elementos não-linguísticos que nos permitem compreender o discurso de resistência daquelas mulheres como uma prática de liberdade que provém da formação de saberes sobre o corpo da mulher articulados com outras práticas não discursivas. Em suma, na língua materializamos o enunciado *Não é Não* – efêmero nos corpos seminus presentes nas manifestações que vão às ruas, mas perene nas mídias sociais – lido e interpretado em sua relação com a história da mulher.

2. (Revista Saridh) Qual é a importância das teorias e estudos que se propõem a abordar as práticas discursivas do cotidiano e os sentidos por elas mobilizados tendo em vista, sobretudo, o lugar reservado aos sujeitos sociais no espaço de cobertura midiática do presente?

15

Professora Denise: No âmbito das diferentes teorias e estudos que se propõem a abordar as práticas discursivas, há pontos em comum para pensarmos nessa importância, conforme Gregolin e Witzel (2016): o discurso não brota no momento da enunciação; existe uma relação indissociável entre a língua, o sujeito e a história; o que os sujeitos dizem (mediante palavras e/ou imagens) é sustentado historicamente, ou seja, os sentidos são dependentes das formações discursivas nas quais o discurso se inscreve; todo discurso é produzido sob certas determinações históricas, constituindo-se como um espaço em que saber e poder se articulam.

¹ Desenvolvo esse tema no artigo Witzel, D. G. (2022). Discurso, corpo utópico e escrita de/em si. *Revista Da Anpoll*, 53(2), 281–297. <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1746>

Face aos atuais e gigantescos processos de midiáticação, acelerados pela euforia tecnológica em compasso com o mercado de consumo, entendo que compreender o funcionamento dos discursos, a partir daquelas características, é se apropriar de ferramentas analíticas que, grosso modo, contribuem para as práticas de leitura e de interpretação de um texto/imagem que circula nas diferentes mídias. Isso implica a formação de sujeitos leitores que entendem que o sentido não é evidente ou transparente, já que pode ser outro; que as verdades disseminadas em notícias, *posts*, ou em quaisquer outros textos, precisam ser entendidas como produções históricas, pois não são absolutas, universais, tampouco definitivas.

Trata-se de vontades de verdade (FOUCAULT, 2007) que se transformam de acordo com as contingências históricas e somente são compreendidas mediante um gesto de leitura de um leitor com capacidade de análise crítica e com entendimento de sua realidade. É nesse ponto que a “importância das teorias e estudos que se propõem a abordar as práticas discursivas do cotidiano e os sentidos por elas mobilizados” se interliga à importância da leitura na formação social dos sujeitos.

3. (Revista Saridh) Como caracterizar os discursos afirmativos e como essas formas de dizer podem fomentar, no âmbito da efetividade e produtividade linguística, os movimentos de luta, de engajamento e as interseccionalidades da vida política, social, ideológica dos sujeitos?

Professora Denise: Os discursos afirmativos apontam, fundamentalmente, para modos de existência dos sujeitos e, sobretudo, de resistência daqueles e daquelas historicamente atingidos por perversas tecnologias do poder que provocaram segregações e exclusões sociais baseadas em questões de gênero, raça, sexualidade, entre outras. Sendo os discursos espaços em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente), não tenho dúvidas de que as formas de dizer que visam combater o racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia, xenofobia e quaisquer outras formas

de discriminação são respostas a essa urgência histórica, fomentando flexibilizações de certezas e, felizmente, produções de novas subjetividades.

Descolonizar discursos, reconstruir e fazer ecoarem as vozes de sujeitos historicamente inviabilizados, ao tempo em que ressignificam visões e práticas preconceituosas na vida política, social, ideológica dos sujeitos, são, dentre outras, importantes medidas de enfrentamento às desigualdades sociais e raciais. Volto a destacar a urgência de serem desestabilizadas as certezas que persistem fomentando as desigualdades sociais, subjugando corpos e impondo-lhes lugares, limites, interditos e exclusões. A emergência e circulação de discursos afirmativos significa a conquista de espaços para insurreições de saberes contra os exercícios do poder ligados a diferentes instituições – política, religiosa, familiar etc. – organizadas em uma sociedade como a nossa.

Com efeito, são discursos que contribuem para que certezas e verdades sejam desestabilizadas e, sobretudo, reinventadas, tendo em conta que, na perspectiva que sigo, os sujeitos são sempre submetidos pelo poder à produção da verdade e somente podem exercer algum poder a partir da produção da própria verdade. E a verdade é a norma: “Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos do poder” (FOUCAULT, 2008, p.180).

4. (Revista Saridh) *Que configuração adquire o papel do professor-pesquisador na condução de um processo de ensino-aprendizagem coerente e atento aos sentidos produzidos pela midiática dos acontecimentos e sua inscrição em redes de discursos, notadamente, os discursos ditos afirmativos?*

Professora Denise: Se hoje proliferam discursos que reinventam homens e mulheres na construção de suas narrativas históricas é porque ganharam relevo os discursos afirmativos de uma luta ocorrendo há muito tempo, nascida nos movimentos sociais (feministas, antirracistas, LGBT etc.) e fortalecida, creio, pelos trabalhos teóricos e analíticos

desenvolvidos no âmbito das pesquisas acadêmicas que, muitas delas, em seus diferentes modos e perspectivas, buscam responder à pergunta de Michel Foucault: *Quem somos nós hoje?* Trata-se de uma pergunta que não remete a sujeitos “reais” ou universais, mas a singularidades históricas.

Entendo que o papel do professor-pesquisador na condução de um processo de ensino-aprendizagem é também buscar respostas a essa questão quando se compromete a contribuir no conjunto de ações que visam à formação de alunos críticos, autônomos, capazes de pensar e refletir, eticamente, acerca da dignidade, do respeito, da afetividade, das responsabilidades, enfim, dos modos justos e igualitários de nossa vida em sociedade. Mais precisamente com relação à midiática dos acontecimentos, volto a Foucault para lembrar que todo sistema de educação “é uma maneira política de manter ou modificar apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2005, p. 44). É nesse sentido que no espaço da sala de aula e nas suas extensões podem ser desenvolvidas práticas pedagógicas que evidenciem como e por que certo enunciado – e não outro – ganhou destaque na mídia, articulando-os às relações de poder, à sua circulação e dispersão ao longo da história. Nas possíveis respostas para *quem somos nós*, no campo dos estudos linguísticos e discursivos, podemos promover práticas responsivas à midiática dos acontecimentos, notadamente aos novos padrões de interação que, muitas vezes, reverberam discursos racistas, misóginos e preconceituosos.

5. Considerando os discursos e as verdades que atribuem determinada especificidade à escola pública brasileira e à educação nacional como um todo conferindo-lhe, por certo, a condição de acontecimento, é possível vislumbrarmos um ensino voltado para atender a formação plena do educando, o que envolve pensar, por exemplo, a capacidade de observar a si mesmo como agente produtor e replicador de discursos?

Professora Denise: Sendo otimista, entendo ser possível vislumbrarmos um ensino atento às urgências do mundo contemporâneo, capaz de acolher, problematizar e enfrentar seus problemas, desejos e necessidades mais prementes, mediante a construção de

conhecimentos, passando pela formação de sujeitos capazes de observar a si mesmo como agente (re)produtor de discursos. É importante não perder de vista alguns discursos e verdades fundantes da escola e da educação em aspectos mais gerais: (i) segundo a LDB, o compromisso da escola é “educar os alunos dentro dos princípios democráticos”; (ii) nos PCNs, lemos que é necessário “compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”²; (iii) a BNCC orienta premissas/competências que “visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”³.

Considerando esses pontos em meio a tantos outros que normatizam a escola e a educação, apontando para o desenvolvimento integral dos alunos com vistas à sua preparação para a vida cidadã, cabe a nós, educadores, notadamente da área das Letras, contribuir para a formação plena dos educandos nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das múltiplas linguagens, considerando quem somos nós enquanto seres sociais. Nessa direção, deixo aqui uma sugestão de leitura: o livro “Ensinando a Transgredir”, de bell hooks (2013), que, seguindo a temática desta entrevista, pode contribuir para que possamos promover um ensino pautado na e pela reflexão crítica sobre as diferentes práticas discursivas que permeiam o cotidiano de professores e alunos. Ao ensiná-los também a transgredirem as fronteiras raciais, sexuais e de classe, a autora nos incita a pensar a educação como uma prática de liberdade, tornando o mundo mais justo, inclusivo e, de fato, mais democrático.

6. (Revista Saridh) Considerando o papel da mídia e a capilaridade de seu poder na dimensão da vida cotidiana, como o sujeito social pode se colocar na posição de crítico, de questionador das verdades e formas de dizer a história? Que impactos e implicações podem ser assinalados nesse tocante?

² <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>.

³ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>

Professora Denise: Diante da imensa e poderosa orquestração de vozes, palavras e imagens que nos atingem cotidianamente via mídia – jornais, revistas, televisão, rádio e, sobretudo, *internet* – devemos estar sempre atentos às vontades de verdade, tendo em conta que os discursos, tomados como prática discursiva, inscrevem-se em redes de memória constituídas por relações de poder-saber que determinam o que pode ou não pode ser dito/visto. Se os sentidos nunca são evidentes, não estão totalmente visíveis nas materialidades, uma vez que estão diluídos na heterogeneidade constitutiva do discurso, ler e interpretar “as verdades” disseminadas e legitimadas pela mídia, implica conceber a produção dos sentidos como algo produzido por sujeitos sociais e históricos que se valem da materialidade da linguagem para entrarem, via discursos, nos jogos estratégicos e polêmicos por meio dos quais constituem-se os saberes de um momento histórico.

Tendo isso em foco, a leitura de um texto ou imagem nessas condições de produção pressupõe a existência de um leitor que, além de decodificar os signos, possa compreender e refletir sobre os efeitos de sentido do que lê, analisando as próprias conclusões e julgamentos sobre o assunto de modo a assumir a posição de crítico e questionador das verdades disseminadas. A esse leitor cabe acatar, problematizar ou refutar o que o discurso midiático informa, reverbera, denuncia, publiciza, recomenda, espetaculariza etc., dialogando com outras diferentes perspectivas e diversidade de pontos de vista, de modo a responder de maneira não passiva aos problemas que o mundo contemporâneo nos coloca e sobre os quais podemos nos debruçar, a fim de compreendermos criticamente o funcionamento da língua(gem) na produção de sentidos, sujeitos e verdades.

O impacto e as implicações desse tipo de leitura podem combater, dentre muitas outras questões, a disseminação de *fake news*, muitas delas revestidas por discurso de ódio que reforçam racismo, homofobia, enfim, posicionamentos preconceituosos.

7. (Revista Saridh) Observando o efeito de intimidade do sujeito com as mídias, na vida pública e privada, bem como sua adesão a formas e instrumentos midiáticos cada vez mais finos, sagazes, aguçados e vinculados a saberes politizados, qual o papel da universidade nessa conjuntura?

Professora Denise: Responder a essa pergunta implica compreendermos um dos pontos fundamentais em relação ao sujeito e, a partir disso, sua relação com a produção e disseminação dos discursos de uma forma geral e os midiáticos de uma forma mais específica. Diferentemente das concepções atreladas à ideia de universais antropolizantes que pensavam a comunicação realizada entre sujeitos individuais, de onde brotariam os sentidos daquilo que é enunciado, consideramos esses sujeitos em dispersão, ou seja, quem fala sempre o faz de um certo lugar (posição sujeito) constituído de liberdades e interditos, inclusões e exclusões, normas de condutas e de contra condutas, de poder e de contrapoder.

Com efeito, as concepções que se contrapõem àquelas que visavam naturalizar e apagar as estratégias de poder e, extensivamente, o sofrimento e as inequidades (re)produzidas “dentro de comunidades ditas livres e democráticas” (MOITA LOPES, 2020, p.371), têm balizado o trabalho de muitos professores/pesquisadores nas Universidades. Esses, ao problematizarem *o efeito de intimidade do sujeito com as mídias, na vida pública e privada, bem como sua adesão a formas e instrumentos midiáticos cada vez mais finos, sagazes, aguçados e vinculados a saberes politizados*, integram em suas preocupações teórico-analíticas os modos de existir desse sujeito. Isso significa, a meu ver, considerar os jogos de verdades que, muitas vezes, precisam ser questionados, sobretudo quando se trata de verdades que legitimam a exclusão social, alimentando cotidiana e ideologicamente em diferentes espaços midiáticos, práticas de violações aos direitos humanos. Nessa linha de raciocínio e tomando a mídia como um veículo presente na vida pública e privada dos sujeitos, entendo que o que se vê, ouve e lê no espaço midiático são questões que nos levam a fomentar nas universidades linhas de trabalho que valorizam a produção de conhecimentos plurais, balizado e orientado, de um lado, pelo respeito e pela solidariedade; de outro, pela atitude crítica e transformadora, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais, muitas delas alimentando práticas misóginas, LGBTQIA+fóbicas, racistas e afins.

8. (Revista Saridh) Considerando a fulcral necessidade de incentivo à formação de sujeitos críticos, leitores da realidade e atentos às peripécias da midiática da vida em sociedade, como você analisa o espaço dado ao trabalho com os conceitos de língua, de discurso e de sentido (via componentes curriculares, projetos de ensino, pesquisa e extensão) nos cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil?

Professora Denise: Em que pese o fato de essa ser uma questão bastante complexa, haja vista que tal espaço depende dos diferentes programas e das diferentes universidades, creio que muito já foi alterado e superado se olharmos atentamente para os atuais abalos das antigas compreensões essencialistas da vida social e, mais precisamente em relação ao terreno dos estudos linguísticos envolvendo os conceitos de língua, de discurso e de sentido, são inúmeras e importantes as contribuições de pesquisadores focados nesse ponto, de modo a promover, cada vez mais, a formação de alunos da graduação e da pós-graduação com responsável postura crítica e questionadora do funcionamento da língua(gem) e do mundo ao seu redor.

Do lugar da Análise do Discurso, e aqui reitero que falo a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, temos muito a contribuir e muito ainda por fazer para dar visibilidade às lutas entre poderes e saberes no terreno da linguagem, disputando os significantes, produzindo regimes de enunciabilidade e visibilidade de discursos que circulam em diferentes e múltiplas materialidades, notadamente nos meios digitais.

Na relação inescapável entre língua e produção de vontade de verdades, a partir da qual a linguagem deixa de ser pura forma e adquire historicidade, esses discursos contribuem para o enfrentamento de sentidos, muitas vezes, apagados/silenciados, reclamando o empoderamento de sujeitos sociais, questionadores e críticos das formas hegemônicas e estereotipadas de controle dos corpos e das formas de dizer e refazer a história, tornando-se um sujeito ativo no enalço de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Acompanhando as reflexões de Moita Lopes (2020), há muito ainda a se conquistar para que as Universidades possam melhor cumprir seu papel democrático e ético, ressignificando os modos tradicionais

de dominar os conteúdos e ensiná-los, com vistas a adotar uma postura mais engajada na formação de sujeitos capazes de compreender que (i) os discursos derivam de normas e códigos, muitas vezes, estáveis, persistentes, lentos em se mover; (ii) há discursos institucionais em circulação em detrimento de outros, fomentando cotidianamente determinadas narrativas preconceituosas e discriminatórias. Sobretudo, há muito ainda para se compreender acerca do funcionamento dos discursos, considerando que existe, em nossa sociedade e no que somos, uma importante dimensão histórica e, “no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produzem há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas...”. (FOUCAULT, 2015, p. 252).

Destaco essa citação, porque o que se diz sobre algo, do mais banal ao mais complexo, impõe gestos de compreensões a partir das condições de existência dos enunciados – verbais, visuais e verbo-visuais – que afirmam e definem quem somos nós, há dias, semanas, séculos. Por que este enunciado, e não outro? Quais memórias são atualizadas neste enunciado? Enfim, são perguntas importantes a serem consideradas nas práticas de leitura/escrita de sujeitos críticos; fundamentais para a produção de liberdades e novas subjetividades.

9. (Revista Saridh) Considerando que todo discurso reclama um referencial extralinguístico de forma a estabelecer seu próprio quadro de legitimidade, de identidade e de subjetividade, existe espaço para pensarmos, no contexto nacional, um lugar de positividade e de veridicção para o discurso afirmativo? Que vozes e verdades em rede caminham nesse sentido?

Professora Denise: Penso que sim, apesar dos últimos tempos, em que tivemos forte levante das narrativas hegemônicas e intensas medidas para tentar desqualificar os discursos afirmativos. Sabemos que, hoje, a propagação de informações se dá, fortemente, por meio da *internet* e, mais precisamente, pelas redes sociais. E é nesse lugar que emerge uma grande diversidade de vozes e perspectivas, em cujo debate ganham destaque e, cada vez mais

espaço e visibilidade, grupos que lutam, via práticas discursivas e não discursivas, para eliminar as desigualdades sociais históricas. Dentre as importantes vozes e novas subjetividades que caminham nesse sentido, quero destacar uma que nos orienta de forma bastante fundamentada a enxergar o mundo por “outras lentes”, fazendo ressoarem os discursos que não confundem diferenças com desigualdades.

Recupero, pois, a voz forte e coerente de Djamila Ribeiro (2018, p. 27), filósofa e feminista negra que, ao propagar o enunciado “lugar de fala”, permite-nos pensá-lo como uma categoria analítica no campo linguístico e discursivo, englobando fatores de gênero, étnico-racial, social, histórico, geracional e territorial. Do lugar de fala no feminismo negro, ela argumenta: é imprescindível forjar “um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação”. Eis um bom exemplo das vozes e verdades em rede que caminham no sentido de fazermos valer o respeito irrestrito aos direitos humanos e à diversidade cultural, linguística, de gênero e seus desdobramentos.

10. (Revista Saridh) Ao agradecermos muito sincera e cordialmente por sua atenção e disponibilidade em nos prestigiar com essa entrevista, deixamos aqui aberto este espaço para suas considerações finais.

Professora Denise: Sou eu quem agradece esta oportunidade. Para finalizar estas rápidas reflexões que trataram dos discursos afirmativos nas tramas do poder-saber, gostaria de lembrar que, ao analisarmos discursos com e a partir do filósofo francês Michel Foucault, visamos discutir proposições valendo-nos de sua caixa de ferramentas analítica no campo da linguagem, focalizando sempre a incontornável articulação entre discurso, sujeito, história e memória. Seguindo seus passos arqueogenealógicos, somos orientados por princípios de quem foi/é um cartógrafo das margens e historiador do corpo, do poder e dos espaços, interessado na vida dos homens infames e nas estratégias de sujeição do sujeito enredado no poder-saber. Para ele, é na investigação dos acontecimentos periféricos, daqueles deixados à margem da história, que se pode ouvir o rachar das estruturas e, falando diretamente para estudantes e pesquisadores que se interessem pelos temas e ideias desenvolvidos por

Foucault, ele pauta seus ditos e escritos na importância de problematizar as práticas discursivas de modo a compreender como isso-que-é poderia já não ser isso-que-é. Assim, fecho citando: “qualquer descrição deve sempre ser feita de acordo com estes tipos de fraturas virtuais que abrem espaço para a liberdade, entendida como um espaço de liberdade concreta, ou seja, um espaço de possível transformação”. (FOUCAULT *apud* MAY, 2011, p. 107-108).

Referências

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. Diálogos sobre o poder. Ditos e Escritos. **Estratégias, Poder-Saber**. MOTTA, Manoel de Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário V.; WITZEL, Denise Gabriel. Análise do discurso verbo-visual do Facebook. In: ABREU, A.S.; SPERANÇA-CRISCUOLO, A.C.. (Org.). **Ensino de Português e Linguística**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2016, v. 1, p. 119-134.

MAY, T. A concepção de liberdade de Foucault. In: TAYLOR, D. (Org.) **Michel Foucault-conceitos fundamentais**. São Paulo: Vozes, 2018, p.97-113.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca Falabella. LOPES, L. P. da. Por uma ideologia linguística responsiva às teorizações Queer. *Cadernos de Linguagem e Sociedade, [S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 370–387, 2020. DOI: 10.26512/les. v21i2.35701. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35701>. Acesso em: 6 maio 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ⁱ Professora Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

E-mail: witzeldg@gmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2281147550095036>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-7574>

MARCAS DISCURSIVO-ENUNCIATIVAS EM PUBLICIDADES COM CRIANÇAS NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

DISCURSIVE-ENUNCIATIVE MARKS IN ADVERTISING WITH CHILDREN IN THE FOLHA DE SÃO PAULO NEWSPAPER

Luciana Maria de Aquinoⁱ

Resumo: Este estudo versa sobre aspectos linguístico-discursivos presentes em publicidades do Jornal Folha de São Paulo, tendo como objetivo principal analisar as marcas discursivo-enunciativas nas publicidades em que constam crianças a partir de um recorte temporal. A perspectiva teórica adotada se baseia na Teoria Semiolinguística do Discurso de Patrick Charaudeau (2008a, 2008b) e nas contribuições de teóricos como Mainguenu (2004), Montigneaux (2003), Costa (2010), dentre outros que nos auxiliaram no entendimento do texto publicitário como atividade enunciativa e na reflexão sobre o uso de imagens de crianças nesse contexto. O *corpus* dessa pesquisa de cunho qualitativo e interpretativo se constitui em quatro publicidades selecionadas a partir de uma perspectiva histórica, tendo como referência as décadas de 1930, 1950, 1970 e 2000 e que nas quais aparecem crianças, a fim de que fosse possível observar o comportamento dos sujeitos da linguagem no âmbito da enunciação publicitária ao longo do período selecionado. A pesquisa demonstrou a presença constante de infantes nas publicidades do jornal ao longo das décadas, entretanto, tal presença se reconfigura na cena enunciativa em consequência da dinâmica histórico-social que provoca mudanças que vão além dos aspectos visuais, mas também na forma como o sujeito enunciator se manifesta na interação verbal.

Palavras-chave: Discurso. Enunciação. Publicidade. Criança.

Abstract: This study deals with linguistic-discursive aspects present in advertisements of the Folha de São Paulo newspaper, with the ultimate goal of analyzing the discursive-enunciative marks in advertisements that feature children from a time frame. The theoretical perspective adopted is based on the Semiolinguistic Theory of Discourse by Patrick Charaudeau (2008a, 2008b) and on contributions from theorists such as Mainguenu (2004), Montigneaux (2003), Costa (2010), among others who helped us understand the advertising text as an enunciative activity and in reflection on the use of images of children in this context. The *corpus* of this qualitative and interpretative research consists of four advertisements selected from a historical perspective, with reference to the 1930s, 1950s, 1970s and 2000s, in which children appear, so that it was possible to observe the behavior of language subjects in the context of advertising enunciation over the selected period. The research demonstrated the constant presence of infants in newspaper advertisements over the decades, however, such presence is reconfigured in the enunciative scene as a result of the historical-social dynamics that provokes changes that go beyond the visual aspects, but also in the way the subject enunciator manifests itself in verbal interaction.

Keywords: Discourse. Enunciation. Advertising. Child.

Introdução

Ao observar o modo como fazemos uso da linguagem no decorrer do tempo, é possível perceber a dinamicidade da língua, pois esta vai agregando gradativamente

mudanças que vão se instalando nas suas diferentes formas de apresentação, seja oral ou escrita. Para Charaudeau (2008a, p. 7), “é a linguagem que permite ao homem viver em sociedade. Sem a linguagem ele não saberia como entrar em contato com os outros, como estabelecer vínculos psicológicos e sociais com esse outro que é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente”.

O referido autor afirma ainda ser a linguagem um poder, talvez o primeiro poder do homem. Sendo ela, linguagem, que permite ao homem pensar e agir, pois não há ação sem pensamento, nem pensamento sem linguagem. Além dessas características é importante ressaltar que essa atividade humana se desdobra no teatro da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um “savoir-faire” (CHARAUDEAU, 2008a). Nesse sentido, ao propormos como objetivo analisar as marcas discursivo-enunciativas em publicidades com crianças, pretendemos também observar o contrato de comunicação e as estratégias utilizadas pelo locutor para conseguir a adesão de seu interlocutor e como se deu, nesse processo, a presença de infantes enquanto sujeitos de linguagem. Consideramos ainda incipientes os estudos que abordam o “lugar” da criança na publicidade por um viés que resgata o aspecto temporal e sua relação com os modos de enunciação, como pretendemos neste trabalho.

Assim, utilizamos a Teoria Semiolinguística desenvolvida pelo professor Patrick Charaudeau (2008a, 2008b), que nos auxiliou nessa tarefa de compreender como funciona o discurso publicitário. O *corpus* foi constituído por quatro publicidades publicadas em décadas diferentes no jornal Folha de São Paulo, a fim de que pudéssemos observar como a presença de crianças no gênero publicitário tornou-se uma estratégia constante ao longo do tempo no Jornal Folha de São Paulo. Para tanto, propomos inicialmente uma breve discussão sobre a teoria Semiolinguística prosseguindo com a abordagem do gênero publicidade e, por fim, faremos uma breve reflexão sobre inserção estratégica de crianças na publicidade para, enfim, tecermos as considerações finais.

1 Breves considerações sobre a Teoria Semi linguística

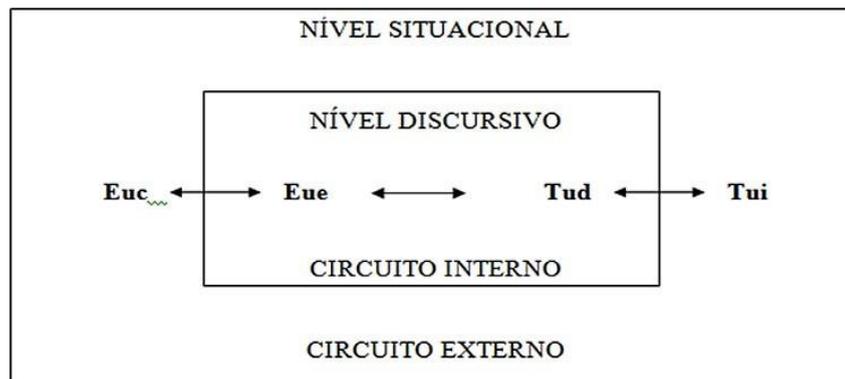
A Teoria Semi linguística foi criada pelo linguista francês Patrick Charaudeau em sua tese de doutorado em 1979, na qual defende a ideia de que comunicar é proceder a uma encenação, em que os sujeitos falantes utilizam componentes do dispositivo sócio-linguístico da comunicação a fim de produzir certos efeitos no seu interlocutor. Esse dispositivo compreende o contrato situacional, o contrato comunicacional, os modos de organização do discurso e as configurações linguísticas (CHARAUDEAU, 2008a).

Logo na abertura deste trabalho, enfatizamos que a linguagem seria, talvez, o primeiro poder do homem. Entretanto, é preciso entender que há uma série de fatores a serem considerados na execução desse poder. O autor afirma que um conjunto de competências (situacional, semi linguística e semântica) constitui a competência discursiva, esclarecendo que a noção de discurso é distinta da noção de texto, tendo em vista que o primeiro é lugar da encenação da significação e contribui para o surgimento do segundo. Assim, nessa perspectiva, o ato de linguagem é concebido como ato inter-enunciativo:

O sentido do ato da linguagem deve ser procurado não apenas em sua configuração verbal, mas, sobretudo, no jogo que se estabelece entre essa configuração (a verbal, visível e concreta) e seu sentido implícito, sentido este que vai depender da relação dos protagonistas do ato de linguagem entre si e de sua relação com as circunstâncias de comunicação que envolvem o dito ou o escrito (MACHADO, 2005, p. 26).

Assim, o ato de comunicação apresenta, de acordo com a teoria Semi linguística, uma dupla dimensão, como podemos observar no quadro a seguir:

Figura 1: Ato de linguagem



Fonte: Charaudeau, 2008b

Sendo essas duas dimensões indissociáveis, o sentido se constrói primeiramente por uma atividade estrutural da linguagem, completando-se posteriormente através do implícito (MACHADO, 2005). A importância da estrutura linguística é mantida, entretanto, o que se propõe é justamente mostrar a necessidade de observar o signo linguístico ancorado ao contexto, ao sujeito e a situação ao longo do processo de produção de sentido(s). “[...] a Teoria Semiológica leva em conta o aspecto situacional, ou seja, os fatores histórico, social, cultural, psicológico e intencional do ato de linguagem” (GALINARI, 2006, p. 91).

Sobre o quadro acima, podemos notar, então, que no circuito externo, onde está situada a dimensão situacional, temos o sujeito comunicante “Euc” e o sujeito interpretante “Tui”, que podem ser considerados seres psicossociais, parceiros dotados de uma intencionalidade comunicativa e envolvidos em uma relação contratual. Já no Circuito interno, onde se situa a dimensão linguística do processo enunciativo, temos o sujeito enunciativo “Eue” e o sujeito destinatário “Tud”, considerados seres de linguagem, protagonistas da interação linguageira, sendo, pois, um desdobramento do sujeito comunicante e do sujeito interpretante (DIAS; GOMES, 2005). Essas “pessoas” e “papéis” concebidos são considerados na teoria em questão, como comportamentos linguageiros, isto é, índices semiológicos da encenação do Fazer e do Dizer:

Assim, o ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante da simples produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor. Tal ato deve ser visto como um encontro

dialético (encontro esse que fundamenta a atividade metalinguística de elucidação dos sujeitos da linguagem) entre dois processos: -processo de Produção, criado por um EU e dirigido a um TU-destinatário; -processo de Interpretação, criado por um TU'-interpretante, que constrói uma imagem EU' do locutor (CHARAUDEAU, 2008a, p. 44).

Ao propor um desdobramento dos sujeitos da linguagem, o autor nos apresenta uma visão mais aprofundada acerca do ato de comunicação, possibilitando a percepção de outros elementos ali constantes, mas camuflados pela opacidade própria da linguagem. Lembramos ainda, de acordo com Machado (2005), que a Semiologia é uma teoria que avança, oferecendo um leque de opções dentro das abordagens teórico-linguístico-discursivas, uma vez que não despreza aquisições vindas de outras áreas, como Etnometodologia, Antropologia, Psicologia, Sociologia, Pragmática, Enunciação, dentre outras. Enfim, um amálgama criteriosamente bem elaborado que possibilita ao pesquisador partir de uma abordagem que integra sujeito coletivo e individual nas diferentes circunstâncias de discurso.

2 Publicidade e jornal

Antes de tratarmos diretamente do gênero publicidade, faremos um breve panorama a respeito do suporte¹ no qual este gênero está inserido e que nos interessa diretamente neste trabalho: o jornal. DeFleur e Ball-Rokeach (1993), afirmam que o jornal moderno resulta de uma combinação de elementos de várias sociedades e períodos diferentes e que estudiosos da história do jornalismo defendem que traços do jornal moderno, como editorial, artigos sobre esportes, ilustrações, colunas políticas, e até mesmo histórias em quadrinhos, foram utilizados antes da verdadeira imprensa de massa nascer:

Ainda antes do nascimento de Cristo, os romanos pregavam em locais públicos folhas com notícias chamadas *acta diurna*. Os chineses e os coreanos usavam tipos esculpidos em madeira e papel para imprimir, vários séculos antes de eles aparecerem na Europa. No século XVI, bem depois da impressão ter chegado à Europa, o governo veneziano imprimiu

¹ Charaudeau (2010) explica que o suporte também é um elemento material funcionando como canal de transmissão fixo ou móvel: pergaminho, papel, madeira, uma pedra, ondas sonoras, uma tela de cinema, uma tela de vídeo etc. Lembramos ainda que a publicidade está presente em uma grande variedade de suportes.

uma pequena folha com notícias que podia ser comprada com uma gazeta (uma pequena moeda). [...] Algo mais parecido com a ideia moderna de um jornal surgiu nos primeiros anos do século XVII na Alemanha (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 64-65).

Logo, é possível notar que o jornal seguiu uma longa trajetória desde o seu surgimento até os dias atuais, agregando ao longo dos séculos mudanças decorrentes das transformações pelas quais a sociedade tem passado. Os precursores do jornal surgiram em 1621 e eram denominados *corantos*, tendo como conteúdo principal informações sobre o estrangeiro, sem uma publicação regular e fortemente regulados pelo governo. Apenas com o declínio das velhas monarquias feudais e o surgimento de novos conceitos de democracia que se teve o surgimento do princípio de liberdade de imprensa (DEFLEUR; BALL-ROCKEACH, 1993).

Os autores destacam ainda que a imprensa de verdade só veio efetivamente se desenvolver após uma série de mudanças sociais, como os papéis políticos do cidadão comum, o crescimento do mercantilismo que levou a novos padrões de estratificação social, aumento da classe média, aperfeiçoamento da tecnologia da impressão e do papel e a criação do primeiro sistema de ensino público de massa durante a década de 1830. Foi nesse cenário que o impressor Benjamin H. Day lançou em Nova York, o jornal *New York Sun*, que seguia uma linha populista e era vendido em exemplares avulsos por um “tostão”. É importante ressaltarmos que a imprensa de tostão exerceu grande atração sobre os anunciantes:

Tais anúncios alcançaram elevado número de fregueses em potencial, com bem maior sucesso do que os que apareceriam nos anteriores jornais de circulação limitada. Remédios industrializados, “para gente e animais”, eram um desses produtos de uso pela massa que desempenharam papel proeminente no apoio aos novos jornais de tostão. Bem cedo, as lojas e magazines adotaram prontamente o jornal como recurso para divulgar suas mercadorias (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 69).

Essa breve reflexão nos leva a concluir que o intuito primeiro da publicidade se concentrava em divulgar seus produtos para alcançar venda. Quanto maior a circulação e alcance do jornal, maior divulgação e, conseqüentemente, melhores lucros. Com o passar dos anos houve um aperfeiçoamento das técnicas e estratégias usadas pela publicidade para

alcançar público.

Interessa-nos, aqui, também, destacar o surgimento do Jornal Folha de São Paulo em um breve percurso histórico para efeitos de contextualização. Lançado em 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, em sua primeira versão foi denominado de "Folha da Noite", esta, que após quatro anos, teve sua edição matutina lançada em julho de 1925, a "Folha da Manhã. Também houve a fundação da "Folha da Tarde", 24 anos depois. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa ("Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha da Noite") se fundem e surge o jornal Folha de São Paulo. Outro marco importante da empresa aconteceu em 9 de julho de 1995, pois chegava à internet a FolhaWeb, o primeiro canal on-line da Folha. Em 2010 a Folha Online é reestruturada e passa a se chamar Folha.com. Aplicativos para iPhone, iPad e Galaxy Tab são lançados².

De acordo com Freitas (1999), o jornal ao longo de sua existência pertenceu a diferentes grupos empresariais, o que alterou sua política editorial inúmeras vezes. Passou por quatro fases de desenvolvimento que podem ser assim definidas: de 1921 a 1930 uma ausência de planejamento empresarial definido marca esta fase; de 1931 a 1945 dá-se o início da consolidação empresarial; de 1945 a 1962 há o fortalecimento da estrutura organizacional e financeira. A quarta fase tem início em 1962 e se estende até os dias atuais com o reconhecimento da Folha de São Paulo como um dos mais importantes periódicos do país.

2.1 Contrato, publicidade e marcas discursivo-enunciativas

O jornal, de um modo geral, foi então, um dos primeiros espaços onde a publicidade começou a circular. Essa cumplicidade mantida historicamente tem ganhado novas formas de apresentação, tanto no que diz respeito à apresentação imagética quanto à maneira de enunciar. Para Maingueneau (2003, p. 110):

A publicidade visa, com efeito, persuadir, associando o produto que vende a um corpo em movimento, a um estilo de vida, uma forma de habitar o mundo; como a literatura, a publicidade procura "encarnar", por meio de

² http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

sua própria enunciação, aquilo que ela evoca, isto é, procura torná-lo sensível.

Maingueneau (2003) demonstra nessa passagem acima a importância da enunciação na esfera midiática, mais especificamente na publicidade. Normalmente, no texto literário, conseguimos identificar com mais clareza e reconhecer os diferentes modos de enunciar e os efeitos pretendidos no leitor do que no texto publicitário. Possivelmente isso se dá pelo fato de tais textos (literário e publicitário) possuírem objetivos/fins diferentes quando relacionados às instâncias de produção e recepção. Sobre os discursos das mídias, Charaudeau (2010, p. 124), destaca que:

A instância de produção e a instância de recepção se acham engajadas num processo de transação, no qual a primeira instância desempenha um duplo papel de testemunho do mundo e de interpelador de um público-cidadão e a segunda, um papel reativo de espelho deformante, pois o discurso que circula entre os dois depende de imaginários sociais. [...] A respeito das mídias, o poder de que se pode falar é o de uma influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir.

O autor revela ainda que nessa relação assimétrica entre produção e recepção não há troca, pois, a primeira movida por diferentes interesses e ao mesmo tempo levada pela pressão mercadológica de produzir o efeito esperado no público, oferece a mensagem a ser consumida como numa espécie de museu, onde fica em exposição e carrega em suas estratégias uma significação mais ou menos simbólica ao olhar de um público no qual precisa suscitar interesse. De acordo com Dias e Gomes (2005, p. 117-118):

A visão sociocomunicativa das práticas de linguagem que a Análise do Discurso (AD) semiolinguística propõe permite analisar a publicidade a partir de um jogo de expectativas cruzadas em que os sujeitos tanto da instância de produção (anunciantes e publicitários) quanto aos sujeitos que compõem a instância de recepção (consumidores idealizados e potenciais) formulam suas hipóteses e cálculos sobre o outro a fim de empregá-los na produção para a consecução de determinados fins estratégicos.

Como é possível notar, os sujeitos de comunicação inserem-se numa espécie de jogo. Charaudeau (2008) ressalta que comunicar é proceder a uma encenação na qual os sujeitos

utilizam componentes do dispositivo sócio-linguístico da comunicação, visando a produção de determinados efeitos no seu interlocutor. Tais componentes dizem respeito ao contrato situacional, ao contrato comunicacional e aos modos de organização do discurso, além das configurações linguísticas. Nessa perspectiva, todo ato de comunicação é interacional e contratual tendo em vista a articulação de dois contratos: um situacional e outro comunicacional³. A esse respeito, Charaudeau (2008a) explica que:

A noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre representações linguísticas dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguística de *reconhecimento* análoga à sua. Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma *proposição* que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 56, grifos do autor)

Neste sentido, o ato de comunicar surge envolvido em uma dupla aposta, pois o sujeito falante espera que os contratos que propõe ao seu interlocutor sejam bem percebidos, assim como também espera que as estratégias que empregou na comunicação sejam bem sucedidas. É importante frisar também a classificação apresentada pelo autor sobre os modos de organização do discurso, estes, que são responsáveis pelos princípios de organização da matéria linguística que, por sua vez, dependem da finalidade comunicativa do falante: Modo enunciativo, modo descritivo, modo narrativo e, por fim, o modo argumentativo. Deter-nos-emos ao primeiro, tendo em vista o recorte analítico proposto neste trabalho.

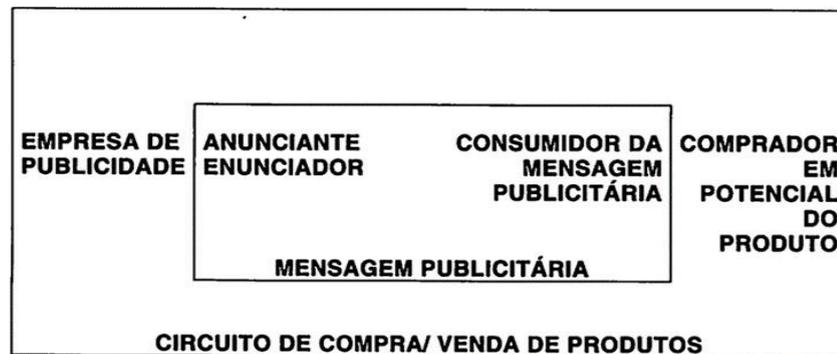
Charaudeau (2008a), destaca a relevância do modo enunciativo, uma vez que sua vocação é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, intervindo inevitavelmente na encenação de cada um dos três outros modos, acabando assim, por comandá-los. Três funções do modo enunciativo, também denominadas de comportamentos, são reveladas pelo autor: alocutivo, elocutivo e delocutivo. A primeira e que, nos interessa mais diretamente, estabelece uma relação de influência entre locutor e

³ O contrato situacional pode ser entendido como espaço do Fazer determinando as relações entre os parceiros (o que irão fazer e em qual tipo de situação); já o contrato comunicacional articula os elementos linguísticos ou discursivos do ato de comunicação (como os sujeitos devem falar).

interlocutor, a segunda consiste em revelar o ponto de vista do locutor e a última, diz respeito à retomada de fala de um terceiro. Em outro momento deste trabalho, retomaremos a abordagem do comportamento alocutivo, tendo em vista ser o mais apropriado na abordagem do nosso objeto de estudo.

Dias e Gomes (2005) afirmam que a comunicação publicitária caracteriza-se por uma situação comunicativa que constitui um espaço de troca de interesses sócio-econômicos no qual figura de um lado a empresa comercial/anunciante e agência publicitária, que juntas constituem a instância de produção e, do outro lado, temos a instância de recepção constituída pelo consumidor ideal e o consumidor potencial do produto. Seguindo a Teoria Semiollingística e utilizando como base o quadro comunicacional proposto por Charaudeau, as autoras propõem um quadro para representar a enunciação publicitária:

Figura 2: Enunciação publicitária



Fonte: Dias e Gomes, 2005

É possível perceber a presença no circuito externo, nível situacional, da empresa publicitária e um conjunto de consumidores em potencial, isto é, EUc e TUi, respectivamente. Por outro lado, no circuito interno, nível discursivo, estão presentes o anunciante, que assume o papel de enunciador, e o consumidor (idealizado) da mensagem publicitária, ou seja, EUE e TUD. Nesse jogo, o anúncio publicitário se dirige ao TUD e ao TUi, oferecendo um bem de consumo ou serviço, isto é, objeto de compra/venda no circuito externo, mas que passa primeiro por um processo de valorização simbólica, pois a instância

produtora procura demonstrar “preocupação” ao propor não apenas um objeto ou serviço, mas exatamente aquilo que o consumidor precisa, algo pensado e feito pra ele:

Vale ressaltar que a instância receptora se torna ao mesmo tempo cúmplice e refém da instância de produção. Refém, no sentido de que é induzida ao jogo do consumo, por meio de sentimentos de identificação e atribuições de desejos para se apropriar do produto, ou seja, o receptor torna-se refém dos seus próprios desejos e faltas (DIAS; GOMES, 2005, p. 122).

Podemos, então, compreender como as formas de enunciação na comunicação publicitária têm grande importância, já que esta deverá ser realizada estrategicamente, com o intuito de atingir/influenciar o consumidor a um determinado comportamento. A seguir, iremos realizar uma breve reflexão sobre as publicidades divulgadas na Folha de São Paulo, a partir da escolha de quatro publicações diferentes pertencentes a décadas distintas e que nas quais figuram crianças, a fim de destacar as marcas discursivo-enunciativas nesse processo.

3 O “lugar” da criança na enunciação publicitária

Percebemos, cotidianamente, a presença de crianças em diferentes tipos de publicidades, sejam direcionadas ao público juvenil, adulto ou ao infantil. Dependendo do público e do produto oferecido, a publicidade ganha contornos e estratégias específicas, que ao longo dos anos tornam-se cada vez mais sofisticadas. Isso resulta de uma série de fatores, como as mudanças ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, mudanças no modo como o sujeito vive e percebe as coisas ao seu redor. Podemos acompanhar, nas últimas décadas, por exemplo, uma ressignificação dos conceitos de infância e de velhice, muito difundida nos meios de comunicação, de um modo geral. Não nos deteremos a esta última, pois não é o foco do nosso trabalho, talvez, em outra oportunidade.

Voltemos, então, sobre as mudanças no modo de conceber o que é infância através da História. De acordo com Costa (2010, p. 07), “durante a Idade Média, a criança era vista como um pequeno adulto, sem características que a diferenciasse, e desconsiderada como alguém merecedor de cuidados especiais”. Entretanto, ressalta a autora, que isso não

significava desprezo ou negligência, mas uma ausência de consciência sobre uma série de particularidades intelectuais, comportamentais e emocionais próprias à infância. Lembra também que foi a partir da Renascença que ocorreu a privatização do espaço doméstico, levando, assim, a uma diferenciação entre espaço público e privado, e a família passa a se estabelecer como um grupo coeso. Vista, então, em sua particularidade, a criança passa ser concebida como o centro do grupo familiar e a infância como um período de preparação para o futuro.

Mudanças foram acontecendo no decorrer dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, de modo a tornar visível a diferença entre crianças e adultos. O vestuário e a linguagem de crianças e adultos começaram a se diferenciar, livros referentes à pediatria infantil foram publicados, a literatura se desenvolveu, lançaram-se livros escolares seriados e organizaram-se as classes escolares de acordo com a idade cronológica das crianças, formando assim, a ideia da existência de seus estágios e da estrutura do desenvolvimento infantil (MÉLO; IVASHITA; RODRIGUES 2009, p. 313).

Foi um longo percurso até que as crianças pudessem ter uma importância reconhecida na sociedade, de modo que se tornasse entendido que elas se diferenciavam significativamente dos adultos. Formação física e cognitiva, alimentação e uma série de outros fatores que passaram a ser abordados nas publicações sobre pediatria que então surgiam gradativamente nesse contexto sócio-histórico que abrangia mudanças desde a vida no cotidiano íntimo, familiar a transformações no cenário vivo das cidades, advindas do ritmo impresso pela urbanização e industrialização.

Todas essas mudanças também foram refletidas na mídia e moldadas com os objetivos pretendidos por ela. No caso das publicidades, podemos dizer que estas levaram em consideração que a criança introduziu novas realidades no seio familiar, desempenhando assim, importante papel na sociedade de consumo, inclusive participando nas decisões referentes a este consumo, o que não se limita apenas a produtos, por exemplo, que esta utiliza, mas também os que a família utiliza (MONTIGNEAUX, 2003). Passaremos a observar, a seguir, de que forma essas mudanças ocorreram na publicidade.

Assim, destacamos que o *corpus* da pesquisa, constitui-se de quatro publicidades selecionadas a partir de uma perspectiva histórica, tendo como referência as décadas de 1930, 1950, 1970 e 2000. Vejamos a figura abaixo:

Figura 3: Publicidade de polivitamínico



Fonte: Folha da Manhã, junho de 1936

Podemos observar na imagem em preto e branco, uma família composta por três membros: pai, mãe e filho. Acima, temos o enunciado: “Uma família feliz”. Tal enunciado enaltece o produto ao utilizar um adjetivo valorativo, pois busca repassar a ideia de que seus benefícios vão além de proporcionar uma boa nutrição. Na imagem, temos ainda a expressão “nutro vitamina” seguida de informações técnicas (componentes químicos e fabricante). Deve-se destacar que, neste período, havia uma predominância nos jornais, de um modo geral, de publicidades de polivitamínicos, eletrodomésticos e vestuário. As crianças geralmente apareciam a fim de compor o cenário da família. Aqui, vemos que o sujeito enunciativo se dirige ao sujeito destinatário (pais/mães), oferecendo um produto capaz de tornar/manter uma família feliz ao se “preocupar” com a saúde desta.

Além disso, na parte inferior da publicidade, surge estrategicamente o enunciado “um fortificante completo e econômico”, com a finalidade de “fechar” as informações anteriormente apresentadas sobre o produto ao destinatário com o intuito de que este o conceba como “bom e barato”. Vejamos outra publicidade publicada duas décadas depois:

Figura 4: Publicidade Láctea



Fonte: Folha da manhã, outubro de 1959

Na imagem, uma criança sorridente segurando um prato, logo abaixo é apresentado um recurso gráfico muito comum em história em quadrinhos, isto é, o balão, a fim de indicar a fala da personagem. Neste caso, o enunciador traz estrategicamente a voz da criança no enunciado “Mamãe, quero mais!”, buscando um efeito de identificação que se estende desde às mães até as crianças. É possível notar, ainda, outro recurso utilizado para convencer o sujeito destinatário, a narrativa. Ao lado do balão, o enunciador, agora narra a seguinte história:

Ela era tão rebelde para se alimentar, mas agora come o prato todo de mingau e ainda pede mais! Isso vem acontecendo desde que a mamãe passou a dar-lhe o gostoso Mingau de Farinha Láctea Nestlé. [...] Mamãe fica muito satisfeita porque além de ser um excelente alimento, a Farinha Láctea Nestlé é leve e de fácil digestão (JORNAL FOLHA DA MANHÃ, p. 3, outubro de 1959).

Percebemos que o enunciador não só apresenta o produto e suas características técnicas, mas avança, utilizando o recurso da narrativa, adaptando-a ao seu objetivo, com a presença de elementos próprios da narrativa, como personagens, conflito, clímax e desfecho.

De acordo com Charaudeau (2008a, p. 84) “na encenação narrativa, são abordados nas maneiras de implicar o Destinatário-Leitor, nos modos de intervenção do narrador, estatutos e pontos de vista do narrador”, como atesta a publicidade em questão na qual a forma de intervenção do narrador e o ponto de vista deste, valorizam o produto apresentado.

Nesta publicidade já é possível notar que a criança deixou de figurar apenas como um mero coadjuvante e passou a ocupar papel central, provavelmente por decorrência de mudanças ocorridas na sociedade, especialmente na maneira de se conceber a infância. Assim, tendo agora uma importância expressa no cotidiano familiar, ela passa a influenciar nas decisões, inclusive nas que dizem respeito a aquisições de produtos. De acordo com Costa (2010, p. 12), “com a ascensão do capitalismo e dos ideais da burguesia, os valores individuais ganham cada vez mais importância. A criança transforma-se num investimento lucrativo para o Estado, ela é vista como uma força de produção que traria lucros a longo prazo”.

Essa visão mercadológica em torno da criança não se limitava ao Estado, outras instâncias também a percebiam, como o mercado de bens e produtos, como podemos perceber através das publicidades, que ao longo da história nos trouxeram um deslocamento entre os sujeitos no quadro da enunciação publicitária, pois a criança, que era vista possivelmente apenas como Sujeito Interpretante, isto é, fazia parte de todos aqueles aos quais a publicidade potencialmente atingia figurando no circuito externo, como acontece na figura 4, passou a assumir o papel de Sujeito Destinatário, idealizado, ou seja, deslocou-se do circuito externo para o interno, tendo, inclusive, sua voz representada pelo Sujeito Enunciador.

Deve-se destacar também que a publicidade passou a usar outras formas de interpelação do Sujeito Destinatário, pois antes era comum apenas apresentar o produto e suas informações técnicas junto a um determinado slogan. Outros recursos imagéticos e linguísticos passaram a fazer parte da encenação, como podemos observar ainda na publicidade da figura 4 uma interpelação às mães, que pode ser classificada como um procedimento linguístico da construção enunciativa da categoria modal alocutiva, na qual o locutor destaca a pessoa dentre um conjunto de interlocutores possíveis, designando-a por um termo de identificação e espera do interlocutor que este reaja à interpelação,

reconhecendo-se na identificação (CHARAUDEAU, 2008a). Na figura seguinte, continuamos com essa reflexão, mas destacando a modalidade alocutiva de injunção, vejamos:

Figura 5: Campanha publicitária Láctea



Fonte: Folha de São Paulo, outubro de 1970

Dessa vez, em uma campanha publicitária da Lacta, o Sujeito Enunciador dirige-se diretamente à criança como Sujeito Destinatário, deixando explícito o discurso de que ela é capaz de fazer escolhas e tomar decisões. Para tanto, faz a utilização de verbos no imperativo, “Pinte e ganhe”, causando assim um efeito de autonomia e impressão de particularidade “a Lacta vai premiar você”. O texto, ao lado do desenho de um navio, traz a seguinte mensagem: *“A Lacta vai premiar você! Pinte a caravela e apresente no stand Lacta do Salão da criança. Você vai conhecer um autêntico navio pirata e ganhar um brinde Lacta”*. Esse tipo de abordagem denota independência às crianças, diferenciando-se de outras abordagens comuns em campanhas direcionadas ao público infantil que utilizam expressões como “peçapara sua mãe”.

A escolha dos verbos desta campanha se constitui em um exemplo de modalidade alocutiva de injunção, na qual o locutor tem o papel de estabelecer com seu enunciado uma ação a realizar e o interlocutor é tido como competente de execução, recebendo uma obrigação de fazer ou dizer à qual se espera dele (CHARAUDEAU, 2008a). Por fim, temos

uma publicidade de outubro de 2003 que traz a imagem de um bebê ao lado da expressão em caixa alta: “EU QUERO UM CYRELA NA REGIÃO DO JD. AVELINO”:

Figura 6: Publicidade de condomínio



Fonte: Folha de São Paulo, outubro de 2003

A publicidade apresenta vários caracteres gráficos e cores que se harmonizam com a imagem de um bebê com uma expressão facial alegre. Várias informações técnicas sobre o produto são apresentadas juntamente com uma imagem panorâmica do condomínio. Logo abaixo, o enunciado: “Lazer completo para toda a família”, revela que todos, adultos e crianças, terão momentos de lazer garantidos. O Sujeito Enunciador traz a voz do bebê ao deixar implícito que ele deseja um Cyrela na região do Jd. Avelino, o que se traduz em um apelo de cunho emocional. Neste caso, o Sujeito Destinatário são os pais, mas para que o apelo se tornasse ainda mais eficaz, o fator emocional é acionado pela publicidade quando esta apresenta aos pais o desejo de seus próprios filhos. Além disso, faz uso de uma figura de linguagem, a metonímia “um Cyrela” buscando, assim, agregar valor simbólico ao produto. De acordo com Fiorin (2014), a metonímia é um procedimento discursivo de

constituição de sentido, pois o narrador rompe, de maneira calculada, as regras combinatórias da figura, criando uma impertinência semântica, que produz novos sentidos. A intenção do sujeito enunciador é revelar que não se trata de um apartamento qualquer, mas de um “Cyrela”, buscando agregar simbolicamente um valor superior ao produto. Desse modo, a relação que se estabelece entre os sujeitos da enunciação publicitária é governada por um contrato que se subscreve por meio de uma “troca”, na qual o sujeito enunciador oferece/vende um produto ou serviço enquanto o sujeito destinatário compra/consome o que lhe é ofertado, impulsionado pelo desejo ou pela necessidade que a própria publicidade reforça ou cria, a partir da combinação de recursos verbais e não verbais.

Conclusão

Buscamos ao longo desta breve reflexão observar as marcas discursivas deixadas pela enunciação no enunciado e que são reveladas pelo uso estratégico de determinadas palavras ou expressões. Nesse percurso, foi possível notar na enunciação publicitária a inserção da criança como Tu destinatário, ocasionada por uma visão mercadológica, que a deslocou no quadro da comunicação, do circuito externo, real, para o circuito interno, discursivo, passando a ser vista como um sujeito ideal, deixando assim, de atuar na encenação publicitária apenas como coadjuvante.

Notamos, ainda, que todo esse percurso se deu por conta de uma série de mudanças na sociedade que proporcionou uma nova concepção de infância e que trouxe à tona a percepção da criança como alguém com necessidades e particularidades próprias, que participa e que tem voz no seio familiar. Nesse processo, ela passa a ser também alvo do sistema capitalista, que no âmbito das mídias, mais particularmente da publicidade, passa a direcionar discursos que estimulam o consumismo a esse novo público.

Esse estudo, que não fecha a discussão, mas se propõe a contribuir no debate que se instaura nas mais diferentes instâncias que buscam compreender as formas de manipulação do sistema midiático com e sobre o público infantil, reflete, de alguma forma, a necessidade de olharmos com um maior cuidado e apuro os discursos camuflados que trazem as publicidades. Por fim, destacamos a importância da Teoria Semiológica desenvolvida

por Patrick Charaudeau, a qual utilizamos como base para desenvolvimento deste trabalho nos permitindo olhar com maior profundidade os sujeitos da linguagem, e assim perceber através destes o que se pretende ocultar, pois é nas marcas da enunciação que os discursos se revelam.

Referências

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008a.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia Munis Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Org.). *Análise do discurso hoje*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna), 2008b, p. 11-30.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. Tradução de Ângela S. M. Correia. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, T. *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DIAS, D. L.; GOMES, M. C. A. A Teoria Semiolinguística na Análise da Publicidade. In: In: MACHADO, I. L. et al. *Movimento de um percurso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005, p. 117-131.

FIORIN, J. L. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.

FOLHA UOL. *História da Folha*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml. Acesso em: 15 dez. 2022.

FREITAS, H. A. O. *Nem tudo é notícia - O grupo Folha na internet*. Dissertação. Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

GALINARI, M. M. Os Hinos de Villa-Lobos e o Governo: Estratégias Político-discursivas de persuasão ideológica. *Letras & Letras, Uberlândia*, v. 22, n. 2, p. 85-103, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/download/25234/14049/98927>. Acesso em: 21 jul. 2023.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 30 de Junho de 1936. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=30%2F06%2F1936&por=P>

or+Dia&startDate=&endDate=&days=30&month=06&year=1936&jornais=2. Acesso em: 20 jan. 2023.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 11 de Outubro de 1959. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=11%2F10%2F1959&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=11&month=10&year=1959&jornais=2>. Acesso em: 20 jan. 2023.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 11 de Outubro de 1970. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=11%2F10%2F1970&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=11&month=10&year=1970&jornais=1>. Acesso em: 20 jan. 2023.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 de Outubro de 2003. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=&periododesc=18%2F10%2F2003&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=18&month=10&year=2003&jornais=1>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MACHADO, I. L. Algumas considerações sobre a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. In: MACHADO, I. L. et al. *Movimento de um percurso em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2005, p. 19-32.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2003.

MÉLO, C.; IVASHITA, Simone; RODRIGUES, Elaine. *O desaparecimento da infância*. Resenha de Neil Postman. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 311-316, set. 2009.

MONTIGNEAUX, N. *Público alvo crianças: a força dos personagens e do marketing para falar com o consumidor infantil*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ⁱ Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí no Curso de Letras-Português CEAD/UFPI; Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia
E-mail: luciana.ma.aquino@gmail.com
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5750440448459542>
ORCID: 0000-0002-1303-3990

DESCONSTRUINDO AS *FAKE NEWS* ATRAVÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

DECONSTRUCTING *FAKE NEWS* THROUGH CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS: AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Thiago Henrique de Jesus Silvaⁱ

Resumo: As *fake news* podem ter graves consequências para a sociedade, como influenciar eleições, comprometer a capacidade da sociedade de tomar decisões informadas e erodir a confiança nas instituições e na mídia. A Análise do Discurso Crítica (ADC doravante) é uma abordagem interdisciplinar que combina teoria crítica, linguística e comunicação para analisar como os discursos são construídos, quem os constrói, com que objetivos e com que efeitos sobre a sociedade. O artigo tem como objetivo apresentar os conceitos de ADC e *fake news*, discutir como as *fake news* são disseminadas e os desafios para combatê-las, explorar as contribuições da ADC para o estudo das *fake news* e identificar as limitações e desafios da aplicação da ADC no contexto das *fake news*. É empregado uma metodologia baseada em revisão de literatura de trabalhos acadêmicos de autores como Fairclough (1989, 1992, 2013), Wardle e Derakhshan (2017), Van Dijk (1993, 1998, 2018), D’Ancona (2018), Ferrari (2018), entre outros, para oferecer uma análise crítica e sistemática da pesquisa existente sobre o assunto. O artigo contribui para uma melhor compreensão da relação entre ADC e *fake news* e oferece *insights* sobre estratégias mais eficazes para combater esse fenômeno.

Palavras-chave: Comunicação. Discurso. Desinformação.

46

Abstract: Fake news can have serious consequences for society, such as influencing elections, compromising the ability of society to make informed decisions, and eroding trust in institutions and the media. Critical Discourse Analysis (CDA) is an interdisciplinary approach that combines critical theory, linguistics, and communication to analyze how discourses are constructed, by whom, with what objectives, and with what effects on society. The article aims to present the concepts of CDA and fake news, discuss how fake news is disseminated and the challenges in combating them, explore the contributions of CDA to the study of fake news, and identify the limitations and challenges of applying CDA in the context of fake news. The article employs a methodology based on literature review of academic works by authors such as Fairclough (1989, 1992, 2013), Wardle and Derakhshan (2017), Van Dijk (1993, 1998, 2018), D’Ancona (2018), Ferrari (2018), among others, to offer a critical and systematic analysis of existing research on the subject. The article contributes to a better understanding of the relationship between CDA and fake news and provides insights into more effective strategies to combat this phenomenon.

Keywords: Communication. Discourse. Misinformation.

Introdução

O avanço das mídias digitais trouxe consigo um fenômeno em crescimento preocupante: a disseminação de informações falsas ou enganosas, popularmente conhecidas

como *fake news*. Esse problema pode ter consequências graves para a sociedade, afetando diversos aspectos importantes, como a influência nas eleições, a capacidade da população de tomar decisões informadas e a erosão da confiança nas instituições e na mídia. Para fazer frente a esse desafio, diversos estudiosos e especialistas têm se dedicado ao desenvolvimento de abordagens teóricas e metodológicas eficazes para combater as *fake news*. Essas estratégias visam tanto mitigar a propagação dessas informações enganosas quanto empoderar os indivíduos a discernir e questionar as fontes e conteúdos duvidosos.

Uma dessas abordagens é a Análise de Discurso Crítica (ADC), que busca analisar como os discursos são construídos, quem os constrói, com que objetivos e com que efeitos sobre a sociedade. A ADC é uma abordagem interdisciplinar que combina teoria crítica, linguística e comunicação para analisar como as mensagens são usadas para perpetuar relações de poder e ideologias dominantes.

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre a ADC e as *fake news*. Para isso, serão abordados os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar os conceitos de ADC e de *fake news*, (2) discutir as formas como as *fake news* são disseminadas e os desafios para combatê-las, (3) explorar as contribuições da ADC para o estudo das *fake news*, (4) identificar as limitações e desafios da aplicação da ADC no contexto das *fake news*.

Para atingir esses objetivos, este artigo utilizará uma metodologia baseada em uma revisão bibliográfica, analisando trabalhos acadêmicos e publicações científicas que tratam da relação entre a ADC e as *fake news*. A revisão bibliográfica é uma metodologia adequada para este estudo, uma vez que permite uma análise crítica e sistemática da literatura existente sobre o tema, permitindo uma compreensão mais ampla e aprofundada. Além disso, a revisão bibliográfica possibilita identificar lacunas na pesquisa e áreas que ainda precisam de aprofundamento, o que pode ser útil para futuras pesquisas.

Nesse sentido, este artigo contribui para a compreensão da relação entre a ADC e as *fake news*. Por fim, é importante destacar que a escolha da ADC como abordagem teórica-metodológica se deve à sua capacidade de analisar os discursos em seu contexto social e político, considerando as relações de poder e as ideologias subjacentes à produção dessas mensagens. Acredita-se, portanto, que a ADC pode contribuir significativamente para o estudo das *fake news*, oferecendo uma perspectiva crítica e reflexiva sobre esse fenômeno.

1 *Fake news* e a Análise de Discurso Crítica: entendendo os estudos

Fake news, ou notícias falsas, têm se tornado uma preocupação crescente na sociedade contemporânea, especialmente no ambiente digital. Essa disseminação de informações enganosas pode ter consequências significativas, minando a confiança do público em fontes de informação confiáveis, afetando a percepção de eventos e, em alguns casos, até mesmo influenciando decisões políticas importantes. Diante dessa problemática, a Análise de Discurso Crítica (ADC) surge como uma perspectiva interdisciplinar relevante para desvendar a complexidade por trás das *fake news*. Primeiramente, é preciso compreender os estudos em cerca de cada elemento.

A ADC é uma abordagem que combina elementos da linguística, teoria social, ciências políticas e estudos culturais. Seu principal objetivo é examinar como o discurso é usado para construir significados, moldar ideologias e perpetuar relações de poder em uma sociedade. Ao aplicar a ADC ao estudo das *fake news*, busca-se compreender os mecanismos de manipulação discursiva e as estratégias utilizadas para disseminar informações falsas.

A relação do texto com as informações falsas pode ser feita ao considerar que a ADC, conforme descrito por Fairclough (1992), é uma abordagem que busca compreender como os discursos são usados para legitimar ou deslegitimar posições sociais, políticas e ideológicas. As *fake news* são um exemplo claro de como a linguagem pode ser utilizada para manipular informações, criar narrativas enganosas e influenciar a opinião pública.

As *fake news* são informações deliberadamente falsas ou distorcidas desenvolvidas como se fossem informações verdadeiras, com o intuito de enganar o público e promover uma agenda específica. Essas informações falsas podem ser disseminadas através de diversos meios de comunicação, incluindo mídias sociais, *sites* de notícias e até mesmo por meio de discursos políticos. Nesse contexto, um ADC também pode ajudar a conscientizar o público sobre a importância de verificar fontes, discernir informações atraídas pelas notícias falsas e entender como as estruturas sociais influenciam a disseminação das notícias e a formação de opiniões.

A ADC seria relevante para analisar informações falsas, pois ela busca desenvolver as estruturas sociais subjacentes aos discursos. Ao investigar como essas informações falsas são produzidas e recebidas, a ADC pode revelar as motivações ideológicas, políticas ou sociais por trás delas. Além disso, uma análise crítica da linguagem usada nas *fake news* pode evidenciar a pressão de manipulação e persuasão usada para legitimar ou deslegitimar certezas.

A ADC tem sido aplicada em diversos campos, como estudos de mídia, política, educação, psicologia e literatura. Em estudos de mídia, por exemplo, a ADC é frequentemente usada para analisar o discurso de políticos, jornalistas e outras figuras públicas e, assim, entender como eles usam a linguagem para influenciar a opinião pública e perpetuar ideologias dominantes.

A ADC também utiliza métodos e categorias específicas para analisar a linguagem em seu contexto social e político. Dentre essas categorias, destacam-se:

Discurso: se refere a qualquer forma de comunicação verbal que possa ser analisada. Na ADC, o discurso é visto como um fenômeno social e político, que reflete e perpetua relações de poder e ideologias dominantes. A análise do discurso na ADC procura identificar como o discurso é construído e quais são os efeitos que ele produz em seus contextos sociais e políticos.

Ideologia: a ideologia é uma categoria central na ADC, pois é vista como a principal forma de reprodução da hegemonia. Na ADC, a ideologia é entendida como um conjunto de crenças e valores que são considerados normais e aceitáveis em uma determinada sociedade. A análise da ideologia na ADC procura identificar como as ideologias são representadas e perpetuadas através do discurso, como elas se relacionam com as relações de poder e como elas afetam a forma como as pessoas percebem a realidade.

Hegemonia: a hegemonia refere-se à dominação de um grupo social sobre outro. Na ADC, a hegemonia é vista como uma forma de dominação que é mantida através do consenso, em oposição à coerção direta. A análise da hegemonia na ADC procura identificar como a hegemonia é mantida através do discurso e como as relações de poder são perpetuadas.

Intertextualidade: a intertextualidade refere-se à referência a outros textos ou discursos em um determinado discurso. Na ADC, a intertextualidade é vista como uma forma de perpetuar ideologias dominantes, uma vez que as referências a outros textos e discursos podem reforçar ideias e valores dominantes. A análise da intertextualidade na ADC procura identificar como a intertextualidade é usada para perpetuar ideologias e relações de poder. Essas categorias são fundamentais para a ADC e permitem uma análise detalhada e crítica do discurso, revelando as relações de poder e ideologias que estão em jogo.

Em conjunto com essas categorias, a ADC se apresenta como fundamental instrumento para identificar as estratégias discursivas presentes nas *fake news*. Isso envolve analisar a seleção lexical, a construção de frases e a organização do discurso para entender como a informação é apresentada e como o público é influenciado emocionalmente. Muitas vezes, essas informações falsas são projetadas para apelar às emoções e crenças do leitor, em vez de apresentar informações objetivas e imparciais.

Além disso, a ADC também busca compreender as ideologias subjacentes nas *fake news*. Ideologia, nesse contexto, refere-se às crenças, valores e visões de mundo que moldam o discurso e orientam a interpretação dos eventos. Ao identificar as ideologias presentes nas informações falsas, podemos entender como elas podem refletir ou reforçar pontos de vista políticos, ou sociais específicos.

Antes de mais nada, é importante frisar que o termo *fake news* não é novo, porém, ganhou destaque a partir da vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, em 2016. Trump utilizou as *fake news* como um instrumento político em seus discursos, assim como Jair Bolsonaro no Brasil nas eleições de 2018. Em seu estudo, Souza, Araújo e Bueno (2019) afirmam que as *fake news* poderiam ter influenciado no resultado dos processos eleitorais, nos quais Trump foi vitorioso. E é apontado pelos autores o *WhatsApp*, o *Facebook* e o *Twitter* como as principais redes sociais digitais na disseminação de conteúdos falsos.

Defende-se que as *fake news* não podem ser taxadas como apenas um fruto da cultura digital, como destaca Ferrari (2018, p. 89), “o *fake* não é novo nem nasceu com os blogueiros ou as redes sociais; só amplificou, como tudo que é postado na *internet*”. Acerca

desse debate, D'Ancona (2018) afirma que a *web* é a principal difusora de informações falsas.

O termo *fake news* tem sido amplamente utilizado para descrever informações falsas ou enganosas disseminadas na mídia e nas redes sociais digitais. No entanto, existem diversas contradições relacionadas ao seu uso, e estas têm sido objeto de debate por acadêmicos de diferentes áreas.

Por um lado, alguns autores argumentam que o termo *fake news* é problemático porque pode ser usado de forma imprecisa e até mesmo abusiva para desacreditar informações que são verdadeiras, mas que não são do interesse de determinados grupos ou indivíduos. De acordo com Roozenbeek e Van der Linden (2019), a manipulação de informações e a disseminação de desinformação com fins políticos são comuns, e podem ser utilizadas para desacreditar notícias que são verdadeiras, mas vistas como desfavoráveis a determinados interesses.

Por outro lado, há autores que questionam a própria validade do termo *fake news*, argumentando que ele é redundante e até mesmo enganoso. Para esses autores, todas as notícias têm algum grau de viés ou subjetividade, e a ideia de que algumas notícias são "falsas" sugere uma objetividade que não existe na prática. De acordo com Wardle e Derakhshan (2017), a terminologia *fake news* é um sintoma de um problema maior relacionado à falta de compreensão e habilidades para lidar com a desinformação.

Outra contradição relacionada ao termo *fake news* é o seu uso político para desacreditar a mídia e o jornalismo. De acordo com Tandoc, Lim e Ling (2018), a retórica de *fake news* é frequentemente utilizada por líderes políticos para deslegitimar críticas ou reportagens desfavoráveis, criando uma atmosfera de desconfiança em relação à mídia e à imprensa livre.

Além das contradições mencionadas anteriormente, é importante ressaltar que o uso indiscriminado do termo *fake news* pode gerar um efeito de banalização, onde todas as informações são vistas como suspeitas ou falsas, o que pode levar à desconfiança generalizada em relação aos meios de comunicação e à perda de credibilidade dos jornalistas.

Nesse sentido, Allcott e Gentzkow (2017) destacam que é fundamental fazer uma distinção entre diferentes tipos de desinformação, a fim de entender melhor as causas e os

efeitos de sua disseminação. Os autores propõem uma tipologia de desinformação que leva em conta três dimensões: intencionalidade, alcance e impacto. Com base nessa tipologia, Allcott e Gentzkow (2017) argumentam que nem todas as informações falsas são criadas com o mesmo propósito, e que é preciso levar em conta a complexidade e a diversidade das estratégias utilizadas pelos produtores de desinformação.

Outra questão importante relacionada ao debate sobre *fake news* é a necessidade de entender as motivações e os interesses que estão por trás da disseminação de informações falsas. Para Benkler, Faris e Roberts (2018), a produção e a disseminação de desinformação são muitas vezes motivadas por questões políticas e econômicas, e podem ser utilizadas para criar e reforçar polarizações ideológicas e políticas.

Além disso, é importante destacar que a luta contra a desinformação não pode ser resolvida apenas por mecanismos tecnológicos ou por políticas governamentais. Segundo Wardle (2017), é necessário um esforço conjunto que envolva organizações de mídia, empresas de tecnologia, organizações da sociedade civil e usuários individuais, a fim de promover a alfabetização midiática e digital, fortalecer a confiança na mídia e criar estratégias eficazes para lidar com a desinformação.

O debate em torno do termo *fake news* é complexo e multifacetado, e envolve questões relacionadas à produção, disseminação, recepção e impacto das informações falsas. É fundamental levar em conta a diversidade das estratégias utilizadas pelos produtores de desinformação, as motivações e os interesses que estão por trás da sua disseminação, e a necessidade de uma resposta conjunta e coordenada por parte de diferentes atores sociais para enfrentar esse desafio.

Diante do que foi exposto, são apresentados três exemplos que ilustram como a ADC pode ser aplicada para analisar diferentes cenários de *fake news*, ajudando a identificar as estratégias discursivas, os padrões de disseminação e as comunidades envolvidas na propagação da desinformação. Ao compreender esses aspectos, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para combater as *fake news* e promover uma sociedade mais informada e crítica em relação às informações que circulam na internet.

Exemplo 1: imagine um *corpus* de análise selecionado para investigar *fake news* relacionadas a uma eleição presidencial. Nesse caso, os pesquisadores da ADC podem

coletar e analisar uma variedade de conteúdos, como artigos de *sites* de notícias, *posts* em redes sociais digitais, vídeos no *YouTube* e mensagens compartilhadas em grupos de discussão *online*. Através dessa análise, eles podem identificar as estratégias discursivas usadas para disseminar informações falsas sobre candidatos e eventos eleitorais, bem como as comunidades online envolvidas na propagação dessas *fake news*.

Exemplo 2: em outro cenário, suponha que os pesquisadores estejam interessados em investigar *fake news* relacionadas à pandemia de COVID-19. Nesse caso, o *corpus* de análise pode abranger notícias e informações compartilhadas em diversas plataformas, como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e fóruns de discussão *online*. Ao analisar esses conteúdos, a ADC pode revelar as estratégias discursivas utilizadas para espalhar informações falsas sobre tratamentos milagrosos, origens da doença ou medidas de prevenção, bem como identificar as comunidades que compartilham essas informações desinformativas.

Exemplo 3: outro exemplo seria a análise de um vídeo viral que divulga uma teoria da conspiração sobre um evento importante, como um desastre natural. Ao aplicar a ADC, os pesquisadores podem examinar o discurso presente no vídeo, identificando as estratégias utilizadas para dar uma falsa aparência de credibilidade e veracidade à teoria da conspiração. Além disso, a análise dos comentários e compartilhamentos nas mídias sociais pode revelar como esse conteúdo se espalha rapidamente entre os usuários e quais comunidades estão engajadas na disseminação dessas informações enganosas.

Em suma, a ADC proporciona uma perspectiva interdisciplinar valiosa para compreender e enfrentar as *fake news*. Essa abordagem não apenas nos ajuda a identificar as estratégias utilizadas para disseminar informações falsas, mas também nos possibilita explorar as implicações ideológicas e os impactos sociais dessas notícias fabricadas. O combate efetivo às *fake news* requer uma abordagem colaborativa e abrangente, na qual diferentes áreas do conhecimento se unam para promover um ambiente informacional mais confiável e saudável na era digital.

2 As fake news na rede: um fluxo viral

A disseminação das *fake news* é um fenômeno que tem sido objeto de atenção crescente por parte de pesquisadores e profissionais que buscam combater a desinformação na era digital. Diversos estudos têm identificado várias formas pelas quais as *fake news* são disseminadas, e compreender essas formas é crucial para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação.

Um dos estudos, realizado por Vosoughi, Roy e Aral (2018), analisou mais de 126 mil *tweets* compartilhados durante um período de seis anos e descobriu que notícias falsas se espalham mais rapidamente e alcançam mais pessoas do que notícias verdadeiras. Além disso, os pesquisadores identificaram que “os efeitos foram mais pronunciados para notícias políticas falsas do que para notícias falsas sobre terrorismo, desastres naturais, ciência, lendas urbanas ou informações financeiras¹” (VOSOUGHI; ARAL, 2018, p. 1148, tradução nossa).

Outro estudo, realizado por Guess, Nyhan e Reifler (2020), destacou a importância das plataformas de mídia social na disseminação de *fake news*. Os autores apontam que essas plataformas têm um papel fundamental na disseminação de informações errôneas, pois permitem que informações falsas se espalhem rapidamente por meio de compartilhamentos e algoritmos de recomendação. Além disso, a segmentação de público nas redes sociais digitais pode facilitar a disseminação de informações falsas para grupos específicos, o que torna ainda mais difícil o combate à desinformação.

Segundo Lewandowsky, Ecker e Cook (2017), a propagação de *fake news* pode ocorrer por meio de diversas estratégias, como a reiteração de dados falsos e a utilização de fontes não confiáveis. Além disso, os autores enfatizam que a ausência de conhecimento científico e a carência de aptidões para avaliação crítica de informações são fatores que favorecem a disseminação de desinformação.

Uma das principais formas de disseminação de *fake news* é através das redes sociais digitais, que se tornaram um canal amplamente utilizado para compartilhar notícias e

¹ “[...] the effects were more pronounced for false political news than for false news about terrorism, natural disasters, science, urban legends, or financial information”.

informações. Wardle e Derakhshan (2017) e D'Ancona (2018) destacam que as redes sociais digitais ampliam o alcance das informações falsas ao permitir que elas sejam compartilhadas por pessoas que têm pouca preocupação em verificar a veracidade dos conteúdos.

Outra forma de disseminação de *fake news* é por meio do uso de *bots*, que são programas automatizados que podem espalhar informações falsas rapidamente em grande escala. Tandoc, Lim e Ling (2018) enfatizam que os *bots* são particularmente problemáticos porque podem ser usados para criar a impressão de que uma notícia falsa tem ampla aceitação e legitimidade.

No entanto, o combate às *fake news* não é uma tarefa fácil, e envolve desafios técnicos e éticos. Um dos principais desafios é identificar e remover conteúdos falsos sem violar a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários. Fuchs e Trottier (2019) destacam que a remoção de conteúdos falsos pode ser vista como uma forma de censura, e Gillespie (2018) ressalta que a regulação das plataformas digitais pode levar a efeitos indesejados.

Em resumo, o combate às *fake news* envolve uma compreensão aprofundada das formas pelas quais a desinformação é disseminada e dos desafios envolvidos na tentativa de combatê-la. É necessário desenvolver estratégias que considerem as implicações éticas e políticas do combate à desinformação na era digital.

3 Contribuições da ADC para o estudo das *fake news*

A disseminação das *fake news* tem sido objeto de grande preocupação em todo o mundo, especialmente em épocas de eleições e crises sociais. Com o crescente uso de redes sociais digitais e outras plataformas digitais, a disseminação de informações falsas tornou-se mais fácil e rápida, muitas vezes espalhando-se rapidamente antes que a verdade possa ser verificada. A ADC é uma abordagem teórica e metodológica que tem sido cada vez mais utilizada para examinar e entender a disseminação de notícias falsas, oferecendo uma compreensão mais aprofundada dos processos ideológicos e linguísticos envolvidos na construção de discursos enganosos.

A ADC oferece uma abordagem crítica para a análise do discurso, examinando como as práticas linguísticas e discursivas são moldadas pelas estruturas ideológicas, sociais e políticas que operam na sociedade. De acordo com Fairclough (1989, p. 03, tradução nossa), a ADC busca "descobrir as relações entre o discurso e o poder, e para estabelecer a natureza e a magnitude dessas relações em situações particulares²". Isso envolve analisar como os discursos são construídos, incluindo as escolhas lexicais, a gramática, a estrutura e as intenções subjacentes, e como eles são usados para sustentar ou desafiar relações de poder existentes.

Em relação às *fake news*, a ADC pode ajudar a revelar como o discurso é usado para construir e espalhar informações falsas e enganosas. Van Dijk (1993, 1998, 2018) argumenta que a análise do discurso pode ser usada para desmascarar o "discurso ideológico", usado para sustentar e reproduzir as relações de poder existentes. A ADC pode, portanto, ajudar a identificar as práticas discursivas usadas para disseminar *fake news*, incluindo as escolhas lexicais e gramaticais, o uso de metáforas, a construção de narrativas e a seleção de fontes e evidências.

Um exemplo da aplicação da ADC em relação às *fake news* seria analisar um artigo viral que divulga informações enganosas sobre uma vacina. Ao utilizar a ADC, poderíamos examinar como o discurso é construído para dar a aparência de credibilidade, mas, na verdade, é projetado para espalhar desinformação. Primeiramente, identificaríamos as escolhas lexicais e gramaticais no texto, percebendo o uso de palavras emotivas e carregadas de valor para influenciar as emoções do leitor. Em seguida, examinaríamos o uso de metáforas para manipular a percepção dos leitores, tal como comparar a vacinação a uma experiência traumática ou a um suposto "experimento perigoso" sem fundamentação científica. A construção de narrativas também seria analisada, investigando como a *fake news* pode distorcer fatos e eventos para se adequar a uma narrativa predeterminada que reforça determinadas visões políticas ou ideológicas. Além disso, a ADC nos permitiria identificar a seleção de fontes e evidências tendenciosas, que podem ser usadas para dar uma

² "To uncover the relationships between discourse and power, and to establish the nature and magnitude of these relationships in specific situations".

falsa sensação de autenticidade à notícia, mesmo que estas sejam imprecisas ou não verificadas.

Além disso, a ADC pode ajudar a entender como as informações falsas são recebidas e interpretadas pelo público. Lewandowsky, Ecker e Cook (2017) argumentam que a ADC pode ser usada para examinar como o discurso e a linguagem são usados para moldar a percepção do público e influenciar suas crenças e atitudes em relação às *fake news*. Por exemplo, a ADC pode ajudar a analisar como as *fake news* são enquadradas em diferentes contextos e como isso afeta como as pessoas as interpretam.

Uma das principais contribuições da ADC para o estudo das *fake news* é sua capacidade de desnaturalizar discursos hegemônicos e identificar as relações de poder subjacentes a esses discursos. De acordo com Fairclough (1989, 1992, 2013), a ADC tem como objetivo examinar as relações entre a linguagem, o poder e a ideologia, e como essas relações moldam e são moldadas pela sociedade.

Nesse sentido, a ADC pode ajudar a identificar as estratégias discursivas usadas pelos produtores de *fake news* para persuadir e manipular o público, bem como as ideologias que sustentam essas estratégias. Recorrendo ao pensamento de Van Dijk (2018), a ADC pode ainda identificar os esquemas mentais subjacentes ao discurso. Esses esquemas mentais são padrões cognitivos que guiam a forma como interpretamos e entendemos o mundo ao nosso redor. No contexto das *fake news*, os produtores podem explorar esses esquemas para moldar a percepção da realidade e influenciar as opiniões públicas. Por exemplo, ao se aproveitar de um esquema mental que associa determinados políticos a comportamentos negativos, o produtor de *fake news* pode construir uma narrativa que reforça essa percepção, mesmo que os fatos apresentados sejam imprecisos ou retirados de contexto. Ao fazer isso, eles buscam explorar os preconceitos e predisposições cognitivas do público-alvo, afetando a maneira como as informações são recebidas e interpretadas.

A ADC, ao analisar o discurso empregado nas *fake news*, pode revelar como esses esquemas mentais são ativados e reforçados, permitindo compreender como certas narrativas são criadas para se alinhar a visões preexistentes e, assim, manipular a opinião pública. Ao expor essas estratégias discursivas, é possível promover um olhar mais crítico sobre a

disseminação de informações falsas e encorajar a construção de uma sociedade mais bem informada e resistente à desinformação.

Outra contribuição importante da ADC para o estudo das *fake news* é sua abordagem interdisciplinar, que combina elementos da linguística, da sociologia, da psicologia e de outras áreas. A ADC não se limita à análise dos aspectos linguísticos do discurso, mas também considera o contexto social e político em que o discurso é produzido e recebido. Dessa forma, a ADC pode ajudar a compreender as causas estruturais que levam à disseminação das *fake news*, como a desigualdade social, a polarização política e a crise de confiança nas instituições.

A ADC pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de combate à desinformação na era digital. Ao identificar as estratégias discursivas usadas pelos produtores de *fake news*, a ADC pode ajudar a desenvolver contra narrativas que desafiam a lógica da desinformação e promovem a veracidade dos fatos. Além disso, a abordagem interdisciplinar da ADC pode ajudar a compreender as complexas dinâmicas sociais e políticas envolvidas na disseminação das *fake news*, o que é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas.

No contexto político, a análise de discursos pode revelar estratégias utilizadas para manipular a opinião pública. Segundo Van Dijk (2018), políticos podem usar técnicas de *framing*, como selecionar palavras específicas para influenciar a percepção do público sobre um assunto. Por exemplo, um político que deseja desqualificar uma política pública pode se referir a ela como "gasto desnecessário", ao passo que um político que deseja valorizar a mesma política pode se referir a ela como "investimento social". A ADC pode identificar essas estratégias discursivas e mostrar como elas contribuem para a disseminação de *fake news*.

Além disso, a análise de conteúdo viral nas mídias sociais pode revelar como as *fake news* são disseminadas e compartilhadas entre usuários. Segundo Boyd e Ellison (2008), as mídias sociais são ambientes onde as pessoas podem compartilhar informações que refletem suas crenças e valores, e essas informações podem se espalhar rapidamente por meio de compartilhamentos e curtidas. A ADC pode identificar os discursos presentes em conteúdos

virais, revelando as estratégias utilizadas para a disseminação de *fake news* e as comunidades que as compartilham.

Um exemplo que ilustra como a ADC pode revelar a disseminação de *fake news* nas mídias sociais é o caso de um vídeo viral que divulga informações falsas sobre um suposto tratamento milagroso para uma doença grave. Ao aplicar a ADC, podemos analisar o conteúdo do vídeo e identificar as estratégias discursivas utilizadas para convencer os espectadores de sua veracidade. Nesse caso, pode-se notar o uso de narrativas emocionais apelativas, que visam criar empatia e simpatia pelo suposto tratamento. Essas narrativas podem conter depoimentos emocionais de pessoas que afirmam terem sido curadas pelo tratamento, sem apresentar evidências científicas que comprovem sua eficácia.

A ADC também pode ajudar a identificar como grupos específicos de usuários são direcionados e influenciados por esse tipo de *fake news*. Por exemplo, ao examinar os discursos presentes nos comentários, podemos notar como determinadas comunidades online compartilham e reforçam a informação falsa, criando um ambiente de validação mútua para as crenças enganosas.

Em suma, a ADC oferece uma abordagem interdisciplinar e crítica para o estudo das *fake news*, permitindo uma compreensão mais profunda das estratégias discursivas usadas pelos produtores de desinformação e das relações de poder subjacentes a esses discursos. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de combate à desinformação e para a promoção da veracidade dos fatos na era digital.

4 Os desafios da aplicação da ADC no contexto das *fake news*

O advento das *fake news* na era digital leva a um interesse crescente no desenvolvimento de métodos eficazes para combatê-las. A ADC pode ser vista como uma ferramenta promissora para estudar as estratégias discursivas usadas na disseminação de *fake news*. No entanto, a aplicação da ADC no contexto das informações falsas apresenta desafios e limitações que precisam ser identificados e discutidos. Este tópico pretende aprofundar a discussão sobre as limitações e desafios da aplicação da ADC no contexto das *fake news*.

A ADC tem sido amplamente utilizada para analisar o discurso em diversos contextos, incluindo o político, o midiático e o social. Na análise de discursos de *fake news*, a ADC pode revelar as estratégias discursivas usadas para persuadir e enganar o público. Segundo Van Dijk (2018), a ADC pode ajudar a identificar as estratégias discursivas usadas na construção de narrativas falsas e na difusão de desinformação.

No entanto, a aplicação da ADC no contexto das *fake news* apresenta desafios e limitações. Um dos principais desafios é a seleção do *corpus* de análise. Como observa Fairclough (2013), a escolha cuidadosa do *corpus* é fundamental para o sucesso da ADC. Na conjectura das *fake news*, essa seleção pode ser particularmente desafiadora, devido à rápida disseminação dessas informações falsas em diversas plataformas digitais.

A natureza volátil e em constante mudança das *fake news* dificulta delimitar um conjunto estático de conteúdos para análise. À medida que novas informações falsas surgem e se espalham, é necessário estar atento e adaptar constantemente o *corpus* de análise para refletir as tendências e os discursos emergentes.

Além disso, a variedade de plataformas digitais em que as *fake news* circulam representa um desafio adicional. Essas informações falsas podem ser encontradas em redes sociais digitais, *sites*, aplicativos de mensagens e até mesmo em transmissões ao vivo. Portanto, a coleta abrangente de dados é complexa e pode exigir diferentes abordagens para garantir a representatividade do *corpus*.

Outra limitação é a falta de acesso a determinados conteúdos ou plataformas, especialmente em casos em que as *fake news* são disseminadas em espaços privados ou em grupos fechados. Isso pode impedir uma análise completa e detalhada de todas as formas de *fake news* existentes.

Para enfrentar esses desafios, é importante que os pesquisadores da ADC estejam atentos às mudanças no cenário das *fake news* e adotem estratégias flexíveis para a seleção do *corpus*. O uso de ferramentas de monitoramento de mídias sociais e tecnologias de análise de dados pode ajudar a coletar e categorizar os conteúdos relevantes de maneira mais eficiente.

Outro desafio é a identificação das fontes de informação nas *fake news*. Muitas vezes, as *fake news* são baseadas em informações falsas ou enganosas, tornando difícil a

identificação da fonte original da informação. Em vista disso, é apontado que a ADC precisa lidar com a complexidade das fontes de informação nas *fake news*, incluindo a identificação de fontes anônimas e a análise de informações divulgadas por fontes não confiáveis.

Além disso, a aplicação da ADC no contexto das *fake news* pode ser limitada pela falta de acesso a dados e informações relevantes. Como observa Wodak (2015), a ADC precisa de acesso a dados e informações confiáveis para uma análise crítica eficaz. No contexto das *fake news*, a falta de acesso a informações relevantes pode limitar a aplicação da ADC.

Apesar dessas limitações e desafios, a ADC ainda é uma abordagem valiosa para o estudo das *fake news*. Ao analisar criticamente os discursos presentes nas informações falsas, é possível identificar as estratégias discursivas utilizadas para enganar e manipular o público, bem como as ideologias subjacentes a essas informações. Isso pode ajudar a desenvolver estratégias mais eficazes para combater a disseminação de informações falsas e promover um debate público mais informado e esclarecido.

Em suma, a ADC pode oferecer importantes contribuições para o estudo das *fake news*, mas é importante estar ciente das suas limitações e desafios em relação a esse fenômeno complexo e em constante evolução. Ao adotar uma abordagem crítica e reflexiva, os pesquisadores podem ajudar a desenvolver novas estratégias e soluções para lidar com esse problema crescente na era digital

Conclusão

Diante da disseminação crescente de informações falsas na sociedade contemporânea, torna-se imprescindível a utilização de metodologias eficazes para a identificação e combate da desinformação. Nesse sentido, a ADC tem se mostrado uma ferramenta relevante e pertinente para o estudo das *fake news*, permitindo uma análise profunda e crítica do discurso presente nessas narrativas.

Ao longo deste artigo, foi possível constatar as contribuições da ADC para o estudo das *fake news*, bem como suas limitações e desafios no contexto atual. A partir da revisão bibliográfica realizada, pode-se perceber a importância da reflexão crítica sobre o papel da

linguagem na construção e disseminação das *fake news*, assim como a necessidade de se compreender a complexidade dos processos de produção, circulação e recepção dessas narrativas.

Além disso, destaca-se a relevância da ADC no desenvolvimento de estratégias eficazes de combate à desinformação, uma vez que essa metodologia possibilita uma análise mais profunda do discurso presente nas *fake news*, identificando as estratégias discursivas utilizadas e desnaturalizando os sentidos produzidos.

Portanto, conclui-se que a ADC é uma metodologia promissora para o estudo das *fake news*, mas que requer um constante diálogo com outras áreas do conhecimento, bem como o desenvolvimento de técnicas e ferramentas que possibilitem uma análise cada vez mais precisa e detalhada do discurso presente nessas narrativas. Somente assim será possível enfrentar de forma efetiva a disseminação da desinformação na era digital.

Referências

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. *Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford University Press, 2018.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2008. Disponível em: <https://10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Trad. de Carlos Szlak. Barueri: Farol Editorial, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Londres: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Routledge, 2013.
- FERRARI, P. *Como sair das bolhas*. São Paulo: EDUC/Fortaleza: Armazém de Cultura, 2018.
- FUCHS, C.; TROTTIER, D. Towards a theoretical model of social media surveillance in contemporary society. *Communications*, v. 44, n. 3, p. 311-328, 2019. Disponível em:

<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/commun-2014-0029/html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GILLESPIE, T. *Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media*. Nova York: Yale University Press, 2018.

GUESS, A.; NYHAN, B.; REIFLER, J. Exposure to untrustworthy websites in the 2016 US election. *Nature Human Behaviour*, v. 4, n. 5, p. 472-480, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-020-0833-x#citeas>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LEWANDOWSKKY, S.; ECKER, U.; K. H. COOK, J. Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the "Post-Truth" Era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211368117300700>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ROOZENBEEK, J.; VAN DER LINDEN, S. Fake news game confers psychological resistance against online misinformation. *Palgrave Communications*, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-019-0279-9>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUZA, G. R.; ARAÚJO, F. M.; BUENO, M. F. *A influência das fake news nos processos eleitorais do Brasil e dos Estados Unidos*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Faculdade de Computação e Informática, Higienópolis, 2019.

TANDOC JR, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining "Fake News". *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VAN DIJK, T. A. Principles of critical discourse analysis. *Sage Journals*, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0957926593004002006>. Acesso em: 20 jul. 2023.

VAN DIJK, T. A. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Gedisa Editorial, 1998.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2 ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559>. Acesso em: 20 jul. 2023.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WARDLE, C. Fake news. It's complicated. *First Draft News*, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/fake-news-complicated/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

WODAK, R. *The politics of fear: What right-wing populist discourses mean*. Los Angeles: Sage, 2015.



ⁱ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI.
E-mail: thiago.silva@ufpi.edu.br
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0164637493248397>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1515-3734>



O DISCURSO DA PERMISSIVIDADE DO CORPO MASCULINO EM REDE

PERMISSIVENESS DISCOURSE OF THE MALE BODY IN THE MEDIA

Giordan Victor Santos Costaⁱ
Antonio Genário Pinheiro dos Santosⁱⁱ

Resumo: Valendo-se da arqueogenealogia foucaultiana, objetivamos com o presente trabalho realizar uma análise discursiva das publicações da conta/perfil *Quebrando o Tabu* (QoT), no Instagram, discutindo a construção do discurso de permissividade calcado na herança de supremacia do olhar masculino sobre o corpo. Com isso, buscamos dizer da evidência do masculino como signo de uma régua social que condiciona o corpo feminino à imoralidade e, para tanto, nos ancoramos à Análise do Discurso na esteira dos pressupostos teóricos e metodológicos de Michel Foucault (2004, 2005, 2007, 2014). Como direção de leitura, notamos que o corpo, na sua condição de produção histórico-discursiva, está alinhado a uma práxis do dizer, instigando os sujeitos a ocupar posições e oportunizando a materialidade de efeitos de sentido de permissividade, naturalização e operações, concomitantemente, de evidência e de silenciamento. No escopo de uma crítica às ferramentas e às formas de dizer o corpo em tela, entendemos que é preciso pôr em suspenso os agrupamentos de saber e as sínteses históricas que discursivizam e apresentam o sujeito, e o seu corpo, segundo efeitos de uma continuidade natural. Refletimos que é a partir desses trajetos de continuidade e visibilidade estratégica que é fossilizada a disparidade de lugares sociais entre o masculino e o feminino.

Palavras-chave: Arqueogenealogia foucaultiana. Instagram. Corpo. Relações de gênero. Visibilidade midiática.

Abstract: Based on the Foucaultian archaeogenealogy, this paper intends to do a discursive analysis of the posts from the profile *Quebrando o Tabu* (QoT), discussing about the construction of the permissiveness discourse which is linked to the priority of the male eye about the body. Hence, we try to clarify the masculinity as a mark of a social rule that causes the feminine body to be associated with immorality. We develop the reflections based on the Discourse Analysis as per the theoretical and methodological contributions of Michel Foucault (2004, 2005, 2007, 2014). As research north, we comprehend that the body, as a historic-discursive production, is highlighted as a praxis of saying that requires the subject takes positions of subjectivity and provides the meaning effects of permissiveness, naturalization, as well as evidence-silence operations. As a critique of the media tools and ways to show and talk about the body, we understand the need of hanging the knowledge clusters and the historical references that address the subjects and theirs effects of naturalcontinuity. From our perspective, this kind of strategic visibility makes us to assumption of a mismatch amongthe places reserved for subjects when we observe the correlation between masculine and feminine.

Keywords: Foucaultian archaeogenealogy. Instagram. Body. Gender relations. Media visibility.

Introdução

Temas sensíveis e polêmicos nunca tiveram tanta ênfase quanto na contemporaneidade. Nesse tempo de liquidez da vida privada e de inserção midiática do cotidiano, temáticas diversas percorrem e preenchem o espaço de visibilidade pública e, no

escopo das mídias digitais, transformam textos e imagens em objetos-signos de acontecimentos plurais. Nessas condições, o corpo deve ser tratado como objeto de investigação, em especial, quando é considerada a sua inscrição e mobilização na dimensão de virtualidade típica dos ambientes de interação mediada.

Na sua acepção de espaço de produtividade de dizeres e sentidos, as redes sociais constituem-se como um lugar heterotópico (FOUCAULT, 2009) que não apenas possibilita, mas, sobretudo, que potencializa o trânsito de discursos os mais diversos. Discursos esses que reforçam, relativizam, constroem, distanciam e aproximam dizibilidades positivadas acerca do sujeito e do corpo. O corpo como objeto de discurso, como produção sócio-histórica, apanhado na arena de batimento discursivo que traz à tona e ratifica a tensão, o choque entre masculino e feminino, no espaço de interseccionalidades, lutas e engajamentos, é o que nos interessa neste estudo.

Valendo-nos da arqueogenealogia foucaultiana, objetivamos com o presente trabalho¹ realizar uma análise discursiva das publicações da conta/perfil do Instagram *Quebrando o Tabu (QoT)*, de modo a discutir a construção do discurso de permissividade que se mantém atrelado à herança de supremacia do olhar masculino sobre o corpo. Buscamos, com isso, dizer da evidência do masculino como signo de uma régua social que condiciona o corpo feminino à imoralidade, discorrendo sobre as estratégias discursivas, os vieses de discurso, sobre as relações de saber-poder que então são instauradas – e não outras em seu lugar (FOUCAULT, 2005) – nessas ordens de visibilidade e de dizibilidade, isto é, nas muitas formas de dizer o corpo em rede. Trata-se da problematização acerca da midiatização e da atenção dada à revelia de sentidos a partir de um discurso afirmativo acerca do corpo masculino.

Conforme sinalizado acima, ancoramo-nos aos pressupostos teóricos emetodológicos de Michel Foucault (2004, 2005, 2007, 2014) a partir dos quais lançamos mão, dentre outros, dos conceitos de discurso enquanto prática, de sujeito como posição, de denunciado na sua condição de função e de saber-poder como vetor de capilaridade dos

¹A versão completa desse texto encontra-se publicada como capítulo do e-book *A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento* (Marca de Fantasia – João Pessoa/PB, 2023) e é produto de projeto de pesquisa IC, vinculado ao Grupo de Pesquisa *Práticas Linguísticas Diferenciadas* - Felcs/UFRN.

dizeres. Nosso percurso, é importante ressaltar, nos leva a questionar a mídia como fato de discurso, isto é, como espaço que nos possibilita falar sobre o corpo como produção inscrita em tramas sinuosas de historicidade e, para além disso, como objeto cedido à minúcia de um controle.

Olhar o corpo não só como ferramenta que instrumentaliza o batimento entre saber e poder, mas, sobretudo, como construção cujo condicionamento histórico-discursivo nos leva a lidar com diversas formas de veridicção, verdades em trânsito, exige pensar a ocupação de posições de sujeito – posições de subjetividade – e, nesse caminhar, discutir a materialização de efeitos de sentido não estáticos e nem estanques. Assim, no escopo de uma crítica às ferramentas e às formas de dizer o corpo em tela, entendemos que é preciso pôr em suspenso os agrupamentos de saber e as sínteses históricas que discursivizam e apresentam o sujeito, e seu corpo, segundo efeitos de uma continuidade natural. Refletimos que é a partir desses trajetos de continuidade e visibilidade estratégica que é fossilizada a disparidade de lugares sociais de margem entre o masculino e o feminino, segundo operações que ligam o falar sobre o corpo a manobras, ao mesmo tempo, de evidência e de silenciamento.

Esperamos, a partir do embasamento teórico e metodológico, perceber a comunicação do corpo masculino frente ao feminino na rede midiática Instagram e, neste ínterim, discutir como o corpo masculino pode se desnudar sem represálias. Além disso, buscamos sinalizar como tal discurso vem fomentar e construir a régua social, silenciando o corpo feminino e aproximando-o da discursividade que institui ao feminino a necessidade do ‘cobrir-se’. Ensejamos, assim, problematizar a política de conversão do olhar, atentando para o modo como se operacionalizam e se efetivam as estratégias de *fazer ver*, as quais vêm insinuar efeitos de uma moralidade como força e princípio que deve prevalecer.

No que tange aos momentos desse texto, iniciamos com a apresentação de nossas questões centrais, delineando nosso caminho, nossa abordagem do objeto, assim como fizemos até aqui. Esse momento primeiro compreende as seções da introdução e o delineamento que fazemos em *Dizer o corpo em tela: uma caracterização necessária*. Na sequência, mobilizamos uma discussão em *A fundamentação histórica do objeto discursivo no emaranhado de um presente* acerca de nosso arcabouço teórico a fim de situar nosso gesto

de leitura discursiva do objeto, destacando como este objeto é trabalhado na interface da mídia.

Depois disso, propomos um prospecto de análise no acirramento de uma cisão descritivo-interpretativista, isto é, a descrição e a interpretação numa relação dialógica e constitutiva. Conduzida a partir do tópico *Mamilos polêmicos: sentido e historicidade do corpo como objeto de dizer*, a parte em que tecemos a análise do objeto está disposta em dois momentos. No primeiro, que segue com o título de *Discursividade em rede: o corpo em trajeto de visibilidade*, tratamos da discursividade engendrada nessa temática, destacando como o sentido, enquanto operador de efeitos determinados, mantém-se atrelado a sínteses acabadas e a agrupamentos que imputam ao corpo o fastio de uma novidade. No segundo, com o título de *Corpo e discurso: no limiar de uma relação constitutiva*, buscamos problematizar como os poderes e saberes imputam regimes de recorte e de adestramento ao corpo, tratando-o como vetor econômico e apanhando-o na sua utilidade máxima.

Para efeito de conclusão, retomamos, nas nossas considerações finais, as questões e nortes de pesquisa a fim de alinhar a discussão empreendida aos objetivos inicialmente traçados e de situar o leitor acerca da crítica que fazemos às formas de dizer o corpo em tela. Nessa parte, indicamos a reflexão acerca do trajeto de continuidade e de visibilidade estratégica que fossiliza a disparidade de lugares sociais de margem entre o masculino e o feminino.

1 Dizer o corpo em tela: uma caracterização necessária

Considerando que as redes sociais possuem múltiplas páginas que estão em uma luta irrefreável para alcançar cada vez mais destaque e proliferar a reflexão e questionamento através de fatos do cotidiano, diversos temas podem ser estudados à luz da Análise do Discurso a fim de ser empreendida uma leitura dos efeitos de sentidos que emergem nas publicações. Criada em outubro de 2010, a rede social Instagram é uma delas. Trata-se de um dos aplicativos mais famosos do mundo e que possui uma imensa quantidade de usuários.

Só no Brasil, no ano de 2022, foram contabilizados mais de 110 milhões de usuários² o que deixa o país, no ranking internacional, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos da América. O Instagram foi uma das primeiras redes sociais a se firmarem como redes de acesso exclusivamente móvel, isto é, um espaço de interatividade voltado, sobretudo, para o celular (RESULTADOS DIGITAIS, 2023).

Inicialmente, a rede social tinha por ênfase o compartilhamento de fotos, imagens as mais diversas, captadas no flagrante de uma câmera que recorta e que enquadra um momento familiar, uma ocasião íntima da vida particular, a manipulação sonoro-visual de uma produção fílmica; nas palavras de Milanez (2019), o material de uma audiovisualidade. Entretanto, ao longo dos anos, com a criação de conteúdo e o retorno financeiro a partir dela, o Instagram tem passado por atualizações de modo a ampliar não apenas a dimensão de interatividade que lhe é intrínseca, mas, também com o intuito de ratificar seu caráter de produtividade em relação a cultura da visibilidade do eu, de “*online selves* (eus digitais) diversos que perpassam a rede em busca de integração, de interação, de descoberta de si e do outro, e assim se constroem identidades múltiplas, diversas e virtualizadas” (OLIVEIRA, 2004, p. 209).

Usuários utilizam a rede para debater assuntos polêmicos e se engajar; essa ação gera um impacto expressivo na vida social, quando consideramos a capilaridade e disseminação de saberes e de reflexão acerca de problemas sociais. Nesse segmento, *Quebrando o Tabu* (QoT) é uma das contas do Instagram que apresenta expressiva notoriedade no Brasil, veiculando informações acerca da política, causas sociais, economia e educação, gerando a disseminação de discursos progressistas.

Os discursos materializados no respectivo perfil são meio para a produtividade do sentido, múltiplos efeitos de sentido, favorecendo a reflexão e o debate. São publicações que exaltam a figura masculina pela exposição de características biológicas (como o volume do membro sexual, por exemplo) e criticam a figura feminina pelo mesmo motivo. A partir disso, lançamos o questionamento acerca da permissividade e do tratamento que o corpo masculino recebe da sociedade que se incorpora à plataforma e a suas diretrizes,

²De acordo com dados publicados pelo Portal Opptuts disponíveis em: <https://www.apptuts.net/tutorial/redes-sociais/quantos-usuarios-instagram-existem-brasil-mundo/>

materializando-se a partir de efeitos de positividade. Esses efeitos são cunhados no sentido da virilidade, do instinto másculo, na predominância da natureza do físico animalesco da figura masculina. São efeitos de uma leitura contaminada que tenta nos imputar um trajeto de olhar o corpo considerado, em essência, como súpula das leis de sua fisiologia (FOUCAULT, 2007).

Em função dessa operação de visibilidade e de resgate discursivo, a memória faz reverberar o lugar de negatividade ao corpo feminino, sob o efeito de uma política de coerção e de controle que instiga efeitos de indecência, incorreção, falta de pudor e imoralidade. As publicações do QoT dão relevo à problemática de corpo e gênero; a discursividade operada a partir da publicação realça uma crítica à própria plataforma na qual a página se encontra hospedada. Considerando a produtividade discursiva advinda dos batimentos, da discussão acerca do tema e das postagens feitas, tomamos aqui tais materialidades como objeto de análise.

Metodologicamente, lemos a conta QoT como um operador de discurso, tomada na sua condição irrefutável de produção histórica e, principalmente, de veículo produtor de subjetividade. Imputando-o um enquadramento midiático, isto é, tratando-o como objeto de mídia, buscamos empreender um olhar linguístico-discursivo para o sincretismo das publicações dispostas na página, de modo a trabalhar os conceitos teóricos que apresentamos e de trazer à tona a reflexão sobre a tensão entre corpo masculino e corpo feminino no ambiente de rede social.

2 A fundamentação histórica do objeto discursivo no emaranhado de um presente

Para a Análise do Discurso tudo importa, tudo que produz sentido, uma vez que todo e qualquer objeto pressupõe uma leitura discursiva. Faz parte da seara discursiva que se interessa pela colocação do objeto no escopo de suas próprias condições de emergência, de produção. Essa condição de produto social e historicamente determinado das materialidades de que falamos ou de que podemos falar é fundamental para o trabalho com os sentidos do discurso, visto que é a partir de um olhar crítico-linguístico, movimentado mediante a constituição de espaços de subjetividade do sujeito, a partir de condições de emergência

determinados, que é possível entender o sentido; trata-se de enxergá-lo não como um *já-lá*, não como o enigma de um tesouro a ser alcançado com prêmio final, mas como efeito, como possibilidade.

Segundo Foucault (2005), o discurso não é fechado em si, tão pouco é o sujeito. O discurso é uma produção que compreende a situação enunciativa, o sujeito e a memória. É a partir dessa relação que somos acionados a conferir sentido mediante sua inscrição sócio-histórica. Logo, o sentido não existe em si mesmo, não é uma instância, elemento, produção independente, que pode ser isolada e retida na relação causal entre as coisas. O sentido é signo de uma relação sempre possível entre o que se diz, o já dito e o jamais dito. O discurso e o sentido têm um alhures que lhes é, ao mesmo tempo, constitutivo e condição de existência.

Foucault (2005) nos mostra que é preciso dizer das relações - ou sistema de relações - que podem ser, necessariamente, chamadas de discursivas, de modo que seja possível dizer da especificidade do objeto e do próprio discurso, ali mesmo onde eles se levantam e se materializam.

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica [...]. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes [...], determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los explica-los etc. Elas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, nas as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2005, p. 51, supressões nossas).

Sob essa perspectiva, o sujeito não é dono do discurso, mas o efeito dele. Todavia, é pelo discurso que ele – o sujeito – assume uma *posição de sujeito*, filia-se a regimes de subjetividade os quais são, por sua vez, também delimitados mediante condições históricas, sociais, políticas, econômicas determinadas. Assim sendo, temos que não é qualquer sujeito que consegue ocupar qualquer posição e, no mesmo passo, nem tudo pode ser dito em qualquer lugar, de qualquer forma (FOUCAULT, 2014), pois as práticas discursivas estão sempre atreladas a manobras, a estratégias do dizer e possuem, elas, miras determinadas.

Neste ínterim, para apresentarmos aqui o corpo como discurso, isto é, como elemento do jogo de irrupção discursiva, é preciso dizer da sua transformação e da sua vinculação a poderes e a saberes que o disseram e o dizem ao longo da história. Na sua aceção de objeto do dizer, de lugar de inscrição de práticas de si, o corpo modificou-se ao longo do tempo, passando da definição positivista e dicionarizada de “conjunto de elementos físicos que constitui o organismo do homem ou do animal, formado por cabeça, tronco e membros” (MICHAELIS, 2023) para a constituição de um princípio de individuação e de subjetivação.

Para além da disparidade de ambas as conceituações, vale ressaltar que, na primeira, o corpo recebe um revestimento anatômico, singular, divorciado da extensão social e da construção histórico-política que o corpo possui; na segunda, o objeto é aproximado da conjuntura política e das condições societárias que o atravessam. No entanto, para analisar as questões imbricadas ao corpo, é preciso ir além, vê-lo como elemento de sedimentação, isto é, como “sujeito às marcas e aos sinais físicos decorrentes de amplas séries de processos históricos, e a alma o depositante de sedimentação, de confrontação e de dinamização de uma série de campos de verdades historicamente constituídos, e em constante embate” (SILVEIRA; FURLAN, 2003, p.188).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2004) apresenta os saberes e poderes para a domesticação do corpo e discute as amarras históricas e os movimentos de inscrição do corpo na ordem econômica da vida social. O corpo dócil é mais útil, ou seja, mais produtivo e essa disposição é alcançada no seio da disciplina. Mecanismos, instituições, práticas políticas buscam domesticar o corpo com o intuito de extrair o máximo de utilidade possível. Um corpo dócil nas palavras de Foucault é “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2004, p. 126).

É importante destacar que as ciências humanas colocam o sujeito social como objeto de estudo, abrem portas para a concepção de normalização que atinge o corpo no trabalho voltado a sua inscrição em determinada ordem de regras, num cenário de normas que se sustentam em saberes determinados e se capilarizam na genealogia longa de um poder de miras. Trata-se de normas, regras de conduta vinculadas a práticas, discursos, os quais, segundo Foucault, garantem o estabelecimento de acirradas relações de saber-poder. Para Foucault (2004, p. 31) “o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente

implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Nessa conjuntura, vale a repetição em ratificar que o corpo é construído frente a questões históricas, políticas, filosóficas e sociais; para tê-lo aqui como nosso objeto de análise é preciso atentar para o espaço de descontinuidade, isto é questionar a linearidade aparente que o tenta inscrever num trajeto de multiplicação causal.

A descontinuidade é um conceito cunhado por Foucault que o oferece como princípio/ferramenta de fomento à análise dos discursos, dos saberes, dos poderes. Esse conceito é criado na oposição entre a história dita global e a história efetiva, esta que é irregular, heterogênea. No pensamento do autor, a história efetiva distingue-se daquelas dos historiadores pelo fato de que ela não se mantém suportada por uma única variável, por uma constância única. Trata-se de fugir dos laços da continuidade, pois “é preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser” (FOUCAULT, 2007, p. 79).

Para situar o leitor, precisamos direcionar que essa relação do discurso com a historicidade, na esteira do que agora apresentamos como descontinuidade e, ainda, aproximando a questão do sujeito e do corpo, é propositiva e nos dá sustentação para discorrer sobre o sentido que é produzido nas publicações da mídia, neste caso, nas publicações da página QoT. Dessa forma, entendemos que “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação” sendo que “esta não lhe é transmitida ou entregue pronta” (DAVALLON, 2007, p. 28).

Ao considerarmos o discurso como construto vinculado ao descontínuo, temos a possibilidade de entender tal dinâmica a partir de relações sempre possíveis. Assim sendo, temos que o discurso sempre reclama uma *relação a e*, nessas condições, notamos o imbricamento de saberes e poderes, num jogo insidioso de afirmação, de enquadramento, de conceituação.

Partimos da ideia de que o saber é um conjunto ordenador de enunciados, de práticas discursivas, que busca ser coerente, harmonioso e universal. Fruto de operações que perseguem efeitos de legitimidade, credibilidade e universalidade, o saber conjura espaços

de poder e, este último, por sua vez, lhe dá suporte para uma efetividade capilar na sociedade. O saber está ligado aos princípios da dominação, uma vez que é a partir dessa dominação que irá regularizar as práticas discursivas em uma determinada temporalidade. Ele é elemento incisivo que delinea, marca, produz, molda o conhecimento, a epistemologia, o pensamento, a vida social; é força perigosa que permite, condena, acende, afasta, baliza. O saber “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2007, p. 28).

Assumindo o corpo como produção discursiva podemos atribuir destaque aos saberes pulverizados em sua construção, através de um olhar crítico que atrela um exercício de descrição e de interpretação. Podemos, assim, tratar dos discursos, dos dizeres e dos efeitos de sentido que trazem o corpo ao centro de uma semanticidade carregada de valores, ideologias, recortes e manobras, como objeto de poder. É importante fazermos uma entrada neste tocante para também acenar ao leitor nossa operação de leitura do objeto.

Entendemos o poder não na dimensão utilitarista de uma riqueza manipulável e aprisionável de poucos para o controle de muitos. O poder faz incidir esse efeito, mas não se resume a isso. O poder para Foucault é capilar e multidirecional, tem uma estruturação microfísica, genealógica; funciona e se exerce, indefinidamente, em rede, haja vista que suas ramificações estão em toda sociedade e a compõem, bem como aos indivíduos e a seus corpos. Não há, então, sujeito livre, autônomo, uno e autóctone, mas sim posições, posição de sujeito que é marcada em saberes determinados na tensão com o poder; somos condicionados, temos nossas práticas discursivas estabelecidas pelas condições de produção nas quais nosso discurso se encontra.

O poder se materializa a partir de mecanismos que fazem os sujeitos serem tomados em posições de subjetividade. Tais mecanismos são, por sua vez, instrumentos de disciplina, são *disciplinadores* que modelam, por exemplo, os indivíduos (e seus corpos), calcando-se nos saberes preexistentes e fixados no seio social. Nesse sentido, podemos afirmar que o poder não é unilateral, não pode ser compreendido como instância maciça; todavia, seus efeitos são concretos, ou seja, há efeitos de poder, redes em que ele é apanhado em movimento sem fim, em relações de nunca acabar.

Nesse espaço intervalar de práticas e de nuances entre saber e poder, o discurso apresenta-se como espectro de positividade, isto é, faz-se arena para o imbricamento e

materialização de tais elementos e, no escopo de uma leitura discursiva, permite-nos não apenas refletir sobre as possibilidades do sentido, mas, principalmente, falar sobre suas manobras, sobre o efeito de intencionalidade que ele suscita, a partir de práticas social e historicamente determinadas, práticas atreladas a espaços de saber e a efeitos do poder.

Essa direção é detalhada, por exemplo, na discussão acerca da *Formação dos objetos*, na obra *A Arqueologia do Saber*, quando Michel Foucault (2005, p. 53, grifos do autor) vem destacar que “não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, de transformá-lo em signo de outra coisa, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua espessura para fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria [...]”. Essa postura exige definir, de acordo com o pensamento foucaultiano, “os *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2005, p. 53). É nesse trajeto que trazemos à discussão a tensão entre masculino e feminino, pelo viés da questão do corpo e, sobretudo, pela leitura do efeito de evidência que é reservado, na realidade compósita do Instagram, a um dos polos que perfazem essa relação histórica.

3 Mamilos polêmicos: sentido e historicidade do corpo como objeto de dizer

O gesto de leitura do discurso deve fazer pulular os lugares, os pontos de uma genealogia das coisas ditas, os efeitos de práticas que fazem incidir sobre o sujeito o peso de uma existência na sociedade. Nesta perspectiva, abordar as questões sobre o corpo, assim como é nosso propósito aqui, implica atentar para os procedimentos, ordens e direções que instigam percursos de historicidade e evidenciam a natureza movediça do sentido. O sentido na condição de sua produtividade, de efeito, ligado ao terreno da possibilidade é a proposta que encontramos em Foucault (2007, p. 26) como norte para a investigação arqueogenealógica que empreendemos ao objeto discursivo em tela.

Se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, fazê-lo entrar em outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: uma história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, [...]

como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos.

Neste tocante, analisar o discurso é compreender as relações imbricadas nele. É preciso entender que não existe discurso profundo ou raso, superficial ou imerso. Os discursos materializam efeitos de sentido de dizer a história, de marcá-la, de associá-la a polos de poder, a políticas da verdade

3.1 Discursividade em rede: o corpo em trajeto de visibilidade

O *corpus* a que nos reportamos nessa discussão foi retirado da plataforma Instagram e veiculada pela página do *Quebrando o Tabu* (QoT), a qual se coaduna com diversos movimentos sociais e lutas de múltiplas minorias, na tentativa de dar destaque às políticas de cerceamento e de controle das mídias digitais, no terreno, sobretudo, das redes sociais.

Figura 1: QoT - Mamilo feminino na rede Instagram



Fonte: @quebrandoatabu

Sabe-se que a rede social deleta e bane qualquer publicação que se vincule à pornografia e/ou à exposição 'excessiva' do corpo feminino por comportamento inadequado

em relação às diretrizes da plataforma. Isso se dá, em especial, no que diz respeito à exposição de partes do corpo que possam mobilizar à discussão sobre o desejo e sobre a atividade sexual, a exemplo dos seios e vagina. Ao homem, destina-se apenas a censura do falo. Assim sendo, a publicação em questão é parte de um corpo feminino com seios à mostra, porém, com mamilos masculinos rodeados de pelos no lugar do feminino, numa posição de relevo, encobrendo o mamilo feminino.

Embora a nudez seja vista como tabu, fragmenta-se ela, de modo que, como posto anteriormente, na constitutividade da figura que sobrepõe os mamilos masculinos, apenas a nudez feminina é inscrita na alcunha da não permissividade, o que nos permite enxergar uma operação de cerceamento do visível que instiga ao feminino, efeitos de vulgaridade, de imoralidade, um ataque ao pudor. Neste momento, foca-se na liberdade dada a uns e negada a outras, além da extrema sexualização do corpo feminino e como esse fato influencia os posicionamentos e atitudes da e na rede social.

É notório que a violência e extrema sexualização do corpo feminino remontam a séculos e cristalizam-se nas relações cotidianas, deixando para a história o encargo de pôr em destaque o corpo feminino ao longo do tempo, evidenciando suas questões morais, sexuais, de desejo e de poder. No entanto, ainda que no que diz respeito à operação de justaposição das imagens dos mamilos na figura 1, podemos retomar a questão da descontinuidade do discurso, isto é, ver os espaços, os furos, as fendas, as lacunas desse dizer. Na leitura dos indícios da imagem, e a partir do que apresentamos sobre a nudez feminina, é indispensável observar que essa ‘nudez’ é completamente relativizada, na própria rede social Instagram. Basta observarmos, por exemplo, as inúmeras postagens de atrizes, celebridades e pessoas famosas no carnaval que apresentam ao grande público, sob o signo de um espetáculo, as suas escolhas por ‘transparências’, micro *hot pants* e tapa- mamilos, nas fantasias usadas (CODECO et al, 2023, n. p.).

Tais postagens do corpo feminino nu exaltam a beleza feminina, a beleza feminina como arte da natureza e como expoente da ‘alegria, irreverência e acontecimento’ da maior festa popular do mundo. Neste trajeto, o corpo nu não é negativizado, ele é tomado em determinados regimes de dizer que o asseguram um lugar/posição de positividade no escopo da visibilidade pública da grande massa.

Em contrapartida, a publicação da página QoT nos apresenta um corpo domesticado, o corpo feminino nu como espectro da imoralidade e como signo do despertar do desejo afetivo-sexual masculino. Notamos aqui, o trabalho de uma *vontade de verdade*, que se quer fazer crível, universal, quer seja ligando o corpo feminino desnudo ao mais baixo epromíscuo da sociedade, quer seja impondo o efeito de choque e de estranheza na estratégia de justapor as imagens dos mamilos. Essa última representa uma cisão, um corte de resistência à instauração de uma determinada ordem de condução da visibilidade midiática, suas políticas e práticas de controle e de conversão do olhar.

Podemos inferir, então, que o Instagram é uma instituição punitiva, a qual é regida por saberes coletivos, que aplica a punição a partir das regras e normas da plataforma. Essa recusa à permissão dos mamilos femininos em publicações na plataforma endossa o estigma sobre a mulher que está no imaginário popular, além de criar efeitos de poderes que conseguem extrair o máximo de docilidade desse corpo, de modo que ele é controlado. Normaliza-se que o corpo feminino deve ser coberto, não-livre, pois essa liberdade pode ferir a própria mulher.

No entanto, em determinados cenários e condições de produção, o mamilo feminino não é apagado, mas sim exaltado e objetificado, pois ele assume, em determinadas condições de emergência, efeitos de poder, de controle, sobre a figura masculina. Assim, essa relação está intrinsecamente relacionada ao corpo ativo, economicamente útil, politicamente dócil, ao qual se refere Foucault em *Vigiar e Punir*, o que vem consolidar formas de dominação, em especial, do indivíduo na sociedade. O corpo é modelado a partir de saberes e instituições que causam efeito de poderes mediante esses saberes, adestrando esse corpo objetivamente (FOUCAULT, 2004).

Adestra-se o corpo, concebe-se que a mulher deve ser ensinada a controlar seus desejos, enquanto o homem é esse ser primitivo, animalesco. Adestra-se o corpo para que admitam como verdade que mulheres, de *correta postura social*, aliadas aos valores tradicionais, são aquelas que não se sexualizam, não se curvam à promiscuidade inerente ao seu corpo desnudo exposto a todos.

Adestra-se o corpo para saber que mulheres não admitem pelos, são lisas, possuem estrias, celulites (naturais, biologicamente falando). Os pelos, neste recorte de controle, são

representativos da masculinidade, evidenciam a natureza máscula do homem, dão-se para esse fim somente. Assim, o feminino se faz no masculino, se faz em sua clara divergência e contraste; essa operação de dizer e mostrar o corpo é, por sua vez, vetor que impulsiona e dá suporte ao adestramento desse objeto. O feminino é alvo de uma imoralidade que é instigada com algo que lhe é inerente, que lhe é natural. O trajeto e esquadramento desse objeto discursivo, fragmentado, assentado no saber-poder, é o que fomenta a discussão no tópico seguinte.

3.2 Corpo e discurso: o limiar de uma relação constitutiva

O discurso acerca do corpo vem sendo construído mediante à história, às transformações sociais, econômicas e filosóficas que cunham a concepção desse arcabouço. Essas transformações não cessam; são contínuas, haja vista que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). São transformações pulverizadas através da instauração de aparatos sociais que são cristalizados pelas transformações e revoluções. O corpo, objeto de discurso, é a matéria que fomenta as operações de controle e que instiga, a partir disso, o trânsito de subjetividade.

À luz do *corpus* de análise, podemos destacar a operação de controle com a edição (e fusão) de duas partes de corpos binários (masculino e feminino): busto e mamilo. Os seios à mostra são “cobertos” pelo mamilo masculino e a aréola substituída pela representação do masculino. Essa troca é polêmica: tem-se a edição que joga com o efeito de apagamento sobre o mamilo feminino e, ao mesmo tempo, tem-se o destacamento que ressalta a permissividade do mostrar o corpo masculino. No escopo da semanticidade que tal operação de edição enseja, podemos assinalar que um dos mamilos é encoberto, pois atrela-se ao desejo e que, portanto, deve ser vigiado, sua proliferação cerceada, punido, deletado. O outro, por sua vez, não segue a mesma linha, é mais aceitável, permissivo.

Vale destacar que ao trazer a imagem de um mamilo feminino desnudo, na sua disposição natural, a publicação seria imediatamente deletada, haja vista a infração das

diretrizes de ética vigentes no tocante à alimentação da plataforma Instagram³. Dessa forma, nota-se aqui a atuação da interdição realizada por parte da rede social a qual negligência o corpo feminino, pondo-o em um lugar de margem, de promiscuidade, valorado através do olhar masculino, cis-heteronormativo, sexualizando-o excessivamente.

Nesse alinhamento, podemos ler que a imagem, para além da sua apresentação como postagem rotineira, constitui-se como uma crítica, um movimento político, a afirmação de corpos, de igualdade, a denúncia que põe em relevo à questão do silenciamento do feminino, operado pela lógica de uma política de controle da visibilidade. A interdição, o cisalhamento de gêneros, ao conceber o efeito de privilégio ao masculino frente ao feminino, promove enfoque à cultura patriarcal institucionalizada, que é dominante, esquadrinhando o que pode e não pode ser exposto e sexualizado.

O objeto em tela é fabricado por meio da operação de edição, ordinária para a mídia, que dela se vale para suscitar efeitos no interlocutor e controlar, moldar, seu entendimento. O realce dado ao corpo através do busto feminino, do seio, pescoço e cabelos que tomam quase todo o espaço da figura, se contrapõe à justaposição dos mamilos masculinos que interdita a materialidade e cunha o efeito de cerceamento do signo feminino pelo silenciamento. A configuração da imagem associa o seio feminino à imoralidade, suscitando efeitos de vergonha e preconceito.

Frente ao exposto, é notório que o Instagram parte de uma política de controle do visível do corpo feminino, das partes íntimas, intrinsecamente relacionado ao cuidado de si, assim como cunhado nos estudos foucaultianos. O cuidado de si regulamenta a obediência da mulher aos regimes tradicionais, pulverizados nas mídias e materializados pelos discursos. É nesse sentido que o discurso da preservação do feminino é calcado. Nesta mesma formação discursiva, temos, por exemplo, os discursos de práticas contra o assédio, comércio sexual e cultura do estupro.

O trabalho discursivo sobre o corpo feminino, o cuidado de si envolto na preservação do feminino, a manutenção dos bons costumes e a permissividade do corpo masculino frente ao feminino em rede não passam de vontades de verdade que são materializadas em discursos

³<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/01/20/facebook-e-instagram-vaio-rever-proibicao-de-mamilos-femininos.ghtml>. Acesso em 08 de abril de 2023.

que se movimentam no eixo do desejo e poder; discursos que que querem se fazer verdade (FOUCAULT, 2014) e que oportunizam efeitos de sentido atrelados a temas polêmicos e sensíveis, tais como: a sexualização excessiva do corpo feminino, sua exposição em rede e os sentidos de imoralidade e vigilância social então suscitados. *Os mamilos polêmicos* não são somente uma publicação que aborda a razão de uma inaceitabilidade fingida dos mamilos femininos, mas é também uma crítica ao corpo padronizado, não real, ao lugar da mulher na sociedade, à sua função na sociedade e para o homem, e, por fim, a sexualização inerente ao corpo feminino.

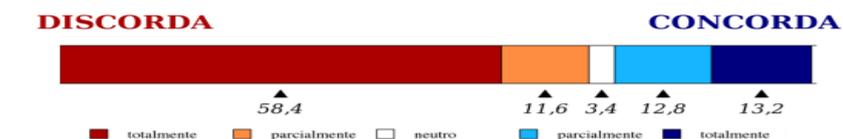
Tais efeitos são possíveis pois atentamos para a disposição de seios reais: não há idealização de um corpo de padrão universal, perfeito, regular. É possível ver estrias, veias por baixo da pele branca. A gravidade atinge-os, não há silicone ou qualquer outro método invasivo da indústria da beleza, apenas um par de seios flácidos e reais, acobertados por um mamilo rosado e peludo, enrugado e masculino, desprovido de vergonha e imoralidade, repleto de virilidade e ausente de desejo, pois este é o oposto do feminino, este é o social, é o imaginário politicamente correto e aceito.

Pelo trajeto do corpo e discurso construído até então, notamos que o corpo comunica, que ele é regularizado pelo olhar masculino, pelo desejo e o poder, pela vontade de verdade mantida pelo saber-poder, assim como trata Foucault (2014). Esse saber-poder entre masculino e feminino cria uma relação de serventia, de sobreposição, silenciamento e evidência que é perpetuada por séculos e que é reforçada nas estruturas sociais.

O gráfico abaixo traz dados estatísticos que corroboram a leitura de que o corpo feminino é visto pela sociedade em trajeto de intolerância, a questão da afeição à evidência de uma nudez que passa a constituir-se como alvo a ser combatido.

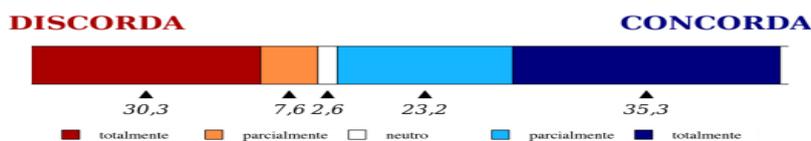
Figura 1: gráficos sobre a intolerância social e violência contra as mulheres

Gráfico 24
Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.
Brasil (maio/junho 2013)
(Em %)



Fonte: Ipea/SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres.

Gráfico 25
Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros.
Brasil (maio/junho 2013)
(Em %)



Fonte: Ipea/SIPS (sistema de indicadores de percepção social), 2013.

A figura acima, retirada do *Indicadores de percepção social* (IPEA, 2013), apresenta dois gráficos sobre condições para ataque à mulher. Nas respostas, tem-se que 26% concordam (totalmente ou parcialmente) no primeiro caso e 58,5% no segundo. É nítido que no segundo caso tem-se mais da metade das respostas que culpabilizam a mulher pela violência contra seu corpo, além disso, não há garantia de que as respostas para os questionamentos vieram apenas de homens. Esta lacuna permiti-nos refletir acerca da visão da mulher sobre ela mesma.

Questões como essas endossam as problemáticas de gênero e a violência contra o corpo feminino que está interseccionado nas teias dos saberes e poderes que regulamentam a vida pública. Dessa forma, os discursos polêmicos e sensíveis sobre o gênero afetam igualmente a mulher, moldando seu pensamento segundo a régua social e estrutural da masculinidade.

Assim sendo, o corpo que é permissivo, que não fere as diretrizes do Instagram, que é instagramável para além do carnaval, não é o mesmo para os gêneros binários. Assim como intentamos discutir no decorrer desse trabalho, o feminino torna-se objeto de uma política de coerção alicerçada no silenciamento e na invisibilidade, mas ocupa lugar potencial de

positividade que instiga, por sua vez, o batimento de discursos, dizeres, saberes e poderes voltados à construção de um ideário polêmico.

Conclusão

Lançamos um olhar linguístico-discursivo para os dizeres e discursos produzidos e veiculados na/pela mídia para dizer o corpo como objeto histórico, como construção atrelada à exterioridade, à historicidade, como marca de uma subjetividade. Vimos aqui os meandros de um discurso afirmativo que imputa a revelia de sentidos e que nos levar a enxergar como o sentido, na sua condição de efeito, perpassa, atravessa e constitui as interseccionalidades, as lutas e os engajamentos na vida social.

Tratamos da publicação da página *Quebrando o Tabu* na atenção aos efeitos de um discurso de permissividade em relação ao orbe binário entre masculino e feminino. Incutimos ao objeto um revestimento discursivo a fim de localizar o corpo no espaço de operações e estratégias ao mesmo tempo de evidência e de silenciamento e, para além disso, a fim de discutir a posição que a ele – corpo – é reservada no emaranhado intervalar de práticas e dizibilidades dos sujeitos contemporâneos.

Lemos que a colocação do corpo em (dis)curso coaduna o espaço de midiática desse objeto com a crítica e o batimento social e, nesse entremeio, emergem pontos de resistência, contrapoderes, no sentido de trazer à visibilidade uma caracterização do Instagram como um operador discursivo, isto é, uma ferramenta de mídia que instiga a relação entre discursos, a partir de uma historicidade que produz efeitos de misoginia, machismo e subserviência do feminino.

Longe de abordar a essência de uma crítica que busca culpabilizar, buscamos com a nossa leitura discorrer sobre o sentido, evidenciando sua natureza de possibilidade, de efeito, apanhado na emergência de contingências históricas determinadas; o sentido oportunizado em operações do dizer e do visível. Não é que a intencionalidade tenha sido a de caracterizar o Instagram como rede punitiva ou como espaço de coerção e cerceamento apenas, mas sim a de pôr em suspenso as práticas e os discursos referenciados e tomados nesta rede social, ratificando a necessidade de problematizarmos e compreendermos nossas condutas, nosso

pensamento, nossa subjetividade, como vetores históricos, como instrumentos condicionados a nossa colocação social no mundo.

Referências

APPTUTS. *Quantos usuários do Instagram existem no Brasil e no mundo em 2022?* Disponível em: <https://www.apptuts.net/tutorial/redes-sociais/quantos-usuarios-instagram-existem-brasil-mundo/>. Acesso em 13 mar. 2023.

CODECO, T. [et al]. *Mamilos à mostra no carnaval: com política contra assédio, mulheres se sentem mais livres na folia do Rio*. Portal Yahoo Notícias. Disponível em: <https://br.yahoo.com/noticias/mamilos-%C3%A0-mostra-no-carnaval-183115139.html>. Acesso em 20 mar. 2023.

DAVALLON, J. (2007). A imagem, uma arte de memória? Achard, P. et al. (Orgs.). *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 2007.

DICIONÁRIO MICHAELIS. *Definição de corpo*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/corpo/>. Acesso em 31 jan. de 2023.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 24 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. As heterotopias. In: FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2009.

INSTAGRAM. *Quebrando o Tabu*. @quebrandootabu. [Publicação]. Acesso em: 10 de mar. 2023.

IPEA. *Sistema de indicadores de percepção social: tolerância social à violência contra as mulheres*. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 09 abr. 2023.

MILANEZ, N. *Audiovisualidades: elaborar com Foucault*. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

OLIVEIRA, M. R. M. de. Weblogos: a exposição de subjetividade adolescentes. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA. (Orgs.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

RESULTADOS DIGITAIS. *Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais*. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/#:~:text=Instagram,0%20Instagram%20foi&text=De%20acordo%20com%20o%20r>

eport,d%C3%B3lares%20pela%20transa%C3%A7%C3%A3o%20na%20%C3%A9poca.
Acesso em 13 mar. 2023.

SILVEIRA, F. de A. FURLAN, R. *Corpo e Alma em Foucault: postulados para uma metodologia da psicologia*. Psicologia USP, 2003.

ⁱ Graduando em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FELCS).

E-mail: giordan.victor.703@ufrn.edu.br

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4714024567103954>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4871-7508>

ⁱⁱ Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FELCS)

E-mail: genario.pinheiro@ufrn.br

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9756306898141968>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2261-9221>

A VOZ DO SUJEITO PORTA-VOZ DA INCLUSÃO NO YOUTUBE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

THE VOICE OF THE SUBJECT SPEAKER FOR INCLUSION ON YOUTUBE: A DISCURSIVE ANALYSIS

Edson Santos de Limaⁱ
Carlos Piovezaniⁱⁱ

Resumo: É no século XXI que os discursos afirmativos contra as práticas opressoras direcionadas aos sujeitos com deficiência se consolidam historicamente na sociedade brasileira. Essa consolidação não significou a suspensão de práticas e discursos que discriminam esse grupo de pessoas, que continuam sendo reproduzidos, desde então, principalmente, sob a forma de discursos do capacitismo. Um espaço privilegiado para proceder a essas identificações são suas falas que circulam na mídia digital. No presente trabalho, nosso objetivo consiste em analisar o discurso da inclusão materializado no vídeo “Análise do discurso Michelle Bolsonaro (o que eu achei?)” publicado no canal do YouTube “Vai uma mãozinha aí?” em 2019. Nossa análise está fundamentada em postulados, noções e métodos da Análise do Discurso de linha francesa, articulando o pensamento de Michel Pêcheux e seu grupo e o de Michel Foucault. Metodologicamente submetemos o enunciado a um gesto de leitura discursiva que contempla a descrição e interpretação do que é dito e de suas maneiras de dizer. Os resultados indicaram a produção discursiva de um consenso de justiça social no discurso da porta-voz da inclusão, atravessado por viés mercadológico e midiático.

Palavras-chave: Discurso. Porta-voz. Inclusão. YouTube.

Abstract: It's on century 21st that the affirmative speeches against oppressive practices directed to people with disability has been historically consolidated at Brazilian society. This consolidation did not mean the suspension of practices and speeches which bring prejudice that group of people and it continues to be reproduced, since then, mainly, on the way of ableism speeches. A privileged space to proceed to these identifications are their speeches with circulate on digital media. On this work, we have as goal to analyze one specific speech of inclusion materialized on the video “Análise do discurso Michelle Bolsonaro (o que eu achei?)” published on YouTube channel: “Vai uma mãozinha aí?” in 2019. Our analysis will have as fundament postulates, notions, and French Speech Analysis method, which articulates Michel Pêcheux's ideas and his group as well as Michel Foucault's one. Methodologically, we have submitted the wording to one speech reading gesture with contemplates the description and interpretation of what is said and its ways to say. The results showed the speech production of one social justice consensus on speaker speech of inclusion, crossed by a mediatic and mercadological market.

Keywords: Speech. Speaker. Inclusion. YouTube.

Introdução

A exclusão de pessoas com deficiência vem pouco a pouco sendo mitigada por políticas públicas de inclusão social. Desde o século XX os movimentos organizados pelos

porta-vozes¹ da inclusão contribuem à criação de leis e decretos para legitimar as ações humanitárias direcionadas a esse grupo. Em luz disso os seus direitos foram garantidos judicialmente, porém as desigualdades sociais são frequentemente percebidas na sociedade. Isso é ainda mais agravado quando os preconceitos submetidos ao corpo e à voz recebem outros marcadores de discriminação, por exemplo, os de gênero e de sexualidade.

Na contemporaneidade, as pessoas com e sem deficiência utilizam das plataformas digitais à exteriorização de suas necessidades, temas de interesse e assuntos com repercussão midiática. Nesse sentido, em 2019, a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro discursou em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na cerimônia de posse do ex-presidente da república, Jair Bolsonaro. Tal fato representou um acontecimento histórico, tornando-se assunto na mídia. Essa representatividade na esfera política promoveu um consenso de justiça social por mais visibilidade da LIBRAS no tecido social e fez circular discursos contrários às ideologias progressistas.

Dessa forma, objetivamos neste trabalho, analisar a materialidade discursiva do vídeo “Análise do discurso Michelle Bolsonaro (o que eu achei?)” publicado no canal do YouTube “Vai uma mãozinha aí?” em 2019. Na fala e nos elementos imagéticos do vídeo de Mariana Torquato, materializam-se diversas facetas do discurso da inclusão das pessoas com deficiência. Mais precisamente, buscaremos apreender a maior ou menor conservação ou efemeridade dos já-ditos acerca da deficiência no enunciado sob análise. Nessa prática discursiva será oportuno perceber o que é dito sobre a fala da então primeira-dama, os recursos argumentativos e prosódicos utilizados nos modos de se referir ao acontecimento histórico, a posição sujeito ocupada pela produtora do vídeo e os sentidos produzidos no enunciado audiovisual.

Teoricamente, a presente investigação está vinculada à Análise do Discurso de linha francesa sob os pressupostos teóricos de seu fundador, Michel Pêcheux no diálogo com o princípio da interdição proposto pelo filósofo Michel Foucault (1996). Metodologicamente, o gesto de leitura discursiva submetido ao enunciado contemplará a descrição e a

¹ Empregamos a noção de “porta-voz” na esteira de uma das definições que lhe foram dadas por Michel Pêcheux, articulando com reflexões análogas, mas não idênticas, feitas por Michel Foucault. Esclarecemos esse emprego no item 1 “Discurso e sujeito: breves considerações teóricas”.

interpretação do que é dito e das maneiras do dizer da fala de Mariana Torquato que possui uma deficiência física.

Com vistas a alcançar o objetivo que estipulamos aqui, optamos por subdividir a sequência deste artigo nas seguintes partes: inicialmente, apresentaremos a concepção de discurso que estamos filiados; em seguida, faremos uma breve exposição sobre os sentidos da deficiência na história e a presença das mulheres com deficiência na sociedade; na sequência, abordaremos o funcionamento do Youtube e sua dimensão mercadológica; após isso, realizaremos uma análise de nosso *corpus*; e, finalmente, apresentaremos nossa conclusão.

1 Discurso e sujeito: breves considerações teóricas

Entre 1950 e 1960 os princípios estruturalistas circulavam fortemente na França e nos diferentes domínios das Ciências Humanas. O principal responsável pela elaboração dessas ideias foi Ferdinand de Saussure, ao eleger a língua como objeto de estudo da Linguística, deixando à parte os aspectos da fala, da interação social e da subjetividade em suas investigações. Tais elementos tornam-se objetos de interesse dos filósofos, antropólogos e linguistas pós-estruturalistas. Essas condições históricas em solo francês foram decisivas para o surgimento da teoria da Análise do Discurso².

Michel Pêcheux é quem, decisivamente, participa dessa mudança científica com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* em 1969. Sua teoria materialista do discurso articula os postulados do marxismo e da psicanálise aos estudos linguísticos promovendo um estudo dos processos discursivos em uma instância intermediária localizada entre a língua e a fala. Para o autor, o conceito de discurso é definido assim: “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo geral, de um efeito de sentidos entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1990b, p. 82).

Considerando que os aspectos históricos, políticos e culturais constituem o aparecimento dos discursos, entende-se que o sujeito se materializa na linguagem. Ele é

² Ver Gregolin (2006) para um estudo mais aprofundado da teoria.

ideológico, porque interpelado socialmente constrói efeitos de identificação ou contra-identificação. Nessa abordagem é feita uma leitura não-subjetiva da língua na relação com o social, pois os sujeitos ocupam determinadas posições em interação. Portanto, na análise do enunciado, o vê imerso nas condições históricas que delimitam o funcionamento dos discursos, dos sujeitos e dos sentidos na sociedade.

É com base nesses e outros postulados da Análise do Discurso (AD) que examinaremos o papel de porta-voz da inclusão desempenhado por Mariana Torquato, por meio da análise da materialidade discursiva do vídeo que foi publicado na plataforma digital e suscitado pelo acontecimento histórico supramencionado. Pêcheux refletiu sobre a noção de “porta-voz” nos seguintes termos:

o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição do negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1990a, p. 17).

Reflexão análoga foi feita por Foucault. O estabelecimento e a inscrição do enunciador nesse lugar social do “porta-voz” lhe conferem o *benefício do locutor*³ (FOUCAULT, 1999, p. 12), uma vez que supostamente se assume o dizer em meio a um espaço adverso, o do preconceito contra as pessoas com deficiência. Nesse espaço, a iniciativa de tomar a palavra já seria em si mesma um ato corajoso de fala, investido de um considerável poder de enunciação. Em que pese o importante papel desempenhado pelos porta-vozes do discurso da inclusão, não podemos perder de vista o fato de que eles se beneficiam do privilégio dessa condição.

Em vários campos institucionais, tais como a política, a religião e a produção de conhecimento, entre outros, ocorre o seguinte: certo desempoderamento de uma grande

³ O *benefício do locutor*, concebido por Foucault ao refletir acerca daquilo que denominou *hipótese repressiva*, incide, na verdade, sobre o privilégio gozado por aquele que, diante da suposta repressão em torno do sexo e do poder, deliberadamente desconsidera-a ou rechaça-a. Empreendeu-se, aqui, um deslocamento da noção foucaultiana do âmbito sexual, ao qual ela referia-se, para o midiático-político (FOUCAULT, 1999).

maioria é coextensivo de uma relativa concentração de poderes no desempenho das funções de alguns poucos, tendo em vista o domínio destes últimos de um conjunto específico de competências e de saberes. Sua aquisição compreende a passagem por alguns “rituais de iniciação”, que incidem sobre os usos da linguagem. O papel desempenhado por um porta-voz supõe preparação ou, ao menos, experiência prática. Daí decorrem as prerrogativas usufruídas por aquele que tem direito ao dizer legitimado nesses campos. Desse modo, observamos que um porta-voz da inclusão inscreve-se no espaço da luta pelos direitos das pessoas com deficiência como um enunciador que goza de legitimidade e visibilidade, uma vez que se encontra investido de atributos específicos para sua atuação nesse espaço. Ele é ao mesmo tempo “tribuno” e “debatedor”: é tribuno, nas relações extra-grupo, pois fala com legitimidade das pessoas com deficiência para as pessoas que não as têm; mas é também e talvez principalmente, debatedor, nas relações entre os seus, pois fala com visibilidade das pessoas com deficiência, para elas e em seu nome.

Nada disso, evidentemente, desmerece sua importante função de produzir discursos inclusivos e não capacitistas. Como criadora de conteúdo, Mariana Torquato, produz e faz circular um discurso legitimado nas lutas por condições igualitárias e representa o seu grupo demonstrando um saber na área da inclusão. A plataforma digital YouTube contribui à circulação desses sentidos que foram interditados em outras épocas e que atualmente, pela ordem do discurso da inclusão, são reproduzidos, controlados e silenciados.

A constituição do sujeito com deficiência passou por várias modificações em diferentes condições históricas de produção dos discursos. Diferentes práticas discursivas produziram não exclusiva, mas predominantemente a exclusão de seus corpos e de suas vozes, num primeiro momento, sua relativa integração, num segundo, e, finalmente, sua inclusão. Faremos algumas considerações sobre essas passagens da exclusão para a integração e desta última para a inclusão no tópico seguinte. Antes, porém, vamos expor mais alguns princípios fundamentais da AD, tendo em vista que nosso propósito consiste em analisar alguns elementos do discurso da inclusão.

O materialismo histórico, campo privilegiado de conhecimento que fundamenta a AD, postula que as ideologias relacionam-se umas com as outras sob a forma de conflitos, assimilações e contradições e materializam-se em práticas, objetos e discursos. Com base na

ideia de que as ideologias se materializam privilegiadamente nos discursos, Michel Pêcheux sustentou a necessidade de um campo que se dedicasse à análise destes últimos, considerando que a discursividade compreendia ao mesmo tempo condições e elementos históricos e sociais, linguísticos e inconscientes.

Aos princípios do materialismo histórico foram articulados postulados, métodos e conceitos da linguística e da psicanálise. No pensamento de Pêcheux, o discurso não corresponde ao caráter universal da língua, cujas unidades e regras de combinação são as mesmas para todos os membros de uma comunidade linguística, nem tampouco à condição individual da fala, que é singular em cada uma de suas manifestações. O discurso se situa, antes, “num nível intermediário” (PÊCHEUX, 1990b, p. 74) entre a universalidade da língua e a individualidade da fala e consiste numa prática regular, que materializa as ideologias e que é determinada pela luta de classes.

Há diversas formações sociais, porque são distintos os sistemas de produção e diferentes as classes e os grupos de uma sociedade. Essas formações sociais compreendem várias formações ideológicas: cada uma delas envolve um conjunto de ideias, práticas e valores que “não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se referem mais ou menos diretamente a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras”. Essas formações ideológicas comportam, necessariamente, como uma de suas componentes, “uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito*, a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (PÊCHEUX, 2011, p. 72-73, grifos do autor).

Além de controlar o que dizem os sujeitos, o discurso produz os sentidos das coisas ditas. Para a AD, “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, isto é, elas “mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva para outra” (PÊCHEUX, 2011, p. 73). Os sentidos não são inerentes às formas linguísticas, a linguagem não é transparente nem seus usos são neutros:

O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Elas recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (PÊCHEUX, 1988, p. 160-161).

Em suma, os discursos materializam as ideologias, determinam o que pode e deve ser dito e são ainda a matriz de produção dos sentidos. Conforme afirmamos, é com base nesses e em outros postulados da AD que examinaremos uma série de elementos e efeitos de enunciados que materializam o discurso da inclusão.

2 Sentidos da deficiência na história: exclusão, segregação e inclusão social

A inscrição dos sujeitos com deficiência em nossa sociedade se dá por três diferentes práticas sociais: exclusão, integração e, mais recentemente, a inclusão (SASSAKI, 2002), essas tornam-se normalizadoras por diferentes fatores históricos e sociais. Sendo que a produção dos sentidos sobre as pessoas com deficiência surgem através das práticas predominantes em certas épocas e culturas.

Na Grécia Antiga, os valores culturais e políticos normalizavam práticas de extermínio das crianças com deficiência física, porque aquela sociedade apresentava um cultivo à perfeição do corpo e da mente na *polis* grega. Nessa cultura, prevaleciam virtudes de força, vigor, saúde e sutileza para a vida da população. Essas práticas apenas se modificam com a expansão do Cristianismo, quando o homem é compreendido como um “ser racional, criação e manifestação de Deus” (ARANHA, 1995, p. 65).

Na Idade Média imperavam as práticas religiosas ao exercício do cuidado e da assistência dos povos pobres e deficientes. O corpo é objetificado por ideias teológicas e míticas que o representavam enquanto criação de Deus ou da monstruosidade no mundo. As práticas de punição, isolamento, torturas e castigos eram frequentes nessa época. No início do século XVI surgem outras práticas sociais com o advento dos estudos científicos da medicina e do sistema econômico de produção. A exclusão deixa de ser praticada gradativamente. Assim, os sujeitos com deficiência foram considerados “anormais” por não participarem, por exemplo, das exigências de uma sociedade capitalista. Até o século XIX predominaram ações corretivas e de educabilidade em hospícios, instituições de reabilitação e escolas especiais. Naquela época, agora de integração, os discursos da biomedicina e da autoridade dos profissionais da reabilitação promovem um gradativo silenciamento das vozes desses sujeitos.

No século XX cresce o número de pessoas com deficiência após as duas grandes guerras mundiais. As mudanças acontecem à inclusão dessas pessoas numa época marcada pelas discussões entre o modelo médico e o social. Entre tais modelos “[...]há uma mudança na lógica da causalidade da deficiência: para o modelo social, a causa da deficiência está na estrutura social, para o modelo médico, no indivíduo” (DINIZ, 2003, p. 2). Isso fez promover a reflexão de que os sujeitos com deficiência precisavam participar da vida social, exercer a cidadania e trabalhar.

Na década de 1970 surge uma segunda geração de ativistas do modelo social. O grupo formado por mulheres com deficiência traz à discussão o tema do cuidado e a experiência do corpo gravemente doente. Esse movimento liderado pelas porta-vozes ganha força, posteriormente, através dos discursos antirracistas e feministas na luta contra as diferentes opressões submetidas ao corpo considerado “anormal”. Torna-se oportuna, assim, uma reflexão interseccional com outras variáveis de desigualdade, tais como gênero e sexualidade. Nisso, se o corpo da mulher com deficiência está submetido aos preconceitos por sua condição física, outros marcadores sociais tendem a ampliar as práticas de opressão e a desigualdade social (GESSER, 2010).

Para melhor compreendermos a circulação desses discursos e as práticas de exclusão na contemporaneidade, é oportuno algumas considerações sobre a plataforma digital YouTube. Esse será o assunto da próxima sessão.

3 A plataforma digital YouTube: a circulação dos discursos na sociedade

Os porta-vozes da inclusão participam das mídias digitais com diferentes finalidades: compartilhar informações, trabalhar na produção de vídeos abordando, assim, consensos e resistências. Esse espaço de circulação, produção e consumo de conteúdos promove interação entre os usuários e, além disso, modela as nossas práticas e condutas sociais. Compreende-se que “de uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno” (THOMPSON, 2009, p. 19).

O YouTube é uma plataforma digital que surgiu em 2005 e o seu modo de

funcionamento diferencia-se da televisão e do cinema, porque congrega a democratização das ferramentas de distribuição audiovisual com cultura popular colaborativa e uma comunidade. Há um monitoramento dos usuários por meio das visualizações, do número de inscritos e os conteúdos possuem um valor mercadológico através também do *marketing* publicitário. Os criadores podem receber prêmios⁴ e a interação com os usuários ocorre por meio das ferramentas de curtir, comentar e compartilhar os vídeos. Os fatos do cotidiano podem ser transmitidos ao vivo e difundidos mundialmente, isso demonstra a diversidade e o alcance do YouTube na sociedade.

Dá-se, então, uma participação mais ou menos relativa desses sujeitos falando sobre suas necessidades e fatos sociais em vídeos amadores e originais. Quando é criado um canal na plataforma citada, é preciso mantê-lo ativo criando uma comunidade colaborativa e isso implica em certas estratégias argumentativas para que tenham audiência e adesão social. Tal espaço digital torna-se oportuno às pessoas com deficiência que foram historicamente excluídas da sociedade e que não tiveram amplamente um lugar de fala e de escuta social. Isso não significa uma propagação de práticas progressistas, pois, os sentidos da exclusão são ainda, infelizmente, conservados e interditados.

Na atualidade, observa-se uma relativa participação das mulheres com deficiência nessa plataforma digital em vídeos que abordam a rotina de trabalho, dicas de beleza para o corpo e dentre outros assuntos que são consumidos diariamente. Os temas relacionados à política, sexualidade, preconceitos e à superação possuem altos índices de reações por causa da identificação ou da curiosidade aos modos de ser deficiente. Nesse sentido, passemos, a seguir, à análise do enunciado audiovisual compreendendo o YouTube como um espaço de controle dos sentidos à criação de valor simbólico e midiático aos perfis dos porta-vozes da inclusão.

⁴ O Youtube, atualmente, presenteia os criadores de conteúdo com a placa de prata, quando atingem 100 mil inscritos, a placa de ouro para 1 milhão de inscritos, a placa de diamante para 10 milhões de inscritos e a placa de diamante vermelho para a marca de 100 milhões de inscritos. Além disso, é avaliado se o canal está ativo, sem notificações de violação das regras da comunidade e cumprindo os termos de serviço. A premiação simboliza positivamente a contribuição do canal por sua originalidade e isso valoriza o trabalho do criador de conteúdo na plataforma e socialmente.

4 Uma análise discursiva: a fala da porta-voz da inclusão no YouTube

No dia 01 de janeiro de 2019 aconteceu a cerimônia de posse do ex-presidente, Jair Bolsonaro, nessa ocasião foram repercutidos dois fatos na mídia: a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro discursou antes do presidente eleito e o seu discurso foi proferido em LIBRAS. A posse foi transmitida ao vivo nas plataformas digitais e na televisão e fez ampliar a repercussão do acontecimento entre os brasileiros causando um efeito de valorização histórica dos sujeitos com deficiência na política. Isso gerou diferentes reações na mídia e tornou-se um assunto relevante para os criadores de conteúdo no YouTube. O discurso da ex-primeira-dama foi classificado socialmente, sobretudo, como “surpreendente”, “inédito”, “emocionante” e “comovente”.

No interior dessas práticas de completa identificação ao protagonismo político da ex-primeira-dama, surgiram discursos de contra-identificação a esses valores de comoção e valorização. É na filiação a esse discurso que a porta-voz da inclusão, Mariana Torquato, produz o vídeo “Análise do discurso Michelle Bolsonaro (o que eu achei?)”⁵ publicado em seu canal no dia 02 de janeiro de 2019.

O canal do YouTube “Vai uma mãozinha aí?” é descrito da seguinte forma: “um canal livre de moldes ou padrões. Afinal, ser humano é ser diferente” e ele foi criado no dia 01 de julho de 2015, atualmente tem mais de 160 mil inscritos. O discurso da porta-voz se propõe a combater os preconceitos direcionados às pessoas com deficiência em diferentes setores sociais. Frequentemente ela fala sobre a sua deficiência física, sexualidade e política em seus vídeos. Mariana Torquato ocupa um lugar de fala promovendo um discurso de justiça social por um consenso de igualdade dos direitos. Esse efeito é produzido em outros vídeos⁶ e a posição de especialista que lhe é atribuída acontece por, especificamente, discutir o tema da inclusão na sociedade. À interação na plataforma utiliza-se de expressões, recursos imagéticos e estratégias retóricas para persuadir os interlocutores e ter mais inscritos no seu

⁵ Link do vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=o81yS8q3t5c&t=320s>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

⁶ Mariana Torquato publicou “Em quem votar para presidente” em 01/10/2018 e “Mulher do Bolsonaro vai salvar os deficientes” em 05/12/2018, ambos conteúdos, produzidos e publicados em seu canal, oportunizaram falar sobre a inclusão de pessoas com deficiência, a LIBRAS e os planos de governo dos candidatos à presidência da república em 2018.

canal. Dessa forma, são produzidos alguns elementos retóricos que constituem a sua posição de sujeito porta-voz da inclusão.

Devido à emergência das práticas discursivas e não-discursivas de inclusão nas diferentes instâncias sociais: seja a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, no mercado de trabalho, à inclusão de recursos e tecnologias adaptadas a cada tipo de deficiência; seja a combater as opressões de gênero, sexualidade, capacidade e dentre outros marcadores de desigualdade. Constrói-se uma representação social de que os sujeitos autorizados a falar sobre o tema sejam aqueles especialistas no assunto de educação inclusiva, ou que façam parte do grupo dos familiares, ou pessoas com deficiência. Sobre esse controle do discurso, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Mariana Torquato ocupa a posição sujeito que tem propriedade no assunto e compartilha dessas evidências com os usuários, assim, ganha audiência na plataforma digital. Vejamos, a seguir, o trecho inicial de sua fala⁷.

Tá começando mais um ano e **mais** um vídeo aqui no Vai uma mãozinha aí? Seja bem-vindo a 2019, temos mais um ano pela frente: o canal vai fazer três anos, esse ano, e se pá, quem sabe, conseguiremos chegar a marcade 200, 300, 400, por que não 500 mil inscritos: aqui nessa família? Tudo depende de você se inscrever:: e dar aquele suporte:: vê os vídeos, compartilhar com os amigos:: essas coisas todas que vocês já sabem, né? Então:: um brindizinho a 2019. E 2019 no Brasil significa que temos um novo presidente, que ele tomou posse:: no dia primeiro de janeiro de 2019. Hoje:: estamos aqui para analisar o discurso, **não** do presidente, mas da primeira-dama, Michelle Bolsonaro que fez o seu discurso em LIBRAS. Como esse canal tem a ver com tudo o que é relacionado com deficiência, não poderia deixar esse discurso passar... a gente já falou da Michelle aquinuma live super gostosinha, a primeira live do canal. Se você quiser dar uma olhadinha, é só você:: clicar aqui (acena com o braço) E também, lá em 2018, a gente comparou as propostas dos candidatos à presidência em relação à pessoa com deficiência. Se você ainda não assistiu, é só você dar uma olhadinha (acena com o braço). E deixa eu te refrescar, o Bolsonaro não falava nada sobre pessoas com deficiência no **seu** plano de governo [...].

⁷ Optamos por transcrever o *corpus* de análise destacando os prolongamentos da fala e as fortes incidências sonoras nas sílabas e palavras pronunciadas.

Mariana Torquato direciona-se aos interlocutores, ela constrói uma posição sujeito de porta-voz da inclusão, comemora as conquistas alcançadas na plataforma digital por causa da produção de conteúdo original e atualizado com as questões políticas direcionadas às pessoas com deficiência. Tais efeitos são produzidos por diferentes estratégias argumentativas, por exemplo, na referência que é feita aos números de inscritos no canal: “quem sabe, conseguiremos chegar à marca de 200, 300, 400, por que não 500 mil inscritos, aqui nessa família?” e não há nada que dependa dela, mas “tudo” depende de sua “família” que precisa seguir as regras de engajamento: “Tudo depende de você se inscrever:: e dar aquele suporte:: vê os vídeos, compartilhar com os amigos”.

Outra estratégia usada é quando a porta-voz da inclusão se inscreve na posição de vigilante perante a sociedade. O sujeito está instado a falar de todas as coisas relacionadas à deficiência, isso é materializado no seguinte dizer: “não poderia deixar esse discurso passar”. Por meio da expressividade tônica do verbo “deixar”, isso reforça um posicionamento de representante do povo diante das exclusões que os sujeitos com deficiência sofreram na história e, que apenas na contemporaneidade, vivenciam práticas de inclusão. Isto é, a sociedade precisa estar ciente e vigilante das políticas de inclusão para que essas pessoas não sejam submetidas às práticas de exclusão e opressão social.

A porta-voz da inclusão apresenta uma desenvoltura prosódica eufórica, elementos gestuais e imagéticos que contribuem aos efeitos persuasivos. Faz indicações de outros vídeos produzidos quando diz: “é só você clicar aqui” e associa seu dizer com a ação do braço indicando o local na tela. Isso produz um efeito de credibilidade ao canal e durante a sua fala outros vídeos são indicados. Além disso, a placa de prata é exposta no cenário para simbolizar a premiação recebida por já ter atingido a marca de 100 mil inscritos. O autêntico trabalho de influenciadora e criadora de conteúdo na plataforma é destacado por esses efeitos observados na imagem a seguir.

Imagem 1: Vídeo de Mariana Torquato



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=o81yS8q3t5c>

No enunciado imagético é possível percebermos por uma relação interdiscursiva outras opressões submetidas ao corpo da mulher com deficiência, uma vez que, os sentidos da discriminação são interditados em sua fala. Muitas mulheres estão sujeitas a agressões físicas e sexuais por causa dos preconceitos de gênero, sexualidade e capacidade (GESSER, 2010). Os estigmas são reforçados socialmente por uma maior participação de homens com deficiência ocupando os espaços de trabalho, enquanto que as mulheres com deficiência ficam, sobretudo, submissas aos trabalhos domésticos e ao cuidado da família.

No enunciado verbal: “Amor próprio salva vidas” exposto no cenário destaca, através do interdiscurso, o sentido de proteção contra o feminicídio que as mulheres sofrem. Segundo Gesser (2010), as mulheres com deficiência possuem uma menor capacidade de produção de sua própria defesa física, maior dependência à assistência e cuidados de outras pessoas e, além disso, elas são oprimidas e excluídas do direito ao exercício da sexualidade. Há, também, uma falta de acessibilidade em receber denúncias dessas mulheres nas delegacias e os próprios agressores são os seus cuidadores.

Ainda analisando a materialidade discursiva do vídeo, faz-se visível o uso de intensificadores por meio das palavras, por exemplo, “muito” ou “muito importante” com diferentes modulações prosódicas sendo reiteradas produzindo efeitos de sinceridade aos interlocutores por compartilhar de uma opinião consensual. Com isso a porta-voz representa discursivamente uma posição sujeito comovida com a visibilidade que a LIBRAS obteve. É

o que está sendo enunciado a seguir.

[...] e:: então eu acho que é muito importante que a gente venha falar sobre a função da Michelle Bolsonaro nesse sentido, nesse governo, porque a Michelle, no seu discurso ela falou o seguinte: “Eu gostaria de modo muito especial, de dirigir-me à comunidade surda, às pessoas com deficiência e todos aqueles que se sentem esquecidos. Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano”. Quando a Michelle fala um negócio desses, ela traz para **ela** a responsabilidade de fazer com que as políticas de inclusão sejam respeitadas e valorizadas. **É preciso ressaltar** que foi muito importante ver pela primeira vez a LIBRAS sendo utilizada, principalmente por uma primeira dama, para isso a gente tem que enaltecer sim! Porque é um absurdo o descaso que acontece a segunda língua oficial do nosso país, apesar da minha posição política ser muuito contrária ao que Bolsonaro representa, eu **não** tenho como ignorar que a primeira dama:: fez um ato brilhantemente executado! Porquee:: é muito, muito importante que a LIBRAS ganhe visibilidade, porque muitas pessoas ainda tem o preconceito muito grande dizendo que não é língua:: que não é importante, então:: é sim uma coisa a se enaltecer desse ato. Agora, a gente não pode ser completamente ingênuo e esquecer que o Bolsonaro tem muuitas, **muitas** polêmicas envolvendo minorias [...].

De modo estratégico faz uso, também, do discurso direto para ressaltar a fala da então primeira-dama produzindo um efeito de contra-identificação. Este é um objetivo da porta-voz da inclusão: não se comprometer com o que foi dito, mas esclarecer, alertar e explicar à sociedade quais as “estratégias” do “ato brilhantemente executado!”. Outro mecanismo retórico, presente em sua fala, representa interlocutores que precisam de esclarecimentos para não serem “ingênuos”. Destarte, o sujeito enunciatador se inscreve na posição de especialista em Educação Inclusiva ao explicar os preconceitos sobre a LIBRAS e a “complexidade” das deficiências, pois há sujeitos surdos que não fazem uso da língua de sinais, mas são oralizados ou usam implantes cocleares. Nesse modo a porta-voz usa de argumentos lógicos para persuadir os usuários, conforme se pode notar nos trechos a seguir.

[...] e ela, é:: alí usando a língua de sinais, alí:: falando especialmente das pessoas com deficiência, que já são tão excluídas... que já trazem essa sensação de emoção nas pessoas, é uma forma, sim de dizer quee:: a esquerda, ou que as minorias estavam erradas:: e quando eles trazem a **vivência** da Michelle como intérprete de LIBRAS **para** um

pronunciamento de posse, a gente percebe que há alí:: um certo interesse de limpar essa imagem do Bolsonaro, principalmente trazendo ela para palestrar antes, né?... para falar antes, quebrando o protocolo, e isso é uma jogada de marketing sim, gente, a gente não pode esquecer disso, não pode não mencionar, o fato de que:: a Michelle falar LIBRAS não a torna uma mulher **bondosa** e **solidária**, e o fato de falar LIBRAS não torna ninguém santo. O fato de incluir pessoas com deficiência não torna ninguém santo! [...].

[...] acho também que é importante a gente ressaltar que **nem** todas as pessoas com deficiência auditiva, nem todas as pessoas surdas, utilizam a LIBRAS para se comunicar! Existem muitos surdos oralizados e muitas pessoas adquirem implantes cocleares e enfim:: toda a surdez, ela não si:: limita à comunidade relacionada à LIBRAS... então, quando ela fala em LIBRAS, ela não está incluindo todas as pessoas com deficiência auditiva, né! eu acho que isso é um ponto importante a deixar claro, porque muitas pessoas ainda não entendem a complexidade que existe em relação às deficiências:: e que uma pessoa surda não quer dizer que utilize LIBRAS para se comunicar, né? e:: que uma pessoa com deficiência auditiva pode ser oralizada e falar português:: aliás:: vocês sabiam que pessoas que são oralizadas e que possuem deficiência auditiva ganham mais do que pessoas:: que não alfabetizadas em LIBRAS? No nosso próprio país existe um preconceito com a nossa segunda língua oficial. Esse tipo de coisa precisa ser combatida:: e esse tipo de coisa:: agora a gente pode cobrar da Michelle Bolsonaro![...].

É possível destacar os efeitos emotivos que a porta-voz da inclusão busca causar nos seus interlocutores. Apela-se aos sentimentos coletivos, tanto às emoções positivas quanto à “jogada de marketing” da ex-primeira-dama ter discursado antes do ex-presidente. Há uma relação interdiscursiva do discurso religioso ao da inclusão no enunciado: “o fato de falar LIBRAS não torna ninguém santo. O fato de incluir pessoas com deficiência não torna ninguém santo!”. É possível resgatarmos uma memória discursiva da caridade, por causa de uma crença social de que as pessoas que falam LIBRAS são consideradas “bondosas” e “solidárias”. Essa prática, muito circulada na Idade Média, representava os atos de caridade como um símbolo do amor de Deus e da santidade humana.

As práticas de assistencialismo direcionadas ao corpo com deficiência esteve muito presente na modernidade provocando inúmeras exclusões sociais. A ação de dar “assistência” é capacitista, porque não contribui à autonomia, à independência e à interdependência. Esse conceito está pautado na premissa da capacidade, da sujeição do

corpo dito “normal” entre aqueles considerados “anormais”. Conforme nos apresenta Marco (2020, p. 18) “capacitismo é a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social”. Assim, as práticas de assistencialismo não beneficiam o desenvolvimento social e pessoal desses sujeitos. Como podemos observar no trecho abaixo.

[...]porque Michelle colocou-se alí::, naquela posição de responsabilidade perante as pessoas com deficiência... e nós, pessoas com deficiência temos que fiscalizar, olhar e cobrar caso o governo haja de forma contrária aos nossos interesses e aos nossos direitos. Então:: por mais que eu tenha diferenças com esse governo, então:: por mais que eu não tenha votado no Bolsonaro:: eu:: vejo a presença da Michelle como uma importante peça pra que a minoria pessoa com deficiência não seja ainda mais esquecida. Uma coisa que ela fala no seu discurso é que ela terá oportunidade de ajudar as pessoas que mais necessitam... a palavra ajudar me lembra assistencialismo, que me lembra o que acontece com as pessoas com deficiência há muito tempo. Nós precisamos de:: inclusão, respeito, acessibilidade, representatividade... esse tipo de coisa que é básica, porque ajuda, as pessoas já tentaram nos ajudar... assim:: historicamente as pessoas só quiseram ajudar as pessoas com deficiência e nós estamos tão para trás. Então, a gente não precisa de ajuda, necessariamente... a gente precisa de:: políticas públicas, de inclusão que sejam boas, que sejam fiscalizadas, que sejam realmente implementadas ao nosso favor! É muito importante que as leis sejam de inclusão e não de assistencialismo, porque existe uma barreira muito grande e uma diferença muito grande entre assistencialismo e inclusão [...].

Observa-se que a porta-voz da inclusão destaca as atitudes capacitistas de dar assistência e os resultados disso às pessoas com deficiência. O destaque à palavra “ajudar” estabelece uma interdiscursividade com o discurso religioso. Esse sentido também está materializado no enunciado proferido pela ex-primeira-dama: “Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano” que, como vimos anteriormente, foi destacado na fala da influenciadora da inclusão.

Mariana Torquato alerta sobre as práticas de discriminação na sociedade e isso lhe dá credibilidade social, direciona-se especialmente às pessoas com deficiência para que tornem-se vigilantes. É produzido com o uso das palavras “nós” e “temos” um efeito de se incluir nessa vigilância quando faz referência ao grupo das pessoas com deficiência. Observamos, também, esse efeito sendo evocado por meio da palavra “nosso” no enunciado:

“**É: nosso** dever fiscalizar” pronunciado em tom eufórico e afirmativo.

[...] **É: nosso** dever fiscalizar o que vai acontecer nos próximos anos... e agente pode sim cobrar da primeira-dama, porque por mais que esse discurso tenha sido ensaiado e visto e talvez ele sirva para outras coisas agora, no governo Bolsonaro, né: em relação a estratégia de posicionamento, de imagem e enfim... ele nos dá esse combustível que a gente precisa:: pra ter alguém que a gente possa cobrar quando as coisas começarem a irem mal... se as coisas começarem a irem mal, né? e se as coisas começarem a irem bem, quem sabe teremos uma próxima Lady Di, como muita gente está falando aí? Quem sabe, né gente, nunca:: otimismo nunca é demais! O ano tá começando, vamos fazer um ano suave e otimista que as coisas não vão ser tão ruins assim:: né? vamos tentar assim, pode ser? Ficamos combinados assim? Fica aí no canal, gente, esse ano vai ter coisa linda demais para vocês assistirem e ano passado teve um monte, então assiste aí. Um beijo.

Ao analisarmos a fala da porta-voz da inclusão, observa-se que o uso dos argumentos sobre a LIBRAS promoveram um discurso eloquente e interativo, esse controle discursivo (FOUCAULT, 1996), nos usos e formas do seu dizer, buscou persuadir os interlocutores. Após ocupar a posição de sujeito especialista no assunto da Educação Inclusiva e ciente das dificuldades que os sujeitos com deficiência auditiva enfrentam na sociedade, a porta-voz faz apelo ao discurso consensual do otimismo e das expectativas esperadas com o novo governo. Pode-se perceber esse efeito de sentido no enunciado: “vamos fazer um ano suave e otimista que as coisas não vão ser tão ruins assim:: né?”. É oportuno destacar a memória discursiva de exclusão social no seguinte dizer: “tão ruins assim:: né?” intensificando o sentido das discriminações e, sobretudo, às opressões ao corpo das pessoas com deficiência que foram interdidas em sua fala.

Na análise do enunciado audiovisual ocorreu um silenciamento do discurso da opressão de gênero e da sexualidade na voz da mulher com deficiência. Isso por causa do funcionamento do discurso no YouTube, que é gerenciado por estratégias retóricas e argumentativas que geram valor simbólico aos perfis dos porta-vozes da inclusão.

Conclusão

A análise discursiva elaborada no presente trabalho oportunizou compreender práticas discursivas e não-discursivas alicerçadas em mecanismos de controle e interdição no discurso da inclusão. Tornou-se, assim, um gesto de leitura que buscou descrever e interpretar a materialidade discursiva do vídeo “Análise do discurso Michelle Bolsonaro (o que eu achei?)” publicado no canal do Youtube “Vai uma mãozinha aí?” em 02 de janeiro de 2019, após o acontecimento histórico da então primeira-dama ter discursado em LIBRAS na cerimônia de posse do ex-presidente, Jair Bolsonaro.

Essa análise discursiva teve por fim destacar estratégias argumentativas e os efeitos emotivos produzidos pela porta-voz. O discurso da inclusão circulou, assim, sob os efeitos de uma ordem mercadológica e midiática que é preciso falar sobre, esclarecer e explicá-lo à sociedade. A posição de especialista no assunto ocupada pela porta-voz destacou um lugar consensual de vigilância por inúmeras práticas de exclusão que as pessoas com deficiência sofreram no passado e ainda sofrem.

Na emergência desse discurso da porta-voz da inclusão no YouTube, através da análise do que foi dito e dos modos de enunciar o seu dizer, observou-se o controle discursivo (FOUCAULT, 1996) proporcionado pela instância midiática que silenciou as opressões de gênero e de sexualidade submetidas às mulheres com deficiência. No enunciado audiovisual analisado, dois discursos foram evocados: o discurso religioso com as práticas de assistencialismo que é capacitista e o discurso de justiça social à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Sob esta ótica destacamos a constatação de que, em discursos de porta-vozes da inclusão dos sujeitos com deficiência, há, por um lado, avanços igualitários importantes em suas falas, e, por outro, conservação mais ou menos modificada de enunciados que silenciam seus corpos, suas falas e suas vozes, em razão de adesões e reproduções de crenças e consensos sociais que circulam socialmente e que são reproduzidos na mídia digital.

Referências

- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*. Ribeirão Preto, n. 2. 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- DINIZ, D. O modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis* v. 28, Brasília, LetrasLivres, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15250>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5 ed. Editora: Loyola. São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GESSER, M. *Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física*. 2010. 296 f. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006.
- MARCO, V. D. *Capacitismo: o mito da capacidade*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. (Org.) *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas/IEL-UNICAMP, jul./dez., p. 25-42, 1990a.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HALH, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990b, p. 61-161.
- PÊCHEUX, M. Língua, Linguagens, Discurso. In: PIOVEZANI, C. ; SARGENTINI, V. (Org.) *Legados de Michel Pêcheux*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. Wagner O. Brandão. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.



ⁱ Doutorando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos - PPGL/UFSCar
E-mail: edsonsantosln@hotmail.com
Lattes ID: 6206587228699628
ORCID: 0000-0002-2089-7666

ⁱⁱ Professor do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
E-mail: cpiovezani@uol.com.br
Lattes ID: 1677609008094603
ORCID: 0000-0002-3612-983X

GÊNERO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE PODER: UMA ANÁLISE DO REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO POTIGUAR

GENDER, SEXUALITY AND POWER RELATIONS: AN ANALYSIS OF THE CURRICULAR FRAMEWORK OF POTIGUAR HIGH SCHOOL

Crislainny Dayanny de Oliveira Dantas¹

Resumo: A temática do gênero e sexualidade se mostra cada vez mais relevante, considerando o fortalecimento dos espaços de luta e resistência na atualidade. A escola, enquanto instituição que exerce controle sobre os corpos através da disciplinarização, deve estar atenta a essas questões e promover oportunidades iguais para os mais diversos estudantes. Sob essa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar o discurso produzido no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, no tocante à temática do gênero e sexualidade, como um dos Temas Contemporâneos Transversais, relacionando as relações de poder na construção dos sentidos e das vontades de verdade. Para tanto, utilizamos a Análise do Discurso como aporte teórico a partir dos estudos de Foucault (1988, 1995, 1998, 2004, 2008). Trata-se de um trabalho descritivo-interpretativo de caráter qualitativo. Usamos o método arqueogenológico para análise do discurso que tem como *corpus* enunciados extraídos do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, documento normativo que orienta a práxis didático-pedagógica, formulado a partir da reforma do Ensino Médio. A análise nos permitiu constatar que a temática emerge nos Temas Contemporâneos Transversais do documento como estratégias de biopoder e regulamentação dos temas que envolvem a sexualidade no contexto escolar.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Relações de poder. Ensino Médio Potiguar.

Abstract: The theme of gender and sexuality is increasingly relevant, considering the strengthening of spaces of struggle and resistance today. The school, as an institution that exercises control over bodies through disciplinarization, must be aware of these issues and promote equal opportunities for the most diverse students. From this perspective, this article aims to analyze the discourse produced in the Curricular Reference of Potiguar High School, regarding the theme of gender and sexuality, as one of the Transversal Contemporary Themes, relating the power relations in the construction of the meanings and wills of true. For that, we use Discourse Analysis as a theoretical support from Foucault's studies (1988, 1995, 1998, 2004, 2008). This is a qualitative descriptive-interpretative work. We used the archeogenological method for discourse analysis, which has as *corpus* statements extracted from the Potiguar High School Curriculum Reference, a normative document that guides the didactic-pedagogical praxis, formulated from the High School reform. The analysis allowed us to verify that the theme emerges in the Transversal Contemporary Themes of the document as strategies of biopower and regulation of themes that involve sexuality in the school context.

Keywords: Gender. Sexuality. Power relations. High School Potiguar.

Introdução

O Brasil, em 2016, passou por um momento de grande efervescência política com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, tendo Michel Temer assumido interinamente a

Presidência da República do país. Face ao cenário de mudanças, foi anunciada a Reforma do Ensino Médio, promulgada, inicialmente, através da Medida Provisória (MP) 746/2016 (BRASIL, 2016), sancionada no ano seguinte através da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou diversos pontos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/Lei 9.394/96).

O Ensino Médio, que compõe a última etapa da Educação básica, sempre foi considerado como a etapa mais desafiadora para a educação do país, seja pelos baixos índices ou pela falha na garantia do acesso e permanência dos estudantes. Tais fatores culminaram na aprovação das mudanças, com a proposta de reforma do Ensino Médio que, entre as alterações mais significativas, destacam-se: a organização das disciplinas em quatro áreas de conhecimento; o aumento da carga horária anual e a inserção da formação técnica e profissional (BRASIL, 2017).

A implementação dessas mudanças se iniciou, de forma gradativa, no ano de 2022, em todas as escolas do país. Frente a esse contexto, as unidades federativas brasileiras produziram seus devidos Referenciais Curriculares, a partir da perspectiva legal e normativa da Reforma do Ensino Médio, objetivando uma melhor compreensão da proposta por parte de todos os envolvidos no contexto escolar, além de nortear o planejamento pedagógico em cada Estado, direcionando para o seu contexto e necessidades. Tal documento normativo busca ainda planejar a melhoria das aprendizagens previstas pelas mudanças.

A elaboração dos Referenciais Curriculares teve como alicerce a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as propostas instituídas pela Lei nº 13.415/2017 (lei da reforma). Através de processo democrático, articularam-se conjuntamente Secretarias Estaduais de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Educação (CNE), com o objetivo de promover uniformidade nas diretrizes curriculares de todo país.

Com esse suporte foi produzido o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, que norteia a implementação das mudanças ocorridas no ensino médio, em escolas públicas e privadas, de todo território do Rio Grande do Norte. O documento oficial lançado em 2021 e disponibilizados aos profissionais da educação, aos diversos atores envolvidos nas

comunidades escolares e sociedade em geral em busca de “favorecer à universalização das aprendizagens, atender à mobilidade dos estudantes entre as redes de ensino, e contemplar a diversidade regional e local nas formas de organização das ofertas da Educação Básica” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 6).

Seguindo esse viés, propomos este artigo que tem como objetivo analisar discursos sobre a temática do gênero e sexualidade, produzidos no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, ressaltando a construção de sentidos ligados às relações de poder, em especial ao biopoder. Para isto, o *corpus* selecionado é composto por enunciados extraídos do referencial em questão, especificamente aos que tangem à temática do gênero e sexualidade, um dos temas contemporâneos transversais. Partiremos da premissa que as análises nos permitem compreender a produção de sentidos e vontades de verdade presentes nos discursos.

Em busca de determinar o lugar teórico-metodológico deste trabalho, cabe destacar que utilizaremos as ferramentas propostas pela Análise do Discurso de vertente francesa, com base nas contribuições discursivas de Michel Foucault (1988; 1995; 1998; 2004; 2008), acerca do discurso, enunciado, formação discursiva e relações de saber-poder. É oportuno ainda, mencionar que nos ancoramos no método arqueogenealógico de Foucault, o qual nos permite, por meio da fase arqueológica, “escavar” os enunciados que aqui serão analisados, buscando suas regras de formação que demonstram suas regularidades e/ou rupturas. Enquanto a genealogia nos permitirá compreender a historicidade das formações discursivas que revelam mecanismos de poder, em suas diversas especificidades e embasados em vontades de verdade. Vale ressaltar que tais fases são complementares e indissociáveis, além de representarem momentos distintos dos estudos do filósofo.

Para contextualizar as noções de gênero e sexualidade buscamos respaldo em Louro (1992, 1997); Lins; Machado e Escoura (2016); Nogueira (2016) e Scott (1990). Dessa forma, justificamos o artigo pela possibilidade de discutir a temática do gênero e sexualidade, cada vez mais evidente na sociedade contemporânea e que estão na ordem das relações de poder, assim como pela oportunidade de compreender os efeitos de sentido e vontades de verdade presentes na produção discursiva materializada no documento analisado.

Para fins de organização, dividimos este trabalho da seguinte maneira: na seção seguinte realizaremos uma breve revisão de alguns conceitos que serão mobilizados nas análises, tais como: discurso, enunciado, formação discursiva e relações de poder. A posteriori, será feita a análise do *corpus*, para que finalmente sejam apresentadas as considerações finais sobre análises empreendidas.

Discurso e relações de poder: entrecruzamentos teóricos em Michel Foucault

Em busca de analisar os discursos sobre a temática do gênero e sexualidade produzidos no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, destacando as relações de poder no processo de construção de sentidos e de vontades de verdade, recorreremos teoricamente à Análise do Discurso (doravante AD), de vertente francesa, mais precisamente no arcabouço teórico dos estudos Foucaultianos.

Antes, porém, iremos ressaltar como a AD se constitui nos estudos da linguagem. Após o seu surgimento enquanto teoria, a língua, o sujeito e a história passaram a ser estudados sob nova perspectiva. Distanciando-se da linguística estruturalista proposta por Ferdinand Saussure, a AD não concebe a língua, mas o discurso como objeto de estudo. Dito isto, foi dado um novo direcionamento aos estudos da linguagem, já que as ferramentas propostas pela linguística, até então, tornaram-se insuficientes para analisar esse novo objeto, emergindo assim, uma teoria, concebida de forma transdisciplinar, atravessada pelo Marxismo, Linguística e Psicanálise.

O discurso, objeto de investigação da AD, “encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele” (FERNANDES, 2007, p. 23). Dessa forma, ao analisar um discurso, aspectos exteriores ao texto devem ser apreciados, como parte integrada à produção de sentidos, uma vez que ele é constituído socialmente por sujeitos distintos, em diversos momentos da história e em meio a diferentes condições de produção.

Para este trabalho, apresentamos a concepção de discurso de acordo com Foucault (2008), que entende o discurso como:

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 99-100).

Para o filósofo, o discurso é constituído por um conjunto de unidades menores, chamadas de enunciados que se alicerçam em um mesmo sistema de formação, vinculado à noção de dispersão. Desse modo, o discurso é concebido por regras de formação, tais regras definem uma formação discursiva, que se apresenta como sendo um sistema de “relações de objeto, tipos enunciativos, conceitos, estratégias” (BRANDÃO, 2006. p. 32). Assim, para Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de **uma formação discursiva** (FOUCAULT, 2008, p. 33, grifo nosso).

Em vista disso, podemos entender que os enunciados ao possuírem regularidades nas suas formas de dispersão, se referem à mesma formação discursiva. Seguindo esse princípio foucaultiano, podemos falar, por exemplo, de discurso político, discurso clínico, discurso literário, discurso econômico, discurso midiático, discurso histórico, entre tantos outros nos quais são atribuídas modalidades particulares de existência, a partir de regularidades de enunciação e recorrências temáticas. Nesse viés, as análises aqui empreendidas, integram a FD do discurso educacional curricular de base legal, que objetiva orientar a prática docente, na rede de ensino estadual do Rio Grande do Norte.

A genealogia proposta nos estudos de Foucault, nos permite pensar nos discursos sempre atrelados às relações de poder. Nessa perspectiva, o poder é pensado no sentido de relações, não há um foco único, pois para o autor, toda relação e interação social é atravessada de forma imanente por relações de poder e saber que lhes dão sustentação.

Na concepção foucaultiana, o poder está presente em toda relação entre sujeitos. O exercício de poder nos estudos de Foucault (1999) é concebido como “estratégias” e distancia-se da concepção de autoritarismo ou repressão que comumente associamos à esta palavra. Para o autor, tais estratégias dizem respeito a um poder que não existe posse ou centralidade, mas está vinculado “a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Sob essa óptica, Foucault (1995), apresenta outras particularidades sobre as relações de poder: poder e saber são indissociáveis; só é exercido sobre sujeitos livres, com possibilidades de reação/oposição, a liberdade é condição de existência do poder; é um modo de ação em que uns agem sobre outros.

Podemos afirmar que as relações de poder também se manifestam nas práticas discursivas cotidianas que abordam a temática do gênero e sexualidade, uma vez que estas ditam aos sujeitos regras de comportamento, modos de se relacionarem, se vestirem, pensarem, agirem, entre outras coisas.

Com base no pensamento de Foucault (1999), as relações de poder são vistas sob o prisma do biopoder, podendo ser marcado pelo poder disciplinar, a partir de instituições disciplinares como escolas, hospitais, fábricas, oficinas e quartéis produzem controle sobre os corpos através da disciplinarização, fabricando assim, sujeitos submissos e exercitados. Logo, surge a sociedade disciplinar, “tendo em vista que as relações de poder se realizam nas diferentes instituições, as quais têm o propósito de domesticar os corpos por meio do uso controlado de técnicas e métodos que garantem a eficácia do poder sobre o corpo” (NASCIMENTO, 2012, p. 159).

A escola, enquanto instituição disciplinar, possui diferentes estratégias de controle e normalização sobre os alunos, objetivando a fabricação de corpos dóceis, vigiados e atravessados por verdades legitimadas. Conforme Foucault (1999), os indivíduos são engendrados através da disciplina, que é “a técnica específica de um poder que toma os

indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1999, p. 195).

Além da noção de poder disciplinar, do biopoder emerge também o conceito de biopolítica, espécie de ação de poder que não é exercida sob o sujeito de forma individual, mas ligada aos corpos de forma coletiva, na qual “os mecanismos biológicos da espécie humana (natalidade, mortalidade, longevidade etc.) passam a compor os objetivos políticos do Estado, ou seja, a vida entra como elemento de cálculos políticos nas estratégias de poder” (SANTOS, 2016, p. 276). Nessa concepção, a população é reconhecida como um problema de ordem política.

Outro conceito útil e indispensável à nossa análise é o de governamentalidade. No contexto deste trabalho, é pertinente destacar que a reforma do ensino médio brasileiro, assim como a formulação do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, são estratégias de governamentalidade, esta é constituída como uma técnica de biopolítica, promovendo um exercício de condução de indivíduos (almas, crianças, comunidades, famílias, grupos, enfermos). Ao discutirmos sobre a reforma do ensino médio, reportamo-nos aos mecanismos de governo que conduzem e dominam a população, operando sob estratégias de poder, através das políticas públicas educacionais. Dessarte, a governamentalidade para Foucault (2004), é definida como:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2004, p. 171).

No caso deste artigo, as práticas de governamentalidade surgem e induzem os indivíduos por meio de relações de poder, construídas no discurso do documento que normatiza o fazer pedagógico das escolas, incluindo a questão de gênero e sexualidade como um dos temas contemporâneos transversais.

É válido lembrar que o exercício do poder só é operado sob sujeitos livres, capazes de resistir. A resistência é concebida como inerente ao poder, localizada no centro de suas relações. Toda relação de poder para Foucault (1995), implica uma estratégia de luta, de

insubmissão, de confronto. No contexto da reforma do Ensino Médio, muitos sujeitos resistiram e resistem às mudanças propostas, assim como às proposições de inserir a temática do gênero e sexualidade nas escolas. A seguir, examinaremos o *corpus* articulando-o às estratégias das relações de poder e saber na construção dos sentidos nos enunciados.

2 Gênero, sexualidade e relações de poder no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar

A Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC-RN), lançou em 2021, o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, fornecendo orientações aos diversos sujeitos envolvidos no processo educacional, assim como a toda sociedade do estado do Rio Grande do Norte. O documento apresenta o objetivo geral de:

estabelecer as bases conceituais e diretrizes norteadoras para os currículos das unidades escolares de ensino médio da rede pública do estado do Rio Grande do Norte, assegurando a reflexão sobre os princípios da educação integral, inclusiva e democrática no Projeto Político Pedagógico e Curricular de cada unidade de ensino (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 10).

Desse modo, ao refletirmos sobre o documento enquanto uma produção discursiva permeada por relações de poder e saber, ao defender no objetivo geral os princípios da integralidade, inclusão e democracia, é possível observar na construção dos efeitos de sentidos a preocupação do estado em instituir prioridade na garantia do desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões (física, intelectual, social, emocional, cultural), assim como assegurar que os alunos tenham acesso à educação de qualidade, construída com a participação direta de todos. Dessa forma, podemos destacar o funcionamento de um discurso marcado por vontades de verdade, estabelecidas por um dizer que incide sobre pilares que direcionam as instituições escolares em busca de um ensino de qualidade.

O texto é organizado em sete capítulos e fundamenta-se legalmente:

na Constituição Nacional de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (LDB), no Plano Estadual de

Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025), na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018a), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM, 2018) (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 10).

Face ao exposto, observamos que o documento busca respaldo em discursos nacionais de base legal, marcando um lugar de verdade, que causam efeitos de sentido de legitimidade e padronização no que é proposto pelas orientações curriculares, enquanto estratégia de governamentalidade que incide sobre a população.

Cabe aqui destacar que frente às mudanças no Ensino Médio brasileiro, cada unidade federativa produziu o seu próprio Referencial Curricular, partindo das normas da Reforma do Ensino Médio e considerando suas realidades locais. Sobre isso, podemos constatar a forma de poder descentralizado, discutido por Foucault, oposto ao modelo de soberania. Assim, o poder, antes centralizado nas mãos de alguns, passa a ser disseminado e utilizado de forma estratégica, no qual Foucault (1999) chama de poder disciplinar, que vai, pouco a pouco, modificando os mecanismos e impondo seus processos.

Além de outros fatores relevantes ao ensino, o Referencial preconiza que as unidades escolares agreguem os Temas Contemporâneos Transversais, (doravante TCTs), em seus planejamentos pedagógicos. Esses temas são de grande relevância social e buscam contribuir com o desenvolvimento dos estudantes enquanto cidadãos. Esses, antes considerados como temas transversais, foram recomendados, inicialmente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), anos depois tornaram-se obrigatórios pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e posteriormente pela BNCC. O fato de adicionar a palavra contemporâneos já sinaliza também para efeitos de sentidos que singularizam uma história do presente para se discutir temas que sejam de fato relacionados à vida dos estudantes e a construção de subjetividade.

Isso posto, podemos averiguar que o documento aqui analisado se institui como instrumento que regulamenta e regimenta o fazer pedagógico na modalidade do ensino médio, sinalizando a governamentalidade da população, por meio da utilização de mecanismos que controlam os corpos, buscando governá-los por diferentes estratégias de biopoder. Desse modo, toda a comunidade escolar está inscrita sob os domínios das

estratégias de saber-poder. Sobre essas considerações podemos ressaltar o enunciado discursivo disposto a seguir:

Além das competências, este Referencial agrega os Temas Transversais Contemporâneos e orienta que as escolas, em seu Projeto Político Pedagógico, abordem aspectos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Organizados em blocos temáticos e geridos por marcos legais específicos, esses temas consistem em discutir questões inerentes à sociedade contemporânea que importam reflexões e, por sua vez, a tomada de posições (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 25).

Podemos observar que o documento norteia as ações pedagógicas, temos nesse caso o efeito de disciplinamento, que busca modelar as condutas de sujeitos, fabricando corpos submissos. A isso, podemos atribuir a “política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1995, p. 164).

Dessa forma, vemos que o Referencial atua sobre os sujeitos, através de ações de regulamentação e controle, via relações de poder, utilizando-se de diferentes mecanismos: impõe condutas pedagógicas, institui regras de funcionamento do ensino médio no território potiguar, determina conteúdos que devem ser trabalhados, regulamenta metodologias, sugere atividades didáticas, entre outros. Todos esses mecanismos são chamados de estratégias de poder, que são um “conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou paramanter um dispositivo de poder.” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Tais estratégias são traçadas pelo governo e implantadas nas instituições disciplinares escolares, no intento de alcançar todos os objetivos propostos pela reforma.

Se tratando dos Temas contemporâneos Transversais são propostos sete, considerados relevantes para o exercício da cidadania, entre eles, gênero e sexualidade, temática na qual nos voltamos neste trabalho. Vale destacar que esse tema não foi contemplado nos TCTs da BNCC, o que mostra um sentido de silenciamento sobre o tema da sexualidade enquanto lugar de interdição em diferentes discursos.

Cabe destacar, como afirmamos acima, que nos discursos da BNCC houve um silenciamento sobre a temática de gênero e sexualidade, não sendo explicitada em suas

proposições, mas o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar justifica a relevância de abordar esse tema na última etapa do ensino básico e propõe que as escolas, por meio de diferentes estratégias os insira em seus planejamentos pedagógicos de forma interdisciplinar “[...] uma vez que dizem respeito à educação inclusiva, direito social direcionado para todas as pessoas, indiscriminadamente, e, por conseguinte, discutam a diversidade, e as singularidades dos diferentes grupos sociais, como o da comunidade LGBTQIA+” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 21).

Nessa perspectiva, podemos verificar que dentro da gestão biopolítica potiguar deu-se visibilidade para temas que historicamente sempre foram silenciados, principalmente pelo fato de os professores não saberem lidar com a questão ou por não reconhecerem sua importância. Entretanto, sendo os TCTs uma forma de discutir temas que são relevantes para a formação do educando, acrescentar o tema gênero e sexualidade, reveste-se de um sentido positivo sua inserção no referencial potiguar, principalmente pelo aspecto de se valorizar o respeito às diferenças e conseguir, possivelmente, mais respeito entre os gêneros, inclusive no que se refere à redução da violência contra a mulher, cujos números elevados, poderiam ser reduzidos diante da proposta de uma educação com foco nessa temática.

Emerge a necessidade de aprofundarmos um pouco sobre as temáticas aqui tratadas, a começar pela noção de gênero que “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Questões de gênero estão diretamente ligadas às relações de poder, uma vez que existem hierarquias sociais concebidas a partir das distinções baseadas a partir dos gêneros. Temos, portanto, um dispositivo cultural, constituído historicamente, criando diferenças entre os corpos e articulando sujeitos e suas práticas dentro de uma estrutura de poder (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

No Brasil, o termo gênero começou a ser utilizado pelo movimento feminista no final dos anos 80. Para Louro (1997), tal conceito não se refere a distinção entre padrões femininos e masculinos, mas o entende como constituinte da identidade dos sujeitos, compreendidos numa perspectiva de pluralidade, como tendo identidades múltiplas, “que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO,

1997, p. 24). Entretanto, essas diferenças nem sempre são reconhecidas e respeitadas na sociedade, que muitas vezes não tolera as diferentes formas de existir.

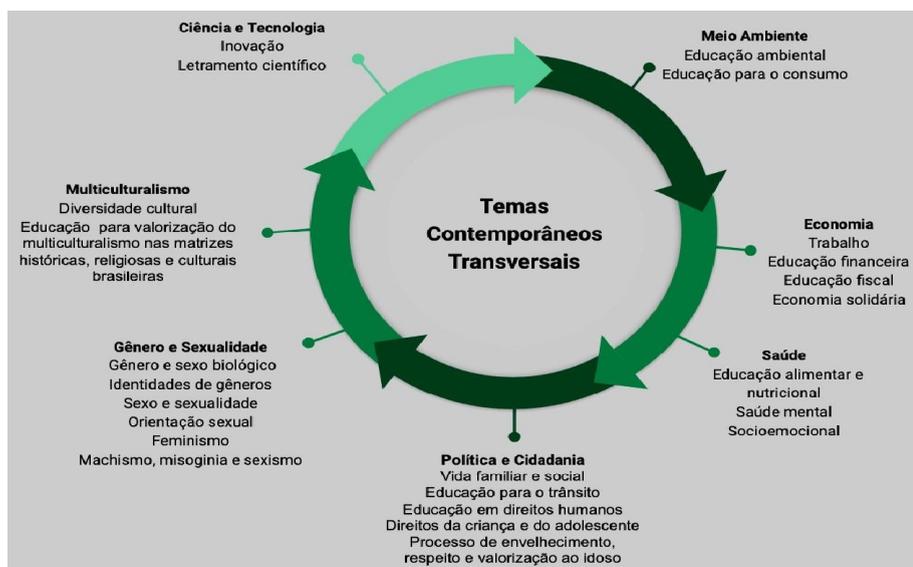
A utilização do termo “gênero” demonstra um conjunto de relações que podem incluir o sexo, mas que não é determinado por ele, da mesma forma não define a sexualidade (SCOTT, 1995). À vista disso, é importante evidenciar que gênero e sexualidade são fortemente relacionados, porém não são a mesma coisa, existem distinções entre tais conceitos. Na obra *História da Sexualidade* (1988), Foucault compreende que a sexualidade é constituída como exercício do poder, com base nos discursos sobre o sexo, para o autor:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Sendo assim, a sexualidade no viés foucaultiano, é uma construção histórica enquanto parte de um dispositivo. Para Louro (1997), os sujeitos podem exercer sua sexualidade de formas distintas, sendo suas identidades sexuais constituídas pela forma que eles vivem sua sexualidade. Já o gênero diz respeito à forma como os sujeitos se identificam como masculinos ou femininos, social e historicamente, construindo desse modo, suas identidades.

Em virtude dessa discussão, retomamos a relevância no tema pela análise de como ele é evidenciado no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Gênero e sexualidade são tratados dentro dos TCTs, organizados conforme a imagem a seguir:

Imagem 1: Temas Contemporâneos Transversais



Fonte: Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, 2021.

Como vimos no enunciado discursivo da figura, os TCTs contemplam assuntos relevantes e necessários ao contexto social atual, que atravessam as experiências dos estudantes em seus contextos, contribuindo para que sejam ampliados os espaços de discussão nas escolas. É nesse cenário que são apresentadas as seguintes considerações no discurso do referencial:

o Currículo deve pautar-se na integração da legislação e documentos específicos que contemplem os temas propostos para o ensino, considerando a importância deles para sociedade contemporânea, tendo em vista que a escola é o lugar para refletir sobre os problemas sociais e pensar um modo de intervenção que eduque, oriente e conscientize o cidadão de direitos e deveres (Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, 2021, p. 31).

No enunciado selecionado, é possível alcançar efeitos de sentido de legalidade, notadamente na afirmação de ancorar-se na legislação e em outros documentos normativos, que possuem autoridade normativa, garantindo uma verdade institucional através de diretrizes de governo e normatização de condutas. Assim, esse documento se insere

nos discursos oficiais legitimados na instância governamental de regulamentação da educação, fomentando uma técnica biopolítica no governo da população, em especial, das práticas educacionais a serem adotadas nas escolas.

Ao defender que a temática seja discutida nas unidades educativas do Rio Grande do Norte, o documento demonstra que o estado reconhece a pluralidade dos jovens potiguares, assim como orienta que sejam todos acolhidos, conforme destacado no enunciado abaixo:

Consideremos nas juventudes do Rio Grande do Norte, suas identidades e expressividades [...] os jovens que estão na luta pelos direitos civis e inseridos na comunidade LGBTQIA+ e demais juventudes presentes no território potiguar. Todas as juventudes deverão ser acolhidas, integralmente, pela escola e pelo Currículo (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 59).

Essa conduta dialoga com as proposições dos ativistas dos movimentos LGBTQIA+ e feministas, que defendem a escola como espaço de acolhimento, no qual as discussões sobre tais temáticas devem acontecer frequentemente. O documento também cita as lutas e conquistas por direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, as diversas formas de violência contra esse público, além dos mecanismos e leis de proteção como objetos de conhecimentos, ou seja, conteúdos que devem ser aplicados a partir do desenvolvimento de um conjunto de habilidades (RIO GRANDE DO NORTE, 2021). Assim, discursivamente, são construídos sentidos que instigam o acolhimento e respeito às identidades, articulando, desse modo, efeitos do biopoder em prol da vida e inclusão dos sujeitos nos espaços escolares, incluindo as práticas curriculares.

Sobre o direito à cidadania das mulheres são elencados diversos objetos de conhecimento a serem desenvolvidos na escola e que são casos de negligência da história desses sujeitos, como se pode ressaltar no enunciado discursivo do Referencial Potiguar: “as desigualdades sociais, políticas e culturais entre os homens e mulheres: remuneração salarial, cargos de chefia ou em cargos eletivos, liberdade sexual e outros” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 386).

Ao serem discutidos nas práticas curriculares, sob a evidência e visibilidade dos Temas Contemporâneos Transversais, tais proposições fazem ressoar vontades de verdade

de promover um ensino que possibilita espaços de conscientização e de combate a tais desigualdades. Ao longo do texto, aparecem sugestões didáticas, nas quais sugerem que as escolas promovam rodas de conversa sobre estigma e intolerância de gênero. É o que se destaca no enunciado: “roda de conversas sobre pessoas que são alvos de preconceitos, e o porquê das discriminações, estigma e intolerância sobre LGBTQIA+ mulheres” (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 399).

Podemos notar com o enunciado acima que as proposições de atividades desta natureza, instituem vontade de verdade de mudança, haja vista a urgência e necessidade de diminuição de episódios de preconceito nas escolas e a violência contra a mulher. Conhecimentos desta natureza, também contribuem para a diminuição das taxas de evasão que são elevadíssimas no ensino médio e com registros de motivação em situações de intolerância à diversidade de gênero e sexual. Para Nogueira (2016), entre a população trans, essas taxas são ainda maiores, limitando as opções de vida destes sujeitos, os afastando de concluir os estudos e até mesmo do mercado de trabalho pelo preconceito.

Notamos ao longo do texto, vontades de verdade de se promover um ensino com oportunidades iguais e equânime para todos os estudantes, extraídas, como por exemplo, no enunciado a seguir:

Toda essa diversidade exige práticas pedagógicas que dialoguem com a inclusão e um currículo que traga a voz dos silenciados e excluídos, escrevendo uma nova história sem ferir o direito à aprendizagem, sob os princípios da igualdade e da equidade (RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p. 20).

É nessa perspectiva de dar voz aos sujeitos, que ao longo da história sempre foram silenciados, que se torna cada vez mais urgente e necessária formas de ampliar as discussões sobre noções de gênero e sexualidade, tendo em vista a relevância da escola na formação integral dos sujeitos. Ainda a esse respeito, é válido mencionar Lins; Machado; Escoura (2016) ao dizerem que essa temática opera como construtora de sentidos para as diferenças percebidas nos corpos, articulando indivíduos e suas emoções, assim como ações e outras coisas dentro de uma estrutura de poder.

Assim, são por meio de práticas pedagógicas eficazes que será possível construir uma sociedade mais inclusiva, que possa garantir o direito de todos à educação, principalmente no que tange a uma temática tão necessária quanto a discussão sobre gênero e sexualidade. Por isso, a produção discursiva do referencial curricular potiguar, ao introduzir esse tema transversal no currículo escolar se reveste de um viés que instiga estratégias de governamentalidade que tem no biopoder o seu alicerce, tendo em vista abrir espaço para uma prática curricular que visa inserir o tema para a transformação da educação e dos sujeitos sociais, ressaltando as vontades de verdade produzidas via discurso.

Conclusão

No decorrer deste artigo, buscamos cumprir com o objetivo analisar discursos sobre a temática gênero e sexualidade, produzidos no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, ressaltando a construção de sentidos ligados às relações de poder, em especial ao biopoder. O *corpus* de análise foi composto por enunciados que dialogam com a temática e retirados do documento em questão.

Destacamos que o Referencial, por se fundamentar em textos de bases legais, alcança efeitos de sentido de legitimidade, fazendo ressoar vontades de verdade marcadas pela governamentalidade, que regula e regimenta o fazer pedagógico na modalidade do ensino médio, através da utilização de mecanismos que controlam os corpos pelas estratégias de biopoder. Desse modo, toda a comunidade escolar do Rio Grande do Norte está inscrita sob os domínios das estratégias de saber-poder, sob o viés que orienta e regulamenta o gênero e sexualidade enquanto um Tema Contemporâneo Transversal a ser incluído nas práticas pedagógicas curriculares.

Por fim, é válido mencionar que o estado ao acrescentar a temática do gênero e sexualidade aos Temas Contemporâneos Transversais, avança na construção de uma escola mais acolhedora, que busca combater situações preconceituosas, constrangedoras e violentas, muitas vezes comuns aos ambientes escolares e na sociedade em geral.

Referências

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1996a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Caderno de Educação em Direitos Humanos*. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746 de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: ensino médio*. MEC: Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC*. MEC, 2019. Brasília.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da C. A. e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Huber; RABINOW, Paul. *Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19 ed. São Paulo: Graal, 2004

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LINS; Beatriz Accioly; MACHADO, Fonseca Bernardo; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais: a questão do gênero na escola*. 1 ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guaracira Lopes. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1992.

LOURO, Guaracira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. A estatística da vida no controle do corpo com deficiência: estratégias disciplinares e de governamentalidade. *Revista Prolíngua*, João Pessoa, V. 07. N. 01, p. 153-162. Jan./jun. 2012.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. *Por que a educação deve discutir gênero e sexualidade? Listamos 7 razões*. 2016. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/25/porque-a-educacao-deve-discutir-genero-e-sexualidade-listamos-7-razoes/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PNAD: LEVANTAMENTO DO TODOS MOSTRA PRIMEIROS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR. *Todos pela Educação*, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. *Referencial curricular do ensino médio potiguar*. Secretaria Estadual de Educação, Natal, 2021.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. A concepção de poder em Michel Foucault. *Revista Especiaría*, Florianópolis, V. 16, n. 28, p. 261-280. Jan/ jun. 2016.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação & Realidade, V. 15, n.2, jul./dez, 1990.

ⁱ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN
E-mail: edayannyod@hotmail.com
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8361391430223102>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5282-0498>

MULHERES, NEGRAS E INFLUENCIADORAS: A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS DO FEMINISMO NEGRO NO YOUTUBE¹

WOMEN, BLACK PEOPLE AND YOUTUBERS: THE EMERGENCY OF BLACK FEMINISM DISCOURSES ON YOUTUBE

Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveiraⁱ
Francisco Vieira da Silvaⁱⁱ

Resumo: O presente artigo parte dos estudos discursivos foucaultianos, por meio dos quais nos propomos a descrever/interpretar a produção discursiva-midiática no âmbito do *YouTube* que apresenta dizeres relativos aos ideais do feminismo negro. Para tanto, nos propomos a analisar as relações de saber-poder e as vontades de verdade presentes em um enunciado da ação digital “*Youtubers* Negras na Década Internacional de Afrodescendentes”. Nosso *corpus* recobre excertos retirados do vídeo “Como o racismo afeta meu trabalho?”, do canal Soul Vaidosa, que faz parte da ação. A análise realizada através do método arqueogenealógico, deixa ver as vontades de verdade que circulam no *YouTube* e inserem o sujeito mulher negra na seara de um discurso de denúncia e empoderamento, o qual se articula aos modos de enunciar do feminismo negro, que na atualidade passam a ser cada vez mais midiaticizados.

Palavras-chave: Discurso. Feminismo Negro. *Youtubers*. Estudos Foucaultianos.

Abstract: This article departs from Foucauldian discursive studies, through which we propose to describe/interpret the discursive-mediatic production within the scope of YouTube that presents sayings related to the ideals of black feminism. To do so, we propose to analyze the knowledge-power relations and the will to truth present in a statement of the digital action “Black Youtubers in the International Decade of Afro-descendants”. Our corpus covers excerpts taken from the video “How does racism affect my work?”, from the Soul Vaidosa channel, which is part of the action. The analysis carried out through the archaeogenealogical method, reveals the will to truth that circulate on YouTube and insert the black woman subject in the field of an empowerment and denunciation discourse, which is articulated with the ways of enunciating blackfeminism, which currently pass to be increasingly mediaticized.

Keywords: Discourse. Black Feminism. Youtubers. Foucauldian Studies.

Introdução

Partindo da perspectiva de que “[...] a sociedade contemporânea (dita pós-industrial) rege-se pela midiaticização, quer dizer, pela tendência à ‘virtualização’ ou telerrealização das

¹ As discussões do presente artigo são fruto de pesquisa de doutorado. A versão completa deste texto foi publicada no *ebook* “A potência dos discursos no presente: gestos de leitura do acontecimento” (Marca de Fantasia – João Pessoa/PB, 2023).

relações humanas” (SODRÉ, 2002, p. 21), por meio da articulação entre as tecnologias da comunicação e o múltiplo funcionamento institucional de pautas individuais e coletivas, podemos afirmar que cada vez mais os movimentos sociais de luta e engajamento dos sujeitos são também midiaticizados, como é o caso do feminismo negro, sobretudo por meio da esfera das mídias digitais.

O feminismo negro surge enquanto campo epistemológico e político a partir da segunda metade do século XX. No caso norte-americano, o movimento é impulsionado por teóricas e militantes afrodescendentes² que tecem duras críticas ao fato do feminismo tradicional reduzir as mulheres a uma categoria universal, sem considerar as vivências e especificidades das negras. No Brasil, tanto o movimento feminista quanto o movimento negro ganham força a partir da década de 1970, durante a ditadura militar. Em ambos, as mulheres negras participam de forma ativa, desenvolvendo um papel fundamental. No que diz respeito às motivações que levam à emergência do feminismo negro em nosso país, estas são semelhantes ao caso norte-americano, pois dentro do movimento de mulheres (predominantemente branco), a questão racial era silenciada e as opressões raciais desconsideradas em nome de um inimigo “maior”: o sexismo. No movimento negro, por sua vez, as questões de gênero eram negadas ou secundarizadas devido ao recorrente machismo que delegava aos homens posições de vantagem em relação às mulheres. A partir dessa conjuntura, as mulheres negras percebem a necessidade de estabelecerem seu próprio espaço de luta, passando a “trilhar uma trajetória própria de autodefinição política” (NEPOMUCENO, 2013, p. 400), o que deságua na criação de diversas organizações feministas negras pelo país.

Nas últimas décadas, *sites*, redes sociais, jornais e revistas *online*, *blogs* e canais do *YouTube*, vêm produzindo novas narrativas acerca das mulheres negras, movimento que rompe com a invisibilidade histórica dessa população e, em decorrência disso, acaba por instaurar uma crescente discursivização dos ideais do feminismo negro, midiaticizando-os cada vez mais. Neste cenário, a ONU Mulheres Brasil em articulação com ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) lançou, em 2017, a ação digital “*Youtubers* Negras

² São nomes de destaque: Audre Lorde; Kimberle Crenshaw; Patrícia Hill Collins; bell hooks; Ângela Davis, entre outros.

na Década Internacional de Afrodescendentes”, com o objetivo de “destacar o papel positivo de mulheres negras líderes no desenvolvimento de atividades para o enfrentamento ao racismo e à discriminação racial” (ONU BRASIL, 2017)³. Foram convidadas para integrar a ação cinco *youtubers* que produzem conteúdo voltado para o empoderamento das mulheres negras, são elas: Carolina Lima, do canal Já tinha Carol; Lorena Monique, do Neggata, Patrícia Rammos, do Um abadá para cada dia; Winnie Bueno, do Preta Expressa; e Xan Ravelli, do Soul Vaidosa. As jovens produziram e postaram, em seus respectivos canais, vídeos indicando ações que podem levar a mudanças positivas na vida das mulheres negras brasileiras.

Dito isto, o presente trabalho busca observar como o discurso do feminismo negro atravessa e constitui os dizeres das *youtubers* negras, bem como a própria performance destas enquanto influenciadoras digitais. Nosso objetivo é analisar as relações de saber- poder e as vontades de verdade presentes em um dos enunciados advindo da ação digital “*Youtubers* Negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, a qual, tomada aqui enquanto acontecimento, utiliza da visibilidade das influenciadoras para discursivizar dizeres antirracistas de combate ao preconceito racial e de gênero. Para tanto, selecionamos como materialidade de análise um dos vídeos produzidos para a ação: (i) “Como o racismo afeta meu trabalho?”, do canal Soul Vaidosa.

Para a análise, utilizamos o método arqueogenealógico, fruto dos estudos discursivos foucaultianos, o qual se volta para “[...] a descrição do discurso com valor de acontecimento no interior dos diferentes jogos de poder-saber-si” (NAVARRO, 2020, p. 31). A análise será realizada a partir de excertos retirados do vídeo.

O presente texto encontra-se estruturado da seguinte forma: no próximo tópico discutiremos sobre alguns conceitos foucaultianos que norteiam nosso trabalho.

³ “A iniciativa está integrada a estratégia “Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030”, para o empoderamento das mulheres negras e o combate à discriminação racial e étnica como condições primárias para o cumprimento dos objetivos da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) em articulação com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos Estados-Membros da ONU, e a iniciativa global Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero, da ONU Mulheres”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/de-olho-da-decada-internacional-de-afrodescendentes-youtubers-negras-contam-quals-aco-es-almejam-para-o-combate-ao-racismo/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Posteriormente, nos detemos em apresentar o *YouTube* enquanto lócus de discursos em torno do feminismo negro, para então darmos início à análise da materialidade selecionada.

1 Aspectos da arqueogenealogia foucaultiana

Os estudos discursivos foucaultianos nos convidam a problematizar a inscrição histórica dos discursos, ou seja, investigar as condições de possibilidade que levam a emergência e circulação de determinados discursos em determinado tempo. Não à toa, esta foi uma das principais inquietações de Foucault (2008) em sua fase arqueológica: compreender como os discursos emergem em uma certa cadeia discursiva. Para tanto, o teórico toma os discursos enquanto práticas descontínuas que formam sistematicamente os objetos de que falam, por vezes se cruzando, ignorando-se ou se excluindo (FOUCAULT, 2009), sendo sempre produzidos no âmbito das relações de poder. A este respeito, Foucault assevera que “[...] os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2008, p. 54).

Esse “mais” a que se refere o filósofo diz respeito à necessidade de reconhecermos as articulações que os discursos estabelecem com os poderes no processo de produção de verdades historicamente delineadas (GREGOLIN, 2016), o que se dá por meio de uma densa descrição e análise incrustada na própria materialidade discursiva, ou seja nos limites de sua existência.

Ao tratar do discurso, inevitavelmente, Foucault (2008; 2009) refere-se ao enunciado, o qual podemos compreender enquanto unidade elementar do discurso, que não se reduz a uma estrutura, enunciação ou frase, sendo antes, “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” (FOUCAULT, 2008, p. 98), assim, por enunciado se “quis definir as posições e funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos” (FOUCAULT, 2008, p. 225).

As noções de discurso, enunciado e formação discursiva caminham juntas, de modo que para entender uma é necessário conhecer a outra, assim “[...] a análise do enunciado e

da formação discursiva são estabelecidas correlativamente” (FOUCAULT, 2008, p. 132). Como elucubra o filósofo, um enunciado pertence a uma formação discursiva da mesma forma que uma frase pertence a um texto, no entanto, enquanto a regularidade da frase é definida pelas leis da língua a que pertence, a regularidade do enunciado é definida pela própria formação discursiva. Esta última se caracteriza menos por princípios de construção e mais por uma dispersão, “[...] já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Para que uma dada formação discursiva (FD) exista, é necessário que se apoie sobre o que Foucault (2008) denomina como regras de formação, as quais dizem respeito às condições de existência, coexistência, modificação e desaparecimento de uma repartição discursiva. São elas: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. É a partir da descrição dessas unidades que a regularidade do discurso pode ser rastreada.

O conceito de prática discursiva, por sua vez, pode ser compreendido como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). A esse respeito, Fisher (2001) comenta que os enunciados se inscrevem no interior de formações discursivas de acordo com um certo regime de verdade que os norteiam, o que significa que obedecemos constantemente a conjuntos de regras dadas num tempo e espaço específico, por meio das quais acabamos por afirmar as verdades de um momento histórico. Desse modo, quando uma mídia digital como o *YouTube* se apropria do discurso do empoderamento negro e da luta antirracista por conquista de mais espaços sociais, como no caso dos vídeos produzidos para a ação “*Youtubers Negras na Década Internacional de Afrodescendentes*”, ela faz emergir um discurso que segue certas regras, as quais passam a fixar determinados enunciados acerca da condição das sujeitas negras no Brasil de hoje. O que nos permite afirmar que “as ‘coisas ditas’, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo” (FISHER, 2001, p. 204).

O poder, para Foucault, deve ser pensado enquanto “[...] luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa” (FOUCAULT, 1998, p. 175). Funciona como uma espécie de maquinaria social que perpassa todas as estruturas da sociedade, pois está em toda parte, apresenta-se antes de tudo como uma relação entre os sujeitos que ora o exercem, ora sofrem sua ação. Assim, para além de uma instância negativa que reprime, o poder percebido a partir de sua positividade enquanto um conjunto difuso de micropoderes espalhados pela sociedade (família, igreja, trabalho, escola, redes sociais, etc.), estabelece-se como uma rede produtiva em que saberes se formam e se organizam, funcionando enquanto elementos que conferem valor de verdade aos jogos de poder. Poder, saber e verdade, são, portanto, questões essencialmente ligadas.

A noção de saber trabalhada por Foucault (2008) relaciona-se a prática discursiva e de maneira mais precisa à ciência, na medida em que compreende os saberes como campos organizados que constituem um tipo de discurso que está em vias de se tornar uma ciência (POSSENTI, 2007, p. 12). A esse respeito, Foucault afiança que “[...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 204). Revel (2005) assinala a existência de uma dupla articulação entre o poder e o saber, ao explicar que ao mesmo tempo em que o poder procura extrair um saber dos indivíduos, este saber extraído é constituído em meio a relações de poder. O saber, tido como uma construção histórica atravessada por relações de poder, acaba por produzir verdades que ganham forma e se estabelecem, por vezes, através das práticas discursivas (VEIGA-NETO, 2007).

Ao discorrer sobre o tema verdade, Foucault (1998, p. 13) versa sobre “[...] o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata de um combate a favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha’”. O mais importante para o filósofo é a compreensão de que a verdade não existe sem o poder, fora de suas teias, pois a verdade é deste mundo e, assim sendo, produz-se nele em meio a coerções diversas e também nele produz efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 1998).

No tópico a seguir nos dedicamos a descrição/interpretação da materialidade de análise, tendo como base as noções foucaultianas discutidas até aqui.

2 Youtubers negras: Por uma cartografia dos discursos do presente

Sodré (2002), ao tratar sobre a existência de um "*ethos* midiaticizado"⁴ para caracterizar o espaço-tempo das realizações sociais contemporâneas, em sua *Antropológica do Espelho*, há mais de vinte anos atrás, já defendia a ideia de que a sociedade atual passa a estruturar-se em uma lógica midiática, que incide diretamente sobre a consciência e a construção de identidades individuais e coletivas. A partir dessa perspectiva, compreendemos que a midiatização vai além da dimensão técnica da mídia, "se espalha e se entranha na estrutura social, na constituição de uma cultura midiaticizada" (BARROS, 2009, p. 85), da qual fazemos parte.

Essa cultura implica um novo modo de vida, "com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos" (SODRÉ, 2002, p. 23). Nesse sentido, o autor sugere que a midiatização seja "pensada como tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de quarto âmbito existencial" (Idem, 2002, p. 25), tal proposição é feita pela referência de Sodré à classificação aristotélica dos três gêneros de existência, que são a vida contemplativa, a vida política e a vida prazerosa, sendo, pois, a midiatização da vida o quarto. Temos assim que é em meio a esta cultura midiaticizada que diferentes sujeitos e pautas ganham visibilidade.

Desde a última década observamos cada vez mais a presença das questões raciais nas pautas midiáticas⁵, também se faz visível um crescente protagonismo dos sujeitos negros brasileiros no campo das mídias digitais, com destaque para o *YouTube*, onde vídeos e canais produzidos por negras e negros passam a ganhar notoriedade. Assim, para além dos inúmeros grupos de militância negra que existem no Brasil e se proliferam na atualidade, sobretudo

⁴ O *ethos* é entendido aqui como "a consciência atuante e objetiva de um grupo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde tem lugar as interpretações simbólicas do mundo – e, portanto, a instância de regulação das identidades individuais e coletivas" (SODRÉ, 2002, p. 45).

⁵ Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50482127>.

no âmbito da ciberativismo⁶, partimos da crença de que o *YouTube*, com seu poder de alcance e certa democratização da informação, contribui para que os ideais base do feminismo negro sejam cada vez mais propagados e transformados em instrumento positivo de percepção de si das sujeitas negras, especialmente entre as mais jovens que habitam o ambiente digital e passam a tomar posse do discurso do feminismo negro num movimento de empoderamento e combate ao racismo e ao sexismo. Dito isto, tomamos o *YouTube* aqui enquanto instância em que rastreamos enunciações, enunciados e discursos.

Nessa conjuntura, é válido citar o projeto *Fundo Vozes negras*⁷, criado em 2020 com o intuito de destinar recursos para incentivar a produção de audiovisualidades com foco na experiência negra e na justiça social. O fundo destinou em sua primeira edição mais de R\$ 100 milhões em treinamento e auxílio financeiro para 132 produtores de conteúdo espalhados por diversos países, no Brasil foram selecionados 35 canais, dos quais 21 foram de mulheres negras, entre estas ficaram: a feminista Natály Neri; a cibermilitante Gabi Oliveira; a funkeira e feminista MC Carol; a primeira mulher preta a vencer o maior *reality show* do país (*Big Brother Brasil*), a médica Thelminha; além de outras influenciadoras que, embora não tenham como pauta principal questões de gênero e raça, representam a diversidade negra brasileira e empoderaram outras mulheres a partir de suas vozes⁸.

Este e outros acontecimentos discursivos e não-discursivos em torno das sujeitas negras no âmbito do *YouTube*, não ao acaso, irrompem ao mesmo tempo em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o período entre 2015 a 2024 como Década Internacional de Afrodescendentes, com o intuito de fomentar discussões e ações de combate

⁶ O ciberativismo pode ser definido como “(...) toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através da “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal” (UGARTE, 2008, p. 55). Ver mais em Ugarte (2008).

⁷ Ver mais em:

<https://www.metropoles.com/entretenimento/youtube/contra-racismo-estrutural-youtube-cria-fundo-para-ajudar-criadores-negros>.

https://www.youtube.com/intl/pt-BR_ALL/creators/black-voices-fund/.

⁸ Lista completa dos influenciadores selecionados: https://drive.google.com/file/d/1ZJPoVbo33MiihhGC-Vj34maV50S_ywIp/view.

ao racismo e a xenofobia⁹. Evidencia-se, nisso, como todo dizer é produzido em meio às tramas históricas de seu tempo, por assim dizer, à racionalidade e ao regime de verdade vigente em sua época, os quais instauram uma ordem discursiva responsável por determinar enunciações possíveis em um dado momento (FOUCAULT, 2009).

A ação digital “*Youtubers* Negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, promovida pela ONU Mulheres Brasil em articulação com ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 2017 – que faz parte das atividades desenvolvidas em prol da década afro – emerge como um acontecimento que reverbera de diferentes modos, pois além de trazer visibilidade para as youtubers ligadas à iniciativa também acaba por incentivar que cada vez mais mulheres negras ocupem o espaço do *YouTube* e nele abordem questões que dizem respeito as suas vivências, visibilizando suas pautas por um lado e por outro denunciando as diversas formas de racismo e opressão sexista que incide sobre elas. Questões que observamos em nossa materialidade de análise, que como dito anteriormente trata-se de um dos vídeos produzidos para a ação digital.

Figura 1: Canal Soul Vaidosa



Fonte: YouTube, 2023.

⁹ O intuito foi reforçar o compromisso da ONU com a promoção dos direitos humanos da população negra, que ainda hoje enfrenta duras batalhas contra o racismo e a xenofobia, sendo expostos aos danos causados pelo colonialismo e pela escravidão. Ver mais em: <http://decada-afro-onu.org/plan-action.shtml>.

Nossa materialidade de análise é o vídeo “*Como o racismo afeta meu trabalho?*”¹⁰ (figura 01), tomado aqui enquanto enunciado. A audiovisualidade foi produzida pela *youtuber* Xan Ravelli, que se apresenta como preta, crespa, mãe de três e feminista. Atualmente também é apresentadora do programa *Trace Trends* no Multishow. O canal de Xan é o Soul Vaidosa, criado em 2013 com o intuito de falar sobre beleza, apoio emocional e vidas pretas, como a própria influenciadora descreve na aba “sobre”. O canal possui hoje quase 70 mil inscritos.

A produção audiovisual, que traz em sua abertura a logo da ONU Mulheres, possui cinco minutos e cinquenta e nove segundos de duração. Inicia com a influenciadora se apresentando e logo em seguida falando sobre o “Dia internacional para eliminação da discriminação racial” – vinte e um de março, data que escolheu pra postar a produção. Xan, aproveita e conta sobre o convite da ONU Mulheres para falar a respeito da Década Internacional de Afrodescendentes, tema que norteará seus dizeres. O desenrolar do vídeo trata de discutir sobre como o racismo afeta seu trabalho enquanto influenciadora em diálogo com o foco da década afro. Tomemos o excerto a seguir.

EXCERTO 01

Muitas vezes me perguntam se eu sou uma blogueira ou uma blogueira negra? A minha resposta é que eu sou uma blogueira negra, porque *a gente vive em um país onde não é normalizado você ser negro. O padrão de normalização ainda é a branquitude.* A gente já falou bastante disso aqui no canal, mas por exemplo, *quando eu vou procurar algum tutorial de maquiagem pra mim, eu tenho que procurar “tutorial de maquiagem para pele negra”.* Aliás, aqui no canal a gente fala sobre maquiagem, a nossa indústria de cosméticos tem uma dificuldade séria de abraçar o nossotom de pele e produzir uma maquiagem que seja específica e adequada para ele. *Eu fico louca quando chego nas lojas de maquiagem e as atendentes não tem o meu tom de pele e vem com aquela desculpa, sabe: “se você misturar dois do certinho”. - Cara! Eu não tenho que misturar, você que tem que fazer um tom adequado para mim, sabe porquê? Por que isso é racismo.* Eu tô consumindo. Eu não tô pedindo, eu tô comprando (COMOO RACISMO AFETA MEU TRABALHO, 2017, grifos nossos).

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pOhrwC8KagU>.

O enunciado, embora trate de um tema maior que afeta todo o grupo de mulheres negras e tenha o propósito de apresentar a década afro, se constitui por um dizer em tom confessional, a partir do qual a *youtuber* apresenta suas vivências e experiências pessoais atreladas ao tema do vídeo. Desse modo, podemos afirmar que o sujeito que enuncia coincide com o sujeito do enunciado (FOUCAULT, 1988).

A partir do excerto 01, observamos que o sujeito mulher negra *youtuber* produz seu enunciado inserido na formação discursiva (FD) do feminismo negro, o que fica marcado pela atitude empoderada de se afirmar blogueira negra e exigir que suas questões sejam ouvidas. Esta FD entra em disputa e trava lutas com a FD do racismo, que insiste em negar os corpos negros como normais, excluindo-os de espaços e do acesso à bens, questão destacada especialmente nos trechos: “*a gente vive em um país onde não é normalizado você ser negro*”; “*... quando eu vou procurar algum tutorial de maquiagem pra mim, eu tenho que procurar ‘tutorial de maquiagem para pele negra’*”; e “*Eu fico louca quando chego nas lojas de maquiagem e as atendentes não tem o meu tom de pele*”. Os dizeres de Xan Ravelli não só denunciam e combatem o racismo estrutural e cotidiano (KILOMBA, 2019) que incide sobre as mulheres negras e seus corpos, como também explicitam a forma sutil e cruel pela qual o racismo atua, por vezes tentando anular a existência dos sujeitos negros/negras.

A nosso ver, a especificidade do racismo moderno está diretamente ligada ao que Foucault (2005) nomeia de técnicas e tecnologias do poder, as quais atualizam-se com o passar do tempo. Ideia que dialoga com o pensamento de Kilomba (2019), para quem o poder – entendido aqui enquanto relações de poder – é constituinte do racismo e, por isso, das manifestações racistas históricas, políticas, sociais e econômicas que delegam aos sujeitos negros “diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc.” (KILOMBA, 2019, p. 76).

Observamos ainda no excerto 01 que Xan Ravelli, enquanto mulher negra inserida em uma sociedade extremamente racista, não só é submetida a relações de poder que tentam objetivá-la, como também por meio do canal e de seus dizeres insere-se em outras relações de saber-poder nas quais exerce o poder, subjetivando-se, como é possível observar nos

trechos: “A minha resposta é que eu sou uma blogueira negra”; e “Eu não tenho que misturar, você que tem que fazer um tom adequado para mim, sabe porquê? Por que isso é racismo. Eu tô consumindo. Eu não tô pedindo, eu tô comprando”. O que nos permite ver como o poder, ou melhor as relações de poder, se estabelecem enquanto pontos móveis em uma rede dinâmica.

O embate travado entre diferentes formações discursivas, que se deixa ver no enunciado da *youtuber*, nos remete a assertiva de Fisher (2013, p. 130-131) quanto ao fato de que “a produção de textos, de falas, de coisas pronunciadas ou escritas, em qualquer momento da história, em qualquer lugar, nada tem de tranquilo: supõe sempre ‘lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões’”. Tomemos o excerto a seguir.

EXCERTO 02

Aqui no canal a gente também conversa sobre feminismo negro, porque é importante a gente fazer recortes e saber que as mulheres negras possuem, sim, especificidades e questões diferentes das mulheres brancas, que estão um degrau a cima da gente nessa pirâmide do privilégio social. Eu também faço questão de mostrar toda a minha família aqui no canal, de trazer o Paulão, de trazer as crianças, porque eu sei a falta que faz essa representatividade de ter uma família preta, trabalhadora. (COMO O RACISMO AFETA MEU TRABALHO, 2017, grifos nossos).

O excerto 02 nos deixa ver que o enunciado da *youtuber* visibiliza os regimes de verdade estabelecidos pelo feminismo negro, especialmente aqueles que versam sobre a importância da tomada de consciência étnico-racial das mulheres negras, o que as leva a um processo de autoconhecimento de si mesmas e do seu lugar no mundo, empoderando-se. Uma vez que o pensamento feminista negro se estabelece como “[...] um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras” (BAIRROS, 1995, p. 6). Para Collins (1990), este campo desafia não só as formas de dominação de uma sociedade estruturalmente branca, masculina e heteronormativa, mas coloca em tensionamento a produção de conhecimento das mulheres

negras, as quais tem produzido e validado o próprio conhecimento na busca por desenvolver interpretações distintas acerca da opressão vivenciada.

O trecho “*Aqui no canal a gente também conversa sobre feminismo negro, porque é importante a gente fazer recortes e saber que as mulheres negras possuem, sim, especificidades...*”, dialoga com o dizer de Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, ao explicitar a importância de dar visibilidade para as mulheres negras, pois:

[...] o racismo e sexismo apagam as contribuições das mulheres negras para o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que encobrem as violações de direitos humanos das mulheres negras, impedindo o fim das desigualdades com base na raça, gênero e outras formas de opressão e de discriminação [...] (ONU BRASIL, 2017, n. p.).

O enunciado de Xan Ravelli, como um todo, também dialoga e dá condições para a emergência de outros enunciados no âmbito do *YouTube* que se debruçam sobre as questões do reconhecimento étnico-racial, da justiça social, e da representatividade e ocupação de cada vez mais espaços pelas mulheres negras. São exemplos os vídeos: “*O que é ser mulher negra? – Especial dia internacional da mulher*” (2019)¹¹, do Canal Preto; “*Racistas no BBB e meu nome é liberdade*” (2019)¹², do canal Gaby Oliveira; “*A importância da estética e autoestima negra: geração tombamento é política?*” (2020)¹³, do Canal Nátaly Neri; e “*Empoderamento da mulher negra | Consciência negra*” (2023)¹⁴, do canal Bia Bem.

O trecho “[...] saber que as mulheres negras possuem, sim, especificidades e questões diferentes das mulheres brancas, que estão um degrau a cima da gente nessa pirâmide do privilégio social”, nos remete diretamente a assertiva do feminismo negro quanto ao caráter duplo da condição histórica, política e social (e não meramente biológica) das mulheres negras, que as tornam as mais oprimidas e exploradas nas sociedades que tem suas bases enraizadas no patriarcado e na branquitude, pois “o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mGZCTf6BI8s>.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4ZCW4spak>.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=srKdoOEbjeg&t=47s>.

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OyBWAbedV0>.

coletiva a ideia que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje” (HOOKS, 1995, p. 468). Neste sentido, é que Collins (2021a) pontua não ser possível libertar as mulheres negras sem levar em conta tanto a raça quanto o gênero. Vejamos o excerto a seguir.

EXCERTO 03

Durante essa década toda a ONU nos propôs três pilares para gente se apoiar na luta pela erradicação da discriminação racial. O primeiro deles é o reconhecimento – De passar esse conhecimento histórico pra reconhecer todas as contribuições históricas do negro na nossa sociedade hoje e também todos os prejuízos que a escravidão nos deixou. Outro dos pilares é a justiça – para que os negros e negras tenham acesso a mecanismos de justiça [...]. O desenvolvimento é o terceiro pilar, que faz menção a garantir o direito a educação e a empregos, e o nosso desenvolvimento social e econômico. Pois é, a gente não pode viver hoje pensando que o que aconteceu no passado não deixou consequência alguma em todo nosso contexto social atual por que não é verdade né? A escravidão aqui no Brasil acabou a 128 anos, isso é muito pouco tempo pra se transformar o pensamento coletivo. A década dos afrodescendentes vai até 2024 (COMO O RACISMO AFETA MEU TRABALHO, 2017, grifos nossos).

No excerto 03, a *youtuber* apresenta os três pilares que orientam as discussões propostas pela década afro: (i) reconhecimento; (ii) justiça; e (iii) desenvolvimento. Estes são expostos de modo didático por um falar pedagógico.

É importante destacar que do ponto de vista histórico e político, o que leva o sujeito *youtuber* negra a se reconhecer enquanto sujeito portador de uma identidade étnico-racial e visibilizar sua existência e suas pautas em um espaço amplo como o *YouTube*, está diretamente atrelado a acontecimentos que possibilitaram esse momento. Entre estes acontecimentos podemos citar o despertar do movimento feminista negro, que luta contra o sexismo e o racismo por meio da produção intelectual e militante de mulheres negras, as quais desafiam as relações de poder impostas pela sociedade branca e patriarcal (KILOMBA, 2019), instituindo novas vontades de verdade a respeito de si mesmas. Também podemos citar o advento da *internet* e das mídias digitais que trouxe consigo um terreno propício para o desenvolvimento dessa cultura da midiática, a partir da qual a mídia torna-se ao mesmo

tempo “parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua” (HJAVARD, 2012, p. 54).

Neste ínterim, o vídeo “Como o racismo afeta meu trabalho?” de Xan Ravelli, tomado aqui enquanto enunciado, bem como a ação digital “*Youtubers* negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, irrompe como um acontecimento que está atrelado a história, pois presume a existência de um regime de enunciabilidade que permite seu aparecimento no *YouTube*.

Considerações finais

A presente análise nos permite observar que o *Youtube*, enquanto instância midiática, apresenta-se como lócus no qual irrompem cada vez mais enunciações, enunciados, discursividades e discursos em torno das mulheres negras, as quais tomam posse de suas existências, visibilizando as pautas que as atravessam. Observamos ainda que o despertar de mulheres como Xan Ravelli, que se filiam aos discursos do feminismo negro e estão inseridas no *YouTube* enquanto produtoras de conteúdo, introduzem um movimento de empoderamento e combate as práticas racistas e sexistas, movimento que leva estas mulheres a erguerem a voz, rompendo com os silêncios históricos (hooks, 2019).

Acreditamos que os atuais regimes de verdade do feminismo negro perpassam em grande medida os enunciados das *youtubers* negras, especialmente os produzidos para a ação digital “*Youtubers* Negras na Década Internacional de Afrodescendentes”, pois o próprio ato de erguer a voz, em si, “tem sido um dos aspectos transformativos centrais do movimento feminista” (HOOKS, 2019, p. 19), que procura sempre desafiar as mulheres a romperem o silêncio que invisibiliza suas dores. Assim, o falar dessas *youtubers*, a nosso ver, aproxima-se aos movimentos de luta do feminismo negro, uma vez que incentiva outras mulheres a se posicionarem contra as diferentes formas de opressão que tentam diminuí-las e apagá-las em diversos aspectos (social, político, estético, afetivo etc.).

Referências

- BARROS, Laan Mendes. Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latinoamericanas. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 79-105. ISBN 978-85-232-1205-6. Disponível em: SciELO Books: <http://books.scielo.org>.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].
- FISHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, nov., 2001.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na web. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- GREGOLIN, Maria do Rosario. *Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades*. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.
- HJAVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvi Libanio. 15 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação* – episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

NAVARRO, Pedro. Estudos Discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discurso. *Revista Moara - Estudos Linguísticos*. Edição 57, Vol. 1/ ago-dez 2020. ISSN: 0104-0944.

NEPOMUCENO, Bebel. “Mulheres negras: protagonismo ignorado”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 382-409.

ONU BRASIL. *ONU Mulheres lança ação digital com youtubers negras para combater o racismo*. Brasil, 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76056-onu-mulheres-lanca-acao-digital-com-youtubers-negras-para-combater-o-racismo>. Acesso em: 07 de abr. 2023.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *Feminismo negro para um novo marco civilizatório*. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA. *Anais*. Salvador, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 15 set. 2019.

SODRÉ, Muniz. *Antropologia do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ⁱ Doutorado em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – PPGL/UERN
E-mail: pamella_rochelle@hotmail.com
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/11920716675576547>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3315-659X>

ⁱⁱ Professor Doutor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA
E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8730615940772209>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>



Linguagem e Discurso